A Voz do Dono

(UMA ANÁLISE DAS DESCRIÇÕES FEITAS NOS ANÚNCIOS DE JORNAL DOS ESCRAVOS FUGIDOS NO OESTE PAULISTA ENTRE 1870-1876)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

A Voz do Dono

(UMA ANÁLISE DAS DESCRIÇÕES FEITAS NOS ANÚNCIOS DE JORNAL DOS ESCRAVOS FUGIDOS NO OESTE PAULISTA ENTRE 1870-1876)

Dissertação apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística

Orientadora:Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi-Fontana

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Estudos da Linguagem

2000

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE IEL
N.º CHAMADA:
T/UNICAMP
F412v
V. Ex.
TOMBO BC/ 46988
PROC. 16-392/01
C D
PREÇO R$ 11,00
DATA 20/11/01
N.º CPD

CM00161947-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

F412v

Ferrari, Ana Josefina
A voz do dono / Ana Josefina Ferrari. - - Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Orientador: Mónica Graciela Zoppi-Fontana
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Escravidão. 2. História. 3. Semântica. 4. Análise do Discurso. I. Zoppi-Fontana, Mónica Graciela.. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Banca Examinadora:

Prof.ª Dr.ª Mónica Graciela Zoppi-Fontana - Orientadora

Prof. Dr. Eduardo Junqueira Guimarães

Prof. Dr. José Horta Nunes

Profa. Dra. Soeli Screiber daSilva

Este exemplar e a redação final da tese defendida por Ana Josefina Ferrari

e aprovada pela Comissão Julgadora em 01/10/2001.

A meu marido e meus filhos

Pela infinita ternura

A minha mãe pela força na distância

AGRADECIMENTOS

A Mónica Zoppi-Fontana, pela inestimável orientação, pelas leituras e paciência, pela força e estímulo, pelo prazer conjunto da pesquisa, pela amizade.

Ao Prof. Dr. Amaral Lapa, *in memoriam*, por ter-me apresentado o material que se tornou minha paixão: os anúncios de fuga de escravos.

Aos professores do Instituto de Estudos da Linguagem que colaboraram na minha formação desde a graduação, em especial, Profa Dra. Suzy Lagazzy e Eni Orlandi

A Eduardo Guimarães e José Horta Nunes, pela significativa contribuição e sugestão bibliográfica tanto na qualificação quanto em sala de aula.

A Daniel, por seu apoio, por seu amor, pelo incentivo continuo, por sua confiança, pela discussão filosófica.

A Felipe e Emília, que cresceram junto com esta pesquisa, pela ternura e o afeto incondicionalmente recíproco.

A minha mãe, que, embora distante, sempre me deu o maior apoio para me realizar nos estudos, na minha grande paixão; e aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos.

A Patrícia Prata, pela amizade incondicional, pelo apoio e carinho nas horas difíceis, por ser minha amiga e pela correção do texto.

A minhas amigas Verônica e Márcia Helena que entre café, rúcula e risadas me apoiaram e incentivaram nestes últimos momentos.

Índice

Resumo ***13***

Capítulo 1

1.1.- Introdução ***15***

1.2.- O Corpus ***19***

1.2.1.- Os anúncios ***22***

Capítulo 2: O Gesto da Fuga

2.1.- Introdução ***27***

2.2.- O Espaço ***32***

2.3.- O Gesto da Fuga ***35***

Capítulo 3: Questões Teóricas

3.1.- Dos Nomes Próprios ***39***

3.2.- Da Determinação ***57***

3.3.- Da Descrição ***75***

Capítulo 4: Os anúncios na sua materialidade

4.1.- Introdução ***81***

4.2.- A Composição ***82***

4.3.- A anunciação ***83***

4.4.- A Descrição ***101***

4.5.- A Promessa ***118***

Capítulo 5: As Particularidades de Fugir

5.1.- Introdução.....123

5.2.- O Verbo.....123

5.3.- Caracterização sintática do verbo.....126

5.4.- O Verbo sob uma perspectiva discursiva.....132

5.4.1.- Fugir vs. Fugir-se.....133

5.4.2.- Fugir vs. Desaparecer.....138

5.4.3.- A Regência Verbal.....146

Considerações Finais.....151

Summary.....155

Bibliografia.....157

Resumo

Procuramos, nesta pesquisa, fazer uma análise Semântico-Discursiva dos processos de designação que possibilitam a construção da referência para o nome escravo entre os anos 1870 e 1876.

Nosso *corpus* se constitui, basicamente, de anúncios de fuga de escravos que foram publicados nos jornais de Campinas durante o período acima mencionado. Nossa análise centrar-se-á nas descrições que esses anúncios apresentam.

O nosso objetivo se sustenta na hipótese de que é no discurso do senhor de escravos, publicado nos anúncios de jornal, que aparece uma imagem pública individualizada e singular do escravo. Na materialidade desses anúncios, processos de designação funcionam discursivamente como dispositivo de enunciação que estrutura um espaço de subjetivação onde o escravo é constituído como sujeito singular.

Palavras-chave: Semântica Histórica da Enunciação; Designação; Escravidão; Nomes Próprios de Pessoa.

CAPITULO 1

1.- Introdução

Em Campinas, no ano de 1870, quando um escravo fugia de uma fazenda sua fuga era publicada no jornal. Essa publicação consistia em um anúncio, que, além da notificação da fuga, continha uma descrição detalhada do escravo e uma promessa de gratificação. As características físicas, morais, intelectuais apareciam nessas descrições.

Esse tipo de anúncio de jornal surgiu no Brasil quase concomitantemente à escravidão. Eles foram analisados a partir de diferentes perspectivas, tanto históricas quanto antropológicas. Um dos autores que primeiro utilizou os anúncios como fontes primárias para a pesquisa sobre os escravos foi Gilberto Freire. Em seu livro intitulado *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do Séc. XIX,* publicado em 1963, ele trabalha com anúncios de fuga de escravos publicados nos jornais do nordeste do País na primeira metade do Século XIX.

A perspectiva de trabalho de Freire é fundamentalmente antropológica. Nos anúncios analisados por ele, tal como os que compõem nosso *corpus*, os escravos eram descritos de modo integral, ou seja, características físicas, morais, profissionais. A análise de Freire se centra

nas características físicas, com ênfase naquelas que eram capazes de identificar o escravo de acordo com a nação a qual pertencia o escravo, como por exemplo, tatuagens, furos, etc. O autor afirma:

Do ponto de vista antropológico, venho me utilizando há anos dos anúncios de escravos fugidos, para interpretações de predominâncias de tipo físico e de características culturais, que seriam impossíveis, sem o estudo de material tão valioso. (Freire;1963:68)

Freire faz um esforço de interpretação que o leva a observar as características tribais que se encontravam nas descrições dos escravos, assim como o estado e o trato evidenciados através das deformações corporais que surgiam nas descrições.

Nos anúncios referentes a escravos, vamos surpreender indicações valiosas, prestando-se a estudos de estatística e de história comparada, não só sobre a antropologia física e cultural do africano novo e crioulo no Brasil, sua patologia - as doenças, os vícios e as malformações predominantes entre os escravos; sua atividade econômica dentro da vida patriarcal; os aspectos diversos de sua psicologia e até de sua constituição - os sonsos, os espertos, os banzeiros, os tristonhos, os alegres, os gordos, os altos, os magros - como também acerca de todo o complexo problema das relações de raça e de cultura em nosso País durante o século em grande parte imperial, que foi o XIX. (Op. Cit. P. 72)

O autor parte das características particulares dos escravos para poder elaborar hipóteses gerais a seu respeito, seja sobre as nações que havia no Brasil, seja sobre as doenças que sofriam, como, por exemplo, o raquitismo, seja sobre os maus tratos que recebiam. O movimento

realizado por Freire é o seguinte: ele parte da descrição de um indivíduo para efetuar generalizações sobre a raça ou estrato social.

Nós, observando o mesmo tipo de material, levantamos outras hipóteses de trabalho. Partimos da hipótese de que a descrição física, intelectual, emocional e profissional que existem nos anúncios individualiza um sujeito. No nosso trabalho observaremos esse processo que chamaremos de individualização. Para isso faz-se preciso observar as condições de produção desses anúncios.

O Brasil em 1870 era um Brasil um tanto convulsionado. A guerra do Paraguai tinha acabado e com seu fim velhos e novos temas estavam em discussão: a abolição da escravidão, por um lado, e a jovem República pelo outro. No que diz respeito à abolição da escravidão havia um fogo cruzado entre os políticos dos diferentes grupos dirigentes. Do lado dos republicanos havia a problematização da identidade, da nação, da cidadania, da raça. O modelo de civilização escolhido para seguir era basicamente o europeu e isso trazia seus conflitos. É nesse contexto sócio-político que encontramos nos jornais de Campinas anúncios de fuga de escravos. Esses anúncios começam, nessa época, a aparecer com freqüência nos jornais campineiros. Um dos motivos que levam à sua recorrência é o fato de que o exército, antes a serviço dos donos de escravos, passa a se negar a procurar escravos fugidos. Os motivos são bem explicados por Lilia Moritz Schwarcz:

O exército opunha-se a perseguir escravos fugitivos primeiro porque identificava-se com aqueles indivíduos[1] *com os quais havia*

[1] O sublinhado é nosso.

combatido lado a lado e sob a mesma condição. Além disso, começava a questionar a própria função de perseguidor de escravos, agora considerada pouco digna aos "salvadores da nação". (Schwarcz, 1987:34)[2]

O escravo aparece nos jornais, e o modo de aparecer é através da descrição. O dono de escravos ante a fuga de um deles, recorre ao jornal para anuncia-la, ddescrevendo o fugitivo e oferecendo uma recompensa a quem o trouxer ou der notícias suas. Esse é mais um dos discursos a respeito do escravo que circulavam na sociedade brasileira de 1870.

O objetivo do nosso trabalho se sustenta na hipótese de que é no discurso do senhor de escravos publicado nos anúncios de jornal, que aparece uma imagem pública, individualizada e singular do escravo. Através dessas descrições, esse se constitui como indivíduo singular dentro da sociedade. Ele passa a ter rosto, pernas, braços, marcas, bem como um caráter, preferências, oficio. Todos esses elementos, vistos através dos olhos do senhor, ou do feitor, que seria o porta-voz desse, observam e descrevem o escravo, o adjetivam e, através desse gesto, (in)formam sobre o escravo e o constituem como sujeito singular.

Desse modo, o escravo não só é nomeado, como também descrito. Nessas descrições, encontraremos predicações atribuídas ao nome. Essas predicações contribuirão para delinear tanto a imagem do escravo quanto sua posição dentro da sociedade de 1870. No nosso

---

[2] Chamamos a atenção para o funcionamento da designação "aqueles indivíduos" do texto de Schwarcz (1987), que constrói no próprio relato historiográfico, através da retomada anafórica que reescreve escravo como indivíduo, uma referência para o nome escravo sinalizada pelo processo de individuação que, a partir das instâncias do Estado (exército), começa a mudar o estatuto do escravo na sociedade brasileira.

trabalho, defendemos a tese de que esses processos de designação (nomeação, determinação, predicação), produzidos na textualidade dos anúncios de fuga, funcionam discursivamente como dispositivo de enunciação que estrutura um espaço de subjetivação onde o escravo é constituído publicamente não só como indivíduo (em relação ao Estado), mas, principalmente, como sujeito singular (em relação à sociedade civil). Contudo, para melhor compreendermos tal dispositivo, faremos um percurso teórico pelas diferentes correntes que trataram dos processos de designação e determinação, desde a filosofia analítica até a lingüística.

1.2.- O Corpus

Para a formação do nosso *corpus* tomamos como referência o discurso sobre o escravo. Nesse campo discursivo[3], encontram-se presentes diferentes discursos, a saber: dos donos, dos intelectuais, dos legisladores; em diferentes domínios de saber: a imprensa, a história, a lei, a antropologia, a literatura, a gramática. Tomando como data para nossa pesquisa o período compreendido entre 1870 e 1876, chegamos a três conjuntos de textos que se colocam no centro do nosso interesse: os anúncios publicados nos jornais, as leis, os dicionários.

---

[3] Aderimos ao conceito de campo discursivo proposto por Mainguenau (1989) :"O 'campo discursivo' é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região..."(Mainguenau 1989:116)

Dentre os anúncios publicados nos jornais do Brasil sobre o escravo, encontramos: os de compra e venda, os de aluguel e os de fuga. Escolhemos, para nosso trabalho, os que se referem à fuga. Consideramos esses anúncios mais perto da imagem do escravo do período acima mencionado por conterem uma descrição detalhada desse em seu texto. Procuramos fazer um apanhado de vários anúncios diferentes em sua estrutura e em seu conteúdo, seja pela utilização diversa dos adjetivos, seja dos verbos e das estruturas sintáticas, a fim de termos uma visão mais ampla da formação da imagem do escravo. Os anúncios de venda ou aluguel são muito interessantes, mas encontramos neles poucas descrições de escravos. Nesses tipos de anúncios são mencionadas, geralmente, as habilidades dos escravos sem quase fazer menção à sua aparência. Dada nossa hipótese de trabalho se centralizar na observação da imagem pública individualizada do escravo, esses anúncios não serão utilizados. Portanto, trabalharemos especificamente com anúncios de fuga de escravos publicados nos jornais da cidade de Campinas entre 1870 e 1876.

Dentre os jornais da cidade de Campinas, os mais importantes nessa época eram: "Gazeta de Campinas", "Jornal de Campinas" e "Diário de Campinas". Utilizaremos os anúncios publicados na "Gazeta de Campinas". Os motivos metodológicos dessa escolha foram: a importância do jornal na cidade – a "Gazeta de Campinas" era um dos mais importantes jornais distribuídos na cidade na época- a maior quantidade de ocorrências de anúncios de fuga em comparação com os outros jornais - essa maior concentração nos permite observar os diferentes modos de enunciar sobre o escravo, através de diferentes mecanismos discursivos.

Os recortes serão constituídos na medida em que as variantes desses mecanismos forem identificadas no *corpus*.

A cidade de Campinas foi escolhida porque ela se constituiu, entre 1870 e 1880, num dos maiores centros de concentração de escravos do país. A população escrava desse município cresceu significativamente desde 1779. Nessa data, havia somente 156 escravos na cidade, já em 1829, esse número cresceu para 4800. Após a extinção do tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queirós, 1850), o comércio interno de escravos aumentou, e Campinas se tornou uma das regiões de maior captação do Oeste paulista. Em 1872, com o auge do café, a população de escravos em Campinas subia a 14 mil. Essa fase durará até 1881 quando os fazendeiros, com os altos impostos sobre o tráfico interno de escravos, voltaram-se mais para a utilização da mão de obra dos trabalhadores imigrantes.

Para se fazer uma análise da utilização de verbos nos anúncios, nos valeremos da comparação dos anúncios de escravos com os de desaparecimento de animais publicados no mesmo jornal, no mesmo período, por considerar que ambos os tipos fazem parte de um mesmo espaço discursivo[4]. Isto contribuirá para a nossa compreensão do discurso sobre o escravo.

Além da Lei do Ventre Livre (1871), encontramos outro conjunto de regulamentações que regia especificamente a vida da cidade no período: os Códigos de Postura. Os Códigos das cidades de Campinas,

---

[4]Tomamos a definição dada por Maingueneau de espaço discursivo. Para o autor esse: "delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantém relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados"(Maingueneau 1997:117)

Araçareguama e São Simão também comporão nosso *corpus*, pretendendo-se, através deles, observar a distribuição do espaço na cidade e, a partir dele, observar o lugar ocupado pelo escravo na cidade e na sociedade.

Finalmente, utilizaremos um dos dicionários de Português que foram publicados no período: "Dicionário da Lingua Portugueza" de Faria, publicado em 1859. Acreditamos que, através do estudo dos verbetes desse dicionário, podemos ter acesso aos processos de designação produzidos naquele período e aos sentidos sedimentados historicamente (aqueles social e politicamente dominantes) para essas designações.

1.2.1.- Os anúncios

A seguir apresentaremos alguns dos anúncios que compõem nosso *corpus*:

E' provavel que esteja mesmo neste municipio, porque não costuma sahir para longe, quando foge.

3—1

12

No dia 9 do corrente desappareceu de estrada que d'esta cidade vai á de Jundiahy, do lugar denominado Serra d'Agua um cavallo picaço grande com os seguintes signaes: tem andadura e trote, está ferrado das mãos, e em bôas carnes; desconfia-se que esteja em alguma fazenda para os lados d'onde desappareceu porque ha poucos dias foi visto nesta cidade arreado e com pessôa montada em dito animal. A quem o entregar a Antonio de Araujo Roso, na sua chacara em Santa Cruz, se gratificará.

2—1

Escrava fugida

Fugio no dia 1 do corrente, do sitio Boa Vista, caminho de [illegible], uma escrava com os signaes seguintes:

Celestina, parda, crioula, idade 27 annos mais ou menos, altura regular, cheia de corpo, boa dentadura, falla bem, cabello cortado quasi rente, tem signal de ferida na perna direita; levou roupa de algodão e palatot de baeta vermelha.

Quem a prender e entregar nesta cidade ao sr. Francisco de Araujo Rozo, ou no sitio acima ao tutor dos mesmos orphãos, será bem gratificado.

Campinas, 6 de Agosto de 1871. 3—1

O tutor—Antonio Marques de Carvalho.

Aos amantes do fumo bom

Elias de [illegible] Barros, tem para vender fumo, [illegible] em frente ao chafariz da [illegible].

Para ver e admirar

Fumo superior á venda, no mercado, quarto n. 30.

[illegible] 6—2

Fugiram da fazenda do Morro-alto, pertencente a Candido José Leite Bueno, no municipio da villa do Patrocinio, a 20 de Setembro, Lino, idade 30 a 35 annos, alto, magro, côr preta, rosto redondo, nariz chato, boca grande, tem falta de dentes na frente, barba no queixo e bigode, officio de carpinteiro, muito catingudo, soffre de hemorroidas sangradas a ponto de andar com as calças unidas. Foi montado em um cavallo saino, velho.

Simeão, a 23 de Abril, idade 25 a 30 annos, altura ordinaria, cheio de corpo, bem preto, rosto redondo, boa figura, bons dentes, muito ladino, tem um signal pequeno no rosto como de golpe.

Joaquim, creoulo de Minas, meio fula, corpo e altura regular, olha um tanto carrancudo, tem signaes no pescoço provenientes de ferros, nos tornozelos dos pés tambem tem signaes, idade 26 annos Este pertence á fazenda do Jaguary, no municipio de Campinas e fugiu ha trez annos mais ou menos. Gratifica-se com duzentos mil réis por cada um que fôr entregue nas referidas fazendas.

Elias, da fazenda do Camandocaya, estatura baixa, é fula, pouca barba, cheio de corpo, tem signaes de castigo, idade 30 annos, bem ladino, não encara bem. Gratifica-se com cem mil réis a quem o levar á referida fazenda. 5—2

Antonio Carlos de Sampaio Peixoto communica aos seus freguezes, e mais pessoas que precisarem comprar tijolos de sua fabrica, que tendo conseguido reducção no preço da lenha para a queima dos tijolos, faz n'estes uma reducção proporcional de hoje em diante, ficando os preços até aqui fixados, menos dois mil réis em milheiro. 4—2

uos, menos dois mil réis em milheiro. 4—4

AOS SRS. CARPINTEIROS

Na fazenda Quilombo, pertencente ao Exm. Sr. Senador Queiroz, encontra-se grande quantidade de taboas para assôalhos e forro, vigotas para forro e assôalhos, batentes e outras madeiras cerradas para diversos mysteres, vendidas na mesma fazenda com o abatimento de conducção e tambem poderá se mandar entregar nesta cidade mediante previo ajuste. 3—3

Fugiu do sitio de Antonio Francisco Leme Martins, no dia 20 do pp. o escravo Manoel, de idade de 44 annos, mais ou menos, creoulo de Pernambuco, com os signaes seguintes: alto, cheio de corpo, cara comprida, barba cerrada, boa dentadura, já tem alguns cabellos brancos, pés feios com os dedos virados para os lados e outros abertos com uma forquilha na sola dos pés, tem cravos de bôba ... crescido e enfrenque dos dois pés, conhecido por pés de inhame. Levou [illegible] fina e grossa. Quem o prender ou dér [illegible] certas será bem gratificado. 3—3

Fugiu no dia 7 de Abril, da fazenda de Domingos Leite Penteado Junior, o escravo João, com os signaes seguintes:

... escuro, corpo regular, pouca barba, boa dentadura, pernas zambras, tem o dedo pollegar de um dos pés voltado para cima, amansa animaes, trabalha em todo o serviço de roça é bom carreiro.

Quem o prender e levar a fazenda de seu dono, em Campinas, será gratificado com 100$. 5-5

bre-alcôvas, e uma grande sala de jantar que occupa quasi toda a extensão da frente; o quintal com bom poço d'agua vae até a rua do Portico, proporcionando terreno para edificar-se em qualquer das tres ruas que lhe fazem face. Quem a pretender dirija-se á rua Sete de Setembro n. 8 ou a Miguel Menardi na rua do Imperador. 6-4

Campinas, 18 de Abril de 1872.

Fugiram da fazenda do Morro-alto, pertencente a Candido José Leite Bueno, no municipio da villa do Patrocinio, a 20 de Setembro, Lino, idade 30 a 35 annos, alto, magro, côr preta, rosto redondo, nariz chato, boca grande, tem falta de dentes na frente, barba no queixo e bigode, officio de carpinteiro, muito catingudo, soffre de hemorroidas sangradas a ponto de andar com as calças unidas. Foi montado em um cavallo saino, velho.

Simeão, a 23 de Abril, idade 25 a 30 annos, altura ordinaria, cheio de corpo, bem preto, rosto redondo, boa figura, bons dentes, muito ladino, tem um signal pequeno no rosto como de golpe.

Joaquim, creoulo de Minas, meio fula, corpo e altura regular, olha um tanto carrancudo, tem signaes no pescoço provenientes de ferros, nos tornozelos dos pés tambem tem signaes, idade 26 annos. Este pertence á fazenda do Jaguary, no municipio de Campinas e fugiu ha trez annos mais ou menos. Gratifica-se com duzentos mil réis por cada um que fôr entregue nas referidas fazendas.

Elias, da fazenda do Camandocaya, estatura baixa, é fula, pouca barba, cheio de corpo, tem signaes de castigo, idade 20 annos, bem ladino, não encara bem. Gratifica-se com cem mil réis a quem o levar á referida fazenda. 5—4

...oso que trata da liquidação da dita firma, retirando-se o socio Leite pago e satisfeito de seus lucros. 3—2

Campinas, 20 de Abril de 1872.

Antonio Luiz Velloso.
Manoel José Leite.

ATTENÇÃO

Rs. 100$000

Fugiu da fazenda de Albino Alves Cardoso, na villa do Patrocinio das Araras, o seu escravo de nome Justiniano, o qual evadiu-se no dia 7 de Abril do corrente anno, com os seguintes signaes: crioulo do norte, alto e corpolento, idade 30 annos mais ou menos, pouca barba ou nenhuma, nariz bem chato, boa dentadura, rosto redondo, mal encarado, pés muito grandes e estragados de bixos, calcanhar inchado, com o nome de copim, côr meio fula. Este escravo foi do capitão Ribas, Quem do mesmo dér noticias e trouxer a meu poder será gratificado com a quantia acima. 3—2

Vinhos e Cognacs

Tem no armazem de José Mesquita dos Santos das qualidades seguintes:
Vinho do Porto muito superior alleuçado a 2$000 a garrafa.
Vinho de Setubal, o que ha de melhor a 3$000 a garrafa.
Vinho Madeira, o que ha de melhor a 3$500 a garrafa.
Vinho Xerez branco superior a 1$000 a garrafa.
Vinho Lisboa branco e tinto a 700 rs. a garrafa.
Cognac Julio Robin legitimo a 3$000 a garrafa.
Cognac Martel a 3$000 a garrafa.
Cognac Bouvin a 2$500 a garrafa.
Queijos do Reino frescos.
Manteiga superior.
Chá verde.
Chá da India.
Chá Preto. 4—8
Rua [illegible] n. 46, DESCOBRIDOR DO BRASIL

1872—Campinas—Typ. da Gazeta de Campinas.

sença dos referidos senhores em sua casa, rua do Commercio n. 53. Gustavo Bernard.

Desappareceu de um quintal no dia 10 do corrente uma besta rosada, calçada dos 4 pés, malacara, mal tosada, ficando na cernelha um pedaço sem tosar. Quando fugiu estava ferrada de 3 pés. Quem della dér noticias certas a Candido Pinto Flaquer, na rua Direita n. 45 A, relojoeiro, ou na fazenda de Antonio Manoel de Moraes será gratifi-

CRIADO

Precisa-se de um para todo o serviço, largo do Rosario 74. 3—3

1872—Campinas—Typ. da Gazeta de Campinas

Anhaia & Angelo.

NOVILHOS

Na fazenda do Barão d'Anhaia, vendem-se novilhos mestiços proprios para carros e alguns já mansos e com pouco trabalho.

Trata-se com o mesmo, ou com Raphael Luiz Pereira da Silva. 3—29

Da casa de José Luiz de Oliveira, no dia 18 de Abril de 1872, fugiu o seu escravo Joaquim, idade 26 annos mais ou menos, natural de S. Paulo, com os signaes seguintes: mulato, cabellos grenhos, pouca barba, altura regular, corpo delicado, bonito de rosto, olhos pretos e grandes, boa dentadura, tem um signal

to de mãos e pés, tem os tornozellos dos pés meio pensos para o lado de dentro, falla bem, tem pratica de negocio de molhados, entende de contas, lê mal e tem pratica de andar com carroça. Quem o prender e entregar ao seu senhor será gratificado com cem mil reis. 3—4

HOJ

Fugiu no dia 7 de Abril, da fazenda de Domingos Leite Penteado Junior, o escravo João, com os signaes seguintes:

Idade 30 annos, pouco mais ou menos, mulato, quasi escuro, corpo regular, pouca barba, boa den-

ferrada, tosada de novo, tendo no pé da cernelha a crina mais alta e o topête um pouco maior que a crina, é muito boa de marcha e muito mansa. Quem della dér noticias nesta mesma cidade em o hotel Cazes ou na chacara do sr. Belarmino será bem gratificado.

Campinas, 24 de Abril de 1872.

Bazilino Modesto de Castro.

ATTENÇÃO

O abaixo assignado tem a honra de participar aos seus amigos e freguezes que acaba de lhe chegar mais uma porção do afamado e superior

CAPITULO 2

O Gesto da Fuga

2.1 Introdução

O regime econômico e social do Brasil no século XIX era a escravidão. A sociedade era dividida em três estamentos básicos: os senhores, os escravos e os pobres livres. Os senhores eram os proprietários das terras e dos escravos. Os pobres livres eram pequenos proprietários de terras, pequenos vendedores, muitas vezes escravos alforriados e colonos. Os escravos viviam em cativeiro sob o domínio, principalmente, do dono, o qual decidia sobre suas ações. Esse autorizava o escravo a circular e determinava por onde circular. A legislação aparecia como controladora e como regulamentadora das ações do escravo. Esse não podia ir legalmente a qualquer lugar a qualquer hora. O dono o mandava executar certa ação num momento dado e a legislação punia qualquer excesso. O escravo não tinha o poder de decidir nem como, nem quando circular na cidade.

Por meio dessas restrições, observamos como o processo de subjetivação do escravo (os seus processos de identificação) são determinados pelo funcionamento de interdições espaciais, temporais e modais inscritas no discurso da lei. O escravo se constitui enquanto sujeito a partir de uma predicação de movimento (circular pela cidade) determinada por restrições temporais, espaciais e modais.

O Código de Postura da Câmara Municipal de Campinas do ano 1864 estabeleciam essa regulamentação do tempo, do espaço e do modo como os escravos deviam circular na cidade, como será visto a seguir:

Capitulo 7

Art. 60 É proibido aos escravos jogarem quaesquer jogo nas ruas, praças, estradas ou em cazas alheias sob a pena de 15$rs. de multa ou 10 açoites a escolha dos Senhores: as pessoas livres que jogarem com escravos ou prestarem suas cazas para isso terão a pena de 30$rs. e 8 dias de prissão.

Capitulo 9

Disposições Geraes

Art. 67 Todo o escravo que for encontrado na rua depois do toque de recolhida, sem bilhete de seo senhor, será preso, e no dia seguinte entregue a quem pertencer.

Art. 68 Todos os donos de tabernas, botequins e armezens que concentrem ajuntamentos de escravos demorados mais tempo do que necessário para comprarem ou venderem serão multados em 4$rs. E dois dias de prissão: os escravos sofrerão 10 açoites e poderão ser isemptos pelos senhores, pagando uma multa de 2$rs

Art 69 O escravo fugido que for preso sem ordem de seo Senhor, este pagará a quem capturar 8$rs.Se for preso em quilombo sem resistência 6$rs. E com resistência 20$rs.

Podemos observar que os escravos, segundo esse código que regula os bons costumes da cidade, não podiam circular pelas ruas sem o consentimento dos senhores fora dos horários liberados, não podiam jogar, não podiam comprar bebidas alcoólicas, não podiam permanecer em uma taberna mais tempo do que o necessário. Em Códigos de Posturas de outras cidades também encontramos:

Código de Postura de Araçareguama, S.P.

Art. 126-: Todo inspector de quarteirão que em seus distritos consentir escravos fugidos, sem que dê parte às autoridades será multado em 4$rs..

Código de Postura de São Simão

Art. 127: É proibido alugar ou emprestar coisas ou dinheiro a escravos, sem autorização dos senhores, multa de 10$000 ou prisão por 2 a 4 dias.

A vida pública do escravo na cidade está, desse modo, regulamentada. Aparece, através deles, uma microfísica do poder[5]. Um modo de arrumar no mínimo a ordem estabelecida na sociedade. Isso se dá porque os regulamentos incluem não só o escravo, mas também todo aquele que com ele se relacione, ou seja, o restante da sociedade. Podemos observar que não só ele é regulamentado e punido, como também aqueles que o rodeiam, pois estão envolvidos nas ações por ele realizadas. Dessa

---

[5] Foucault, M. **La Verdad y las formas jurídicas** Mexico Ed. Edisa (1988)

maneira, nos é possível ver que, se o dono da taberna ou o da hospedagem deixar o escravo permanecer em seu estabelecimento será punido, se o dono da casa joga com o escravo do qual não é dono, também será punido, se o inspetor de quarteirão não informa sua presença, também o será.

Assim, através dos Códigos de Postura, instauram-se juridicamente processos de exclusão do escravo da vida pública da cidade, processos que atingem (via punição) também àqueles atores sociais que venham por ventura se relacionar com eles. Todos são punidos por infringir as regras estipuladas pelos Códigos de Postura que eram criados para regulamentar a distribuição da cidade em tempos e espaços.

Nessa escrita sobre o escravo, observamos que eles eram diferenciados em categorias. Na classe geral evidenciada pelo enunciado *Todo o escravo que*, encontramos os *ajuntamentos de escravos demorados, escravos encontrados na rua, os escravos sem autorização* e *os escravos fugidos, escravos fugidos em quilombo que reagem com resistência, escravos fugidos em quilombo que reagem sem resistência.*

O primeiro enunciado pode ser parafraseado do seguinte modo: "Qualquer escravo que....., será preso e entregue ao seu senhor".; ou "todo aquele escravo que..., será entregue a". Há nesta frase uma indeterminação, "qualquer um ou todo aquele", que permite a generalização. Mas essa generalização se quebra ao diferenciar as categorias. A particularidade dessas categorias reside no fato de encontrarmos determinações caracterizadas pela contingência, as quais se ligam ao nome incidentalmente e, por isso, é que são variáveis e substituíveis, como pode ser observado a seguir

1□ Escravos que estão demorados na rua

2□ Escravos que são encontrados na rua

3□ Escravos que não resistem

4□ Escravos que resistem

5□ Escravos que estão sem cartas do senhor

6□ Escravos que estão na rua depois do toque de recolher.

As determinações acima aceitam uma paráfrase que insere uma relativa determinativa na qual se torna evidente que não há ligação direta entre o nome e seu complemento, também encontramos determinações não variáveis cuja ligação ao nome não aparece como contingência, não sendo substituíveis e, por isso, se constituindo como epítetos do nome, como no caso de:

Escravo fugido

Embora teoricamente essas determinações aceitam a paráfrase pela inserção de uma relativa determinativa (escravo que é fugido) não é o modo como se apresenta no *corpus* reiteradamente. Assim, a expressão escravo fugido constitui enunciativamente uma categoria específica de escravo, categoria que, constituída no texto da lei, se estabiliza nos textos dos anúncios. Isso pode ser também observado no grau de complexidade que a estrutura oferece. Quanto mais simples é uma estrutura, mais naturalizada se encontra a predicação que se associa ao nome, como no caso de escravo fugido.

Cabia ao escravo se movimentar em um espaço controlado, num tempo delimitado e de modo definido. Porém, os escravos fugiam, sem permissão.

2.2. - O espaço

Outro ponto relevante que podemos observar é a questão do espaço do escravo nas cidades, outorgado pelos códigos. Segundo vemos nesses códigos de postura, o escravo tem um espaço pelo qual tem direito, ou pode, se mobilizar.

Esse espaço físico no qual se movimenta o escravo limita os processos de identificação pelos quais ele se constitui em sujeito. Ele será escravo, também, enquanto freqüente os lugares que são permitidos e destinados para ele. Assim, o chafariz, a rua, as lojas, as casas são lugares onde o escravo está e é escravo porque está nesses espaços e não em outros. Seria impossível pensar um escravo desacompanhado, sentado na sala ou na sacada da casa, ou na casa de modas, ou sentado no restaurante da cidade, esses lugares, esses espaços serão reservados para os donos de escravos e não para os escravos.

Os espaços, os lugares em que se movimenta o escravo o significam. Como diz Zoppi quando fala dos espaços da cidade:

(...) permite ao sujeito se situar no mundo porque se situa no mundo das significações, isto é, se reconhece num lugar da memória discursiva. (Zoppi, 1997: 4).

Assim, o espaço pelo qual o escravo é autorizado a se movimentar constitui parte da realidade com a qual se relaciona. Os espaços estão inseridos dentro de uma discursividade que permitirá ao escravo se significar de certas maneiras e não de outras e, desse modo,

funcionando como espaços de subjetivação. O sujeito se constitui na sua inserção/identificação no espaço da cidade delimitado pelo cruzamento de uma memória e um lugar do tecido urbano. (Zoppi, 1997). Esse espaço permitirá ao escravo se significar como tal.

Os regulamentos existiam para distribuir, entre outras coisas, os indivíduos no espaço. A técnica usada para realizar esse fim consistia na distribuição dos indivíduos dentro da cidade e, primeiramente, nas propriedades. A esse respeito encontramos uma excelente ilustração nos planos das casas apresentados no livro *Casa Grande e Senzala*. O lugar a ser ocupado pelos escravos estava bem delimitado. O lugar dos donos de um lado e, do lado deles, o lugar de trabalho dos escravos. O lugar onde os escravos viviam, ou seja, dormiam e tinham sua vida encontrava-se sempre às vistas do dono.

Foucault, ao trabalhar os regulamentos militares, educacionais e industriais da França dos Séculos XVIII, aponta questões que nos servem para ler os dados que temos a respeito dos escravos.

O autor afirma:

En la disciplina, los elementos son intercambiables puesto que cada uno se define por el lugar que ocupa en una serie[6], *y por la distancia que lo separa de los otros. La unidad en ella no es, pues, ni el territorio (unidad de dominación), ni el lugar (unidad de residencia), sino el rango: el lugar que se ocupa en una clasificación, el punto donde se cruzan una línea y una coluna, el intervalo en una serie de intervalos que se pueden recorrer unos después de otros. La disciplina, arte del rango y técnica para la*

[6] O sublinhado é nosso

tranformación de las combinaciones. Individualiza los cuerpos por una localización que no los implanta, pero los distribuye y los hace circular por un sistema de relaciones.[7]*(Foucault 1976:144)*

Nós sabemos que os escravos podiam ficar na rua até certa hora, que não podiam estar em tabernas, botequins nem armazéns mais tempo que o necessário, não podiam jogar nas ruas ou estradas. O escravo tinha que circular sem se deter. Podemos ver que os espaços pelos quais ele transita só podem ser usados enquanto fluxo, por isso, o escravo não pode "ficar", permanecer, nestes espaços. A ele não é permitido ocupar os espaços considerados públicos, da sociedade. As relações que se traçam são totalmente passageiras dentro do espaço público. A regulamentação nos deixa entrever essa "transitoriedade", essa não-permanência do escravo no espaço público que lhe é vedado. A disciplina aplicada separa os lugares, separa o corpo social de modo tal que podem suas partes ser identificadas separadamente e, portanto, dominadas. Como afirma Foucault:

La disciplina aumenta las fuerzas del cuerpo (en términos económicos de utilidad) y disminuye esas mismas fuerzas (en términos políticos de obediencia). Ibidem p. 142

A sociedade campineira do Séc. XIX elabora esse tipo de estratégia. Por um lado, evita a dispersão dos escravos nas ruas e, por outro, os domina com, entre outras metodologias, o código que não pune somente o escravo, pune o homem livre que se relaciona com ele com

---

[7] o sublinhado é nosso

multa, enquanto o escravo sofrerá castigos físicos optativos, ou seja, o dono escolherá sua aplicação.

2.3.- O gesto da fuga

A fuga do escravo se constitui em gesto que se inscreve no simbólico provocando uma escrita. Essa escrita é o anúncio de fuga. O escravo não tem um lugar de enunciação enquanto sujeito público, legítimo da sociedade escravocrata. Sua fala é doméstica, não aparece, não conta e, quando aparece, é traduzida pelo senhor nos atos em que se estabelece uma relação com o Estado[8]. Reduzido ao silêncio político[9], ele significa através de outros atos simbólicos. A fuga é um desses atos simbólicos, significa enquanto gesto. Enquanto ato simbólico se inscreve no real produzindo sentido e efeitos. O gesto de fuga provoca uma escrita, uma fala na qual o escravo é dito, e não só dito, pois ganha corpo e figura: o gesto de fuga força processos de singularização que fazem sua entrada no simbólico através da escrita provocada pelo escravo.

Faz-se necessário, agora, definir o conceito de gesto utilizado neste trabalho. O gesto é, etimológicamente, uma palavra derivada do

---

[8] A respeito, pode ser consultado Zattar (2000), tese de mestrado defendida em Unicamp-IEL. Dep. de Lingüística.

[9] Tomamos, aqui, o conceito de polílica elaborado por Ranciere (1999) . O autor define politica como: "o conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição é a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Essa igualdade, (...) não se inscreve diretamente na ordem social. Manifesta-se apenas pelo dissenso, no sentido mais originário do termo: uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável." (op.cit. :372)

latim *gestus* e seu significado corresponde inicialmente a movimentos do corpo. O dicionário Aurélio o define como:

Gesto: *S.m. 1. Movimento do corpo, em especial da cabeça e dos braços, ou para exprimir idéias ou sentimentos, ou para realçar a expressão; mímica.*

O gesto se contrapõe à *gesticulatio,* sendo o primeiro mais comedido, dominado, e o segundo mais excessivo ou conturbado. Nos manuais de comportamento editados a partir da Idade Media, aproximadamente, o gesto tinha que ser controlado, sobretudo naqueles que exerciam cargos de mando. A escola francesa da década de setenta, encabeçada por Michel Foucault, realizou estudos sobre esses materiais, tentando observar o domínio de si em relação ao domínio dos outros.

O gesto, a partir dessas interpretações, deixa seu estatuto de simples movimento para passar a ser entendido como possuindo significação. Orlandi (1998) trata o gesto como :

A interpretação é um "gesto", ou seja, é um ato no nível simbólico (Pecheux, 1969). Sem esquecer que a palavra gesto, na perspectiva discursiva, serve justamente para deslocar a noção de "ato" da perspectiva pragmática; sem, no entanto, desconsiderá-la.

O gesto da interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é "materializada" pela história. (Orlandi; 1998:18)

No nosso trabalho, entendemos o gesto como ato simbólico inscrito no silêncio. Assim, o gesto perpassa a relação entre palavras e coisas num movimento que trabalha a relação entre real, simbólico e

imaginário. O silêncio fundador, proposto por Orlandi, é *aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar (op.cit. 24).* Através disso, pode-se dizer que há um gesto provocador que significa no silêncio, e que provoca a escrita e a fala sobre ele, e que dá as condições de possibilidade para significar.

A fuga, o ato da fuga se constitui enquanto gesto. Produzirá sentidos, significará, se entrecruzará com discursos como o da imprensa conservadora ou da imprensa abolicionista, com o discurso do código e o da lei, com o discurso literário.

Como afirma Orlandi (1999), (...) o discurso é efeito de sentidos entre locutores. (Orlandi, 1999:21).E os locutores destes discursos são minimamente dois: os escravos silenciados (que fogem), por um lado, uma sociedade escravocrata, pelo outro.

Podemos dizer que nos encontramos frente a discursos que falam do escravo. A voz do escravo não é ouvida. Só ouvimos a voz do dono, a voz da lei. Mas o escravo se exprime de todas as formas, ele reage, ele foge. Seu gesto é o gesto da fuga. Esse força uma escrita que lhe dá corpo, incorporando-o na sociedade como individuo singular. Incorpora-o porque o faz integrante e o incorpora porque lhe dá corpo. Desse modo, o escravo circula publicamente através de uma escrita dada nos anúncios de jornal, ganhando um espaço de visibilidade.

Embora o escravo não possa falar em público ou se dirigir a alguém sem expressa permissão do dono, embora o escravo não diga realmente o que acontece com ele, na sociedade são elaborados mecanismos de controle através dos quais a situação do escravo emerge.

Esses códigos, esses regulamentos se lidos pelo avesso, isto é, pelo que calam, nos dão a idéia clara de quais os lugares e posições que o escravo podia ocupar, quais os lugares que eram reservados para ele. Nesse sentido, a modalidade dos enunciados nos serve de pista para descobrir as pegadas do escravo na cidade. A interdição "é proibido" (negação de um poder fazer, impossibilidade) e a possibilidade irreal (um poder fazer improvável) sinalizam que ele andava pelas ruas, que jogava, que enganava, que ia à casa de outras pessoas, que circulava. O escravo silenciado produz com seus gestos a fala a respeito dele. Ele provoca essa fala. Existe a necessidade de falar a respeito dele porque ele está ali, está presente e sua presença significa enquanto gesto. Gestos extremos que significam também na ausência.

O escravo provoca com os diferentes gestos que desencadeiam a fala a respeito dele: a própria morte, o suicídio, o matricídio, o aborto, a morte sofrida por causa de uma tentativa de aborto, a fuga, a reiteração da fuga, todos eles publicados nos jornais ora como anúncios, ora como artigos policiais, escritas provocadas por gestos.

Dentre esses gestos, o da fuga também faz com que o dono de escravos produza uma escrita sobre o escravo fugido. Assim, ao descrevê-lo, dá corpo, in-corpora o escravo de forma singular, dando-lhe uma dimensão outra: a de sujeito. O escravo aparece nesses anúncios, como sujeito e não como objeto. Ele será um sujeito histórico a partir da escrita que é provocada pelo seu silêncio.

CAPITULO 3

QUESTÕES TEÓRICAS

3.1.-Dos Nomes Próprios

No presente ponto, trabalharemos o conceito de Nome Próprio a partir de uma perspectiva histórica, visando, através desse seguimento, observar o tratamento dado ao conceito por diferentes autores (Frege 1892, Searle 1981, Ducrot 1984, Guimarães 1995, 1999, Dias 1995, Pêcheux 1975, Zoppi-Fontana 1997) e, assim, esclarecer pontos que nos ajudem a definir o conceito de Nome Próprio e sua relação com a descrição, entrando no problema da referência presente no nosso *corpus*. Iniciamos nosso percurso por Frege.

Nas páginas iniciais do seu artigo "Sentido e Referência", Frege nos dá a definição de nome próprio:

A designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou outros sinais. Para sermos breves, chamaremos cada uma destas designações de nome próprio.

O sentido de um nome próprio é entendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de

designações a que ele pertence; isto, porém, elucida a referência, caso ele tenha uma, mas de uma maneira sempre parcial. Para um conhecimento total da referência, exigir-se-ia que fôssemos capazes de dizer, imediatamente, se um dado sentido pertence ou não a essa referência. Isto, porém, nunca conseguiremos. (Frege; 1892; 62-63)

Frege diz que há uma conexão regular entre signo, sentido e referencia. Para um signo há um sentido e uma referência possíveis. Esse fato se dá porque, para Frege, a relação do signo (nome próprio) com o mundo é mediada pelo sentido. Para cada nome próprio (cuja expressão pode comportar um signo ou um conjunto de signos – descrição definida- pode existir uma, ou nenhuma referência no mundo e um sentido possível que contém nele o modo de apresentação do objeto. Essa relação tem a particularidade de que para uma referência pode haver vários nomes (a estrela da manhã e a estrela da tarde) e um sentido unindo o nome com a referência, ou seja, a um mesmo objeto no mundo podem corresponder vários nomes próprios[10] e vários sentidos. Também existe, para Frege, a possibilidade da existência de nomes próprios que tenham sentido e não tenham referência (como mencionamos acima), mas não é possível que careçam de sentido. É interessante observar que o sentido de um nome não está necessariamente amarrado a um objeto no mundo, já que esse pode não ter existência real. O nome próprio estaria sempre relacionado a um sentido, sem necessariamente ter uma referência. Frege afirma:

---

[10] Frege afirma, quando dá o exemplo do triángiulo, que: *la referência de las expresiones "el punto de intersección de a y b "y "el punto de intersección de b y c "seria ciertamente la misma" (op.cit.53)logo* o sentido que une signo e referência varia em cada um dos casos.

Se as palavras são usadas de modo corrente, o que se pretende falar é de sua referência.(Frege; 1892:64).

Portanto, utilizando as palavras do modo que já conhecem aqueles que usam esse sistema lingüístico, a referência de um nome próprio é o objeto no mundo do qual se quer falar. Existe a possibilidade, em determinados contextos (contextos opacos: estilo indireto), de que a referência esteja em outras palavras, signos de signos, não estando relacionada diretamente com o mundo. Mas esses casos não devem ser tomados na sua referência usual. Do mesmo modo,

As palavras de quem cita referem-se, imediatamente, às palavras de quem é citado, e somente estas últimas têm sua referência usual. Temos, assim, sinais de sinais.(Frege 1892:64)

Frege apela à existência de um mundo ao qual se chega de modo indireto, através do sentido, um mundo no qual os nomes próprios referem às coisas. Ele só se afastará do mundo quando trata a representação. Assim, a referência de um nome próprio, quando ela existe, é um objeto sensivelmente perceptível, mas a representação é uma imagem interna que cada indivíduo faz dele. Frege diz a respeito desta relação:

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto a representação, mas que também não é o próprio objeto. (Frege; 1892:65)

Para Frege o sentido é social, *propriedade comum de muitos*, e a representação é individual: nasce e permanece de/em um sujeito produtor

carregado de sensações. A referência, quando existe, é objetiva, já que corresponde a um objeto no mundo.

Por último, o objeto no mundo designado por um nome próprio não necessariamente será um objeto sensivelmente perceptível. Esse poderá ser um conceito ou expressão conceitual. Esse tipo de designação só será possível quando sob o conceito se encontre um objeto e somente um.

O nome próprio será tratado novamente em Frege (1892-1895). Ele será especificado como sendo nome individual. A esse nome individual corresponde uma e só uma referência e pode lhe ser atribuídos diferentes sentidos. Esses três elementos se encontram intimamente interligados. Não há objetos ou referência sem nome e sem sentido. Nessa trilogia, o sentido cumprirá o papel de nexo entre a referência e o nome.

Outro esclarecimento importante, que reforça o anteriormente dito e que encontramos neste ensaio, é a divisão dos nomes em próprios e comuns, subdividindo os nomes comuns, de acordo com uma sugestão feita por Husserl a Schrõder, em unívocos e multívocos. De acordo com isso, Frege definirá nomes próprios como:

El nombre propio debe tener por lo menos un sentido (tal como yo utilizo esta palabra); de lo contrario, sería una sucesión de sonidos y sería incorrecto calificarlo de nombre. Para el uso científico, no obstante, hay que exigir de él que tenga además una referencia; que designe o nombre un objeto. De este modo el nombre propio se relaciona a través del sentido, y sólo de éste, con el objeto. (Frege; 1892-1895:100)

Podemos observar através desse curto percurso feito por Frege, que o nome próprio tem por função principal nomear ou designar uma

coisa única no mundo. Ele tem um ou vários sentidos obrigatoriamente e só uma referência facultativa, que é imprescindível para o seu uso científico. O sentido do nome próprio é o modo de apresentação do objeto. A referência é o objeto nomeado.

Para Frege, todo objeto sensivelmente perceptível tem obrigatoriamente um nome e um sentido. Existe a diferença, para esse autor, entre nomes comuns e nomes próprios. Os nomes comuns referem a classes de objetos e aos nomes próprios correspondem uma única referência, quando existe. Tal referência tem um signo ou vários signos que a expressa e um sentido, estabelecendo o nexo entre signos e referência. Em outras palavras, o nome próprio (signo) "a estrela da manhã" e o nome próprio "a estrela da tarde" tem uma única referência: "Vênus", e um sentido unindo signo a referência. O nome comum (signo) "cadeira" refere a todos os objetos da classe que tem as características próprias duma cadeira: quatro pés, um encosto, etc. e um sentido unindo o nome comum ao signo. As cadeiras podem ser diversas, a estrela da manhã é única.

Se tomarmos o exemplo de "Kepler" observarmos que "Kepler" se iguala a "quem descobriu as órbitas elípticas dos planetas". Desta maneira, o nome próprio, de acordo com Frege, se iguala a uma descrição definida. Dizer "Kepler" ou dizer "quem descobriu as órbitas elípticas dos planetas" tem a mesma referência. Desta afirmação surgem duas perguntas: *Os nomes próprios têm um sentido? ; O nome próprio é uma descrição abreviada?* As respostas a essas duas perguntas foram respondidas por Searle num artigo que se encontra no final do livro "Atos

de Fala" e que trata dos problemas que traz a teoria dos nomes próprios de Frege.

Frente à afirmação de Frege que os nomes próprios têm um sentido, Searle se perguntará se realmente a definição e função dos nomes próprios é como Frege a propõe.

Searle contraporá durante todo o texto, a noção de nome próprio e descrição definida. Assim, ele chegará a ponto de afirmar que os nomes próprios denotam, tendo uma íntima ligação com o objeto como um todo, e as descrições definidas falam a respeito de só um aspecto do objeto, somente predicam a respeito dele, não representando o objeto real como faz o nome próprio. Mas esse nem sempre serve para referir, segundo o autor, em proposições existenciais, não se refere porque:

Uma afirmação de existência não se refere a um objeto para estabelecer que ele existe, mas sim, exprime um conceito e afirma que há uma instância em que ele é verdadeiro para um objeto. (Searle; 1981 :217/8).

Ou seja, se se afirma a existência de um nome próprio é porque *ele deve ter algum conteúdo conceptual ou descritivo* (Searle;1981:218). O conteúdo descritivo dos nomes próprios é o seu sentido porque ao afirmar algo a respeito de certo nome próprio afirmo mais coisas que a simples afirmação, por exemplo:

O Everest é o Everest.

Nessa afirmação, não só dizemos que esse monte é ele mesmo, mas também falamos da sua importância, da sua grandiosidade, e de uma série de aspectos que o compõem e que estão implícitos no nome. Assim, o nome próprio poderia ser pensado como um tipo de descrição abreviada.

Mas tal afirmação não pode ser tomada como verdadeira porque, por um lado, tanto descrição quanto nome se encontram em diferentes planos, ou seja, enquanto as descrições são *verdades contingentes dos portadores de nomes (Searle, 1981),* os nomes próprios nem sempre são equivalentes a elas porque elas correspondem somente àquele que leva esse nome, colocando-se em planos diferentes.

De acordo com Searle, *um nome próprio tem por característica ser empregado para se referir ao mesmo objeto em diferentes ocasiões* (Searle; 1981:220), o que traz como conseqüência a pressuposição de que não acontecem mudanças no portador do nome, pressuposição que constitui uma das condições necessárias à identidade de referência e do objeto dela. O nome próprio está relacionado a uma classe que encerra as características gerais, que faz com que o objeto nomeado seja o mesmo em diferentes tempos - t1 e t2.

Portanto, o "critério de identidade", pelo qual o objeto pertence a determinada classe, não é suficiente para a identificação de um objeto determinado, embora tal sentido dado ao objeto, através desse critério, seja analiticamente verdadeiro.

A importância, do ponto de vista pragmático, dos nomes próprios, reside no fato deles nos darem as condições de possibilidade para a referência dos objetos. Eles não se constituem como descrições, eles são, para Searle, *cabides, dos quais pendem as descrições* (Searle; 1981:227). Em outras palavras, eles servem de suporte para posteriores descrições, os nomes próprios são anteriores às descrições e eles dependem delas para terem um sentido, entendendo sentido como "modo de apresentação" que identifica o referente. Portanto, seu sentido não é tão imediato como o das

descrições definidas. Ou seja, eles não têm um sentido próprio, como afirma Frege, nem são uma descrição definida, eles são, a partir de Searle, uma condição de possibilidade.

O conceito de nome próprio sofre aqui um deslocamento. De uma descrição definida passa a ser a condição de possibilidade para um ato de fala. Enquanto em Frege o nome próprio está relacionado com um particular e pode ser substituído por uma perífrase "aquele que", para Searle o nome próprio pode-se referir a dois objetos e a particularidade de cada um deles está dada pela descrição. A descrição aparece nesse autor como externa ao nome e não mais existe uma relação de igualdade. Para Frege, "Kepler" seria igual a "aquele que descobriu as órbitas...", para Searle, "Kepler" é um "cabide" onde se penduram as perífrases, ele dá as condições de possibilidade para a realização de atos de fala.

Por outro lado, no campo da Lingüística, Oswald Ducrot (1984) fez uma análise dentro dessa problemática. Esse autor escreveu um artigo chamado "Referente" que trata da relação do referente com o mundo, relação que diferirá da visão exposta até o momento.

O autor nos diz:

> *Qualquer enunciado, seja do tipo que for, trata (ou melhor, pretende tratar) de um universo diferente daquilo que se declara pensar ou desejar acerca dele. Digamos, a palavra não se apresenta, não se pode apresentar como criadora. pelo contrário, exige ser posta em confronto com um mundo que possua uma realidade própria (mundo este e realidade esta que podem ser muito diferentes daquilo a que se chama o mundo ou a realidade): o que a palavra implica, implica-o relativamente a esse mundo. (Ducrot;1984:418)*

A palavra não se apresenta como criadora, ela pede um certo mundo que tenha uma realidade própria. Essa realidade é exterior à palavra, embora a palavra se declare como fundadora da realidade. Essa exterioridade à palavra é necessária para a existência da mesma. O que seria a referência, então? Seria o mundo?

Ducrot afirma que sempre que há um dizer há uma orientação necessária para *aquilo que não é o dizer*. A orientação para o não dizer é, para Ducrot, a referência. O referente é, portanto, para esse autor, o objeto que essa orientação para o não dizer pretende descrever ou transformar.

A palavra, então, diz respeito a um objeto e, simultaneamente, o constitui, ou seja, esse objeto é independente da palavra, não é ela quem o cria, quem lhe outorga existência. A existência, independente do objeto como já constituído, como já existente, é produzida pela transformação dele em juiz.

Ducrot, então, definirá referência e referente do seguinte modo:

*(...) desde que haja um acto de fala, um dizer, há uma orientação necessária para aquilo que não é o dizer. É a esta orientação que podemos chamar "referência", chamando "referente' ao mundo ou objecto que ela pretende descrever ou transformar. (O referente de um discurso não é, assim, como por vezes se diz , **a** realidade mas sim a **sua** realidade, isto é o que o discurso escolhe ou institui como realidade). (Ducrot;1984: 419)*

Nesse trecho um ponto nos interessa. O referente deixa de ser um objeto no mundo sensivelmente perceptível. Ele passa a ser construído num discurso que constitui o mundo, parte da realidade do discurso, e

não de uma realidade externa e comum a todos os objetos. O referente remete a todos os outros discursos que são ou podem ser sua continuação.[11]

Em primeiro lugar, a referência é, então, o que não é dizer e que, ao mesmo tempo, não é o objeto. Poder-se-ia pensar que a referência é o que delineia o objeto por fora, o que o desenha, o que lhe dá os limites dentro do discurso e que, ao mesmo tempo, não é a palavra exata a respeito dele.

O visto até aqui em Ducrot, convida-nos a refletir sobre a referência como sendo constituída por todos aqueles enunciados que, direta ou indiretamente, vão descrevendo o objeto ou mundo, já que esses elementos orientam para aquilo que não é o dizer.

Assim é que Ducrot introduz a ambigüidade do referente. Ele diz que o referente é ambíguo porque, por um lado, ele deve ser exterior ao discurso e, por outro, fica inscrito nele. Assim, essa ambigüidade residiria no fato de haver dois sentidos e uma relação com o enunciado.

Nesse ponto, encontramos outro deslocamento. Para Frege, como vimos, o nome próprio tem uma referência (obrigatória no caso da ciência) no mundo perceptível, para Searle o nome próprio dá as condições de futuras predicações ao nome e para Ducrot o referente de um nome está no âmbito do discursivo, num conjunto de enunciados que tem um sentido[12]. A referência aponta para aquilo que não é o dizer.

---

[11] Cabe esclarecer aqui que o conceito de discurso utilizado por Ducrot nesta fase de sua teoria é o seguinte: o discurso corresponde a esfera do observável, cuja unidade é o enunciado e cuja unidade semântica é o sentido.

[12] O conceito de sentido em Ducrot é diferente do de Frege. Para Ducrot (1984) o sentido de um enunciado é a descrição de sua enunciação

O que encontramos em comum em todas essas teorias, até Ducrot, é a remissão a um objeto, uma funcionalidade da palavra de remeter sempre a uma coisa, seja de modo positivo ou negativo, seja por inclusão ou exclusão.

Partindo do "Sofista" de Platão, Ducrot fará uma análise do que é função referencial e função descritiva.

Tomando a frase "Sócrates corre" ele distingue nas palavras constituintes duas funções diferentes. A primeira palavra serve para se referir a um objeto, podendo ser independente do restante da frase, e a segunda serve para exprimir o que é dito, descreve Sócrates através da menção de uma de suas ações.

Esta distinção platônica pode ser argumentada na lingüística do seguinte modo:

- tal distinção pode ser atribuída a motivos de tipo sintático (sujeito e predicado)
- como uma relação feita por um verbo entre vários "actantes".

De acordo com Ducrot, Strawson propõe que a frase, como afirmação, implica um certo número de negações que se relacionam com outros eventuais sujeitos que poderiam estar ligados ao verbo em questão. Portanto, no momento da descrição de um referente se excluem outras descrições do mesmo.

Mas até esse ponto do texto, Ducrot não dá uma definição de referente ou não chega, ainda, nela. É por isso que começa a ensaiar algumas definições a partir do analisado anteriormente, chegando na seguinte definição de referente:

esse ser tal como é descrito, aquilo que aparece na descrição. (Ducrot;1984: 434)

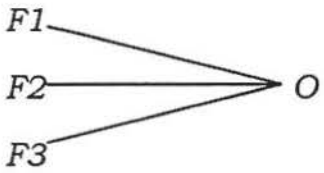
O referente é o descrito, o discurso na sua totalidade, o que se diz a respeito de uma coisa, e aquelas relações que esse discurso possa estabelecer com outros discursos e não com a coisa em si. É por esse modo particular de ser que o discurso pretende tratar de um universo independente dele.

Determinado o conceito de referente, podemos observar o funcionamento dos outros componentes que atuam junto com ele. Assim, as expressões referenciais aludem ao referente, através do discurso, a um universo diferente delas mesmas. Outros elementos são as expressões dêiticas que não só permitem identificar objetos, mas também ligam o conteúdo da fala a um mundo exterior a ela, o mundo em que o discurso se realiza.

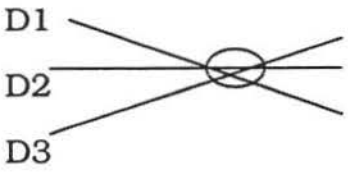
O referente, então, aparece como indizível já que não pode ser dito por outro discurso que não seja o próprio. O discurso teria a necessidade de admitir que no mesmo dizer há um indizível que emerge, o seu referente. Como afirma Ducrot:

A palavra não cessa de projetar um mundo que, diferente dela, não se pode reduzir ao que ela diz, mas que, no entanto, fica inacessível a qualquer outra palavra. Um tal mundo é indizível: por um lado, não pode ser esgotado pelo discurso que o revela (caso contrário não seria um mundo) mas, por outro lado, nenhum discurso diferente pode revelá-lo melhor.(Ducrot; 1984: 437)

Guimarães (1995) afirma que a solução proposta por Ducrot para o problema do referente não é satisfatória(...) porque (Ducrot) não consegue deixar de falar de um objeto que se objetiva pela linguagem pelas diversas e diferentes falas, sendo delas distinto. (Guimarães;1995:74)O indizível de Ducrot é, para Guimarães, o objeto fora da linguagem. A posição enunciativa de Ducrot é, segundo Guimarães, graficamente a seguinte:



Ele proporá uma nova posição enunciativa:



Guimarães afirma que a constituição do objeto se dá por uma "relação de discursos", exposta à diferença. Desse modo, a relação de designação entre a linguagem e o objeto será instável.

Zoppi (1997) define processos de designação como:

(...) relações semânticas instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito, a partir das quais instala-se um sentido, apagando outros possíveis/dizíveis.(Zoppi;1997:2)

De acordo com essa posição, as palavras não designariam coisas do/no mundo, mas sim no tecido de discursos existentes, pois é neles que

se encontram os referentes para os nomes. Assim, a relação de designação sofre, novamente, um deslocamento para fora do mundo objetivo.

Guimarães (2000) afirma que a designação estaria composta tanto pelo ato de nomear como pelo de referir. Ela se encontrará movimentada sempre por cada referência a cada momento. O processo de designação, então, teria momentos diferentes, a saber: a nomeação, na qual se enuncia a existência de algo, dando-lhe um nome e onde se estabelece a relação entre o nome e a coisa; e a referência, que é a enunciação de um objeto através de um nome próprio. Esse processo se funda na memória de enunciações anteriores, por exemplo, a nomeação.

Guimarães, segundo nosso parecer, condensa o que Searle propõe sobre a existência de uma performatividade inicial, que Guimarães toma como o ato do batizado. Só graças a ests performatividade inicial, esse ato de fala primeiro pode-se realizar outros atos de fala, para Searle, outras enunciações, para Guimarães.

Há, pois, uma história de enunciações por trás de uma enunciação. Guimarães interpreta a referência, postulada por Ducrot (aquilo que não é o dizer) do seguinte modo:

A referencia é, portanto, um efeito de sentido produzido pela inscrição do interdiscurso como espaço de memória no acontecimento enunciativo (Guimarães; 1995)

Para nós, a referência se constrói na relação do já dito com o não dito, efeito de sentido produzido de modo específico. As condições de possibilidade da existência dela estariam nesse interstício, nesse espaço, no qual os processos de referenciação têm lugar para a construção discursiva do objeto de referência.

Nesse ponto, podemos observar claramente uma diferença entre os quatro autores com os quais estamos trabalhando, no que diz respeito à referência dos nomes próprios, Frege diz que a referência, particularização de um objeto, se dá através da doação de sentido. Searle afirma que o nome próprio é um "cabide" que possibilita as enunciações posteriores, das quais depende o sentido dele. Ducrot, ao contrário, diz que é a orientação para aquilo que não é o dizer. Guimarães nos afirma que a relação de referência entre o nome e a coisa é mediada por uma história de enunciações, concordando com Ducrot no sentido de que referir é particularizar. Pêcheux (1975), também afirma que referir é particularizar, quando propõe que o nome próprio é o máximo determinado, o totalmente particularizado.

Dias (1995) nos diz, a esse respeito, que os nomes existem em dois planos de pensamento, um em potência ou virtualidade e o outro como atualidade e efeito ou efetivamente. Haveria, então, conceitos virtuais caracterizados por um virtual (caracterizador) e atualizados em relação a um atual (atualizador). As relações envolvidas são a de caracterização e a de atualização as que estão dentro da teoria geral da enunciação de Bally (1965) juntamente com a distinção entre tema e propósito. Tal distinção é fundamental para identificar os processos de coordenação e segmentação, no qual a relação entre tema/propósito faz parte da formulação lingüística, e de articulação, na qual essa relação se dá fora do lingüístico.

Todas estas distinções atuariam sobre o nome próprio. Dias, tomando Gary Prieur (1989), quando trabalha a modalização do nome próprio, observa que um mesmo indivíduo ligado a um nome próprio real pode se encontrar multiplicado no discurso em vários objetos. Portanto,

pode-se ver uma diferença entre o predicado de denominação (o nome que DENOMINA) e os predicados descritivos (os que "explicam" ou "explicitam" tal nome). Quando encontramos, então, um nome próprio junto com uma predicação, podemos pensar que estamos frente a um novo objeto de referência, diferente daquele que estava unido a outra predicação, já que se pode pensar que cada predicação do nome constitui um possível referente do nome.

Nesse ponto, o afirmado por Dias se aproxima ao proposto por Ducrot, que propõe que a determinação de um nome é um processo global, isto é, o que diferencia um nome próprio de outro. Em outras palavras, o nome que faz parte de um SN não é suficiente para referir, a predicação também está agindo nesse processo, propondo a referência como processo global. O exemplo utilizado por Ducrot esclarece:

Sócrates corre

Nessa sentença está se falando daquele Sócrates que corre e não de outro. O Sócrates dessa sentença seria um virtual que está sendo atualizado por um atualizador que, neste caso, é uma predicação, corre.

Observamos até aqui posições diferentes, Frege propõe a união de um nome a uma coisa no mundo. Tal união é uma relação. Searle afirma que o nome próprio é um "cabide" no qual "pendem" as descrições definidas das quais depende o sentido do nome. Ducrot tenta resolver o problema dessa relação, propondo uma outra, a do nome com o discurso e já não com o mundo. Em Guimarães, encontramos outro deslizamento. Ele propõe essa união ou relação como um processo. Essa idéia de processo dá uma mobilidade, antes não encontrada, nesta relação. Essa idéia de

processo se encontra, fundamentalmente, na instabilidade da relação referencial. Isso será reforçado por Dias. Há, portanto, processos que se "atualizam" continuamente.

Guimarães introduz, nessa questão, a noção de "acontecimento de linguagem", tomando todo enunciado enquanto tal. A definição dessa categoria está explicitada no texto, de sua autoria, "Um Mapa e suas Ruas" e é a seguinte:

Diria que algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é um novo fato enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo, o que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ou seja, ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. Ele instala uma temporalidade: essa é sua diferença. De um lado abre em si uma latência de futuro, sem a qual ele não é um acontecimento de linguagem, sem a qual ele não significa, pois sem ela nada há aí de projeção. O acontecimento tem como seu um depois incontornável e próprio do dizer. Por outro lado este futuro próprio do presente do acontecimento funciona por uma memória que o faz significar. (Guimarães:2)

Assim, a nomeação, enquanto enunciado, enquanto acontecimento de linguagem, não assinala um objeto no mundo ou no discurso, ela abre a possibilidade de futuras enunciações. Essas futuras enunciações, essa futuridade é indispensável para a produção de sentidos. O nome, segundo essa perspectiva, não tem somente por função informar a respeito da existência de alguma coisa. Ele é a condição de possibilidade de enunciar a respeito do nomeado. Quando se instala um nome, instala-

UNICAMP BIBLIOTECA CENTRAL

se o depois desse nome. Essa latência de futuro dá, também, as condições de possibilidade para a instalação do presente. Mas esse presente não será um tempo cronológico, ele será temporalizado pela enunciação, pelo acontecimento.

Um exemplo disso pode ser observado nos anúncios de fuga de escravos. No momento em que se nomeia, se enuncia a respeito de um escravo, se estabelce um presente rodeado de suas particularidades históricas: Brasil, barões do café, feudalismo, etc. Alem disso, abre-se a possibilidade de outras enunciações, outros anúncios, a possibilidade de construir a imagem do escravo quando se fala em escravo, a liberdade do escravo, a lei do Ventre Livre, a alforria, a libertação definitiva.

Desse ponto de vista, quando se enuncia o nome próprio do escravo, esse nome próprio dá conta de determinar por si só aquele ser sobre o qual se enuncia?

Pêcheux (1975) diz, como já mostramos acima, que um nome próprio é o máximo determinado e, a partir dele, podemos predicar. Voltemos à sentença *Sócrates corre*. Sócrates é um nome que sofreu já, enquanto tal, a máxima determinação e ele é "aquele que corre". Este ponto será retomado posteriormente.

No nosso *corpus* não encontramos tal funcionamento. Nele se diz: *Fugio o escravo José*. José é "aquele que fugiu". Mas isso não nos leva até ele. Existem muitos Josés que são escravos e que fogem. O nome próprio, nesse caso, não consegue estar totalmente determinado, não consegue se referir a um objeto único no mundo sensivelmente perceptível. Se somente no sentido do nome se encontrassem todas as características do ser que estamos nomeando, então não seria necessária a descrição posterior para

saturar o processo de identificação que permite a relação de referência. Só o nome bastaria para saturá-lo. Mas isso não é observado no nosso *corpus,* a individuação não esgota esse processo. Por tal motivo, torna-se necessária uma descrição posterior que singularize o escravo, já individualizado, produzindo-se, assim, a saturação. O nome é determinado dentro da realidade do discurso no qual se encontra e esse discurso é uma descrição posterior que o determina. O nome genérico, nesse caso *escravo,* encontra-se determinado pelo nome próprio José que o atualiza parcialmente, pois são necessárias outras estruturas para poder determiná-lo. Ante a nossa proposição inicial: *José é aquele escravo que fugiu,* nos perguntamos ainda: *Quem é o escravo José?.* A resposta está no anúncio: *O escravo José é aquele que tem os seguintes sinais.* Nesse caso, a linguagem se apresenta como suporte material para a formação da referência desse ser particular do qual estamos falando.

O nome próprio não basta para diferenciar um ser, ele precisa, no nosso caso, de uma descrição subsidiária que o complete e sem a qual seu sentido é incompleto. O que o nome significa tem a ver com a determinação do mesmo.

Sendo assim, vemos a necessidade de nos aprofundar no conceito e nos processos de determinação que serão trabalhados a seguir.

3.2.- Da Determinação

O meu nome é Severino,
Não tenho outro de pia.
Como há muitos Severinos
(que é santo de romaria)
deram então de me chamar

Severino de Maria.
Como há muitos Severinos
Com mães chamadas Maria,
Fiquei sendo
Do finado Zacarias.
Mas isso ainda diz pouco:
Há muitos na freguesia
Por causa de um Coronel
Que se chamou Zacarias
E que foi o mais antigo
Senhor desta sesmaria.
Como então dizer quem fala
ora a Vossas Senhorias?
Vejamos: é o Severino
da Maria do Zacarias,
lá da Serra da Costela,
limites da Paraíba.
Mas isso ainda diz pouco,
.....
Morte e vida severina
João Cabral de Melo Neto

No presente capítulo, temos por objetivo observar o funcionamento da determinação. Para tal, faremos um percurso pelos diferentes autores que, no quadro teórico da Análise do Discurso, trabalham o problema da determinação. Esses autores são, Pêcheux (1975), Henry (1975), Haroche (1992), Payer (1995), Indursky (1997), Zoppi (1997).

Pêcheux (1975) discutirá o trabalho de Frege e trata o relativo aos nomes próprios, relacionando esses com os processos de determinação. Ele afirma que o nome próprio surge como resultado de uma operação de determinação levada ao extremo, sempre que esse se encontre sob a forma parafrástica "aquele que" (como se encontra no exemplo de Frege). Portanto, se nenhuma operação de determinação pode ser aplicada ao nome próprio, devem existir termos que não sejam nomes

próprios, a partir dos quais as expressões parafrásticas que correspondem aos nomes próprios possam ser construídas por determinação. Para o autor, na própria designação do nome próprio se encontram as condições de possibilidade para designar "a mesma coisa", através de uma perífrase como: "aquele que descobriu". Isso significa dizer que esses nomes simples correspondem, **necessariamente,** a nomes compostos constituídos através de diversos mecanismos sintáticos que podem ir desde o tipo de estrutura: "o N que VN" até "aquele que VN" ou "o que VN", no qual se perde o *apoio lexical* que dá o nome.

Desse modo, isto/aquele se constituem como os "instrumentos" universais utilizados para construir nomes próprios. No nosso *corpus*, por exemplo, as perífrases que correspondem ao nome escravo João seriam:

- aquele homem de quem estou falando;
- aquele homem que tem o nome de João;
- aquele homem que fugiu;
- aquele homem que é escravo.

É através da análise da formação do nome próprio, através da observação dos processos de determinação que conduzem até o nome próprio, que Pêcheux se aproxima da problemática que se encontra em volta do "pré-construído". Ele distingue que a característica essencial do pré-construído é a

separação fundamental entre o ***pensamento*** *e o* ***objeto de pensamento****, com a pré-existência deste último marcada pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, (Pêcheux; 1975:102)*

Para o autor, essa separação é o motor do processo através do qual *se pensa o objeto de pensamento,* ou seja, um processo no qual o pensamento funciona como conceito. A existência do objeto é designada por um nome próprio e está baseada na identificação do objeto com ele mesmo. No nome comum, forma gramatical do conceito, essa unicidade de designação e identificação desaparece.

Pêcheux (1975), chega à noção de determinação, partindo do estudo das relativas determinativas, tipo de oração que traduz, formalmente, o efeito de sentido que se provoca na articulação entre o discursivo e o lingüístico. Portanto, a determinação se dá em forma de processos sucessivos que se aplicam ao nome para determiná-lo.

O autor supõe a formação do nome próprio como composto por nome e sobrenome. Existe, para ele, um sujeito religioso, evidenciado pelo nome, e um sujeito jurídico estabelecido pelo sobrenome. Percebemos, no nosso *corpus,* que tais processos se mostram de modo diferente. O escravo, no período estudado, era batizado na igreja e recebia um nome, simplesmente um nome de pia: José, Honório, Benedita. Nesse ato, ele era constituído como sujeito religioso, pois ele se tornava filho de Deus, um ser humano. O escravo é só constituído como sujeito religioso e não como sujeito jurídico com sobrenome. A constituição do escravo como sujeito jurídico acontece só após a alforria ou após a libertação dos escravos em 1898. Esse nome de pia resulta insuficiente para determinar o ser que é descrito. Existem vários escravos que levam o mesmo nome, motivo pelo qual não é possível singularizar o escravo simplesmente pelo seu nome de batismo, para reconhecê-lo como sujeito singular fazem-se necessárias outras estruturas para poder singularizar o escravo. Essas estruturas

estão dadas, no nosso *corpus*, pelas descrições feitas do escravo fugido, e pelo curto relato feito sobre sua fuga.

Henry (1975) é outro dos autores que trabalham o problema da determinação. Ele começa sua análise com a distinção de dois tipos de proposições que provocam ou geram efeitos diferentes. Elas são as relativas restritivas e as relativas explicativas. Essa classificação em dois tipos de orações relativas, na verdade, encobre uma dupla interpretação antagônica a respeito da determinação. Por sua vez essas duas concepções correspondem a idéias contraditórias da relação do mundo do discurso com o mundo do pensamento.

A partir da distinção desses tipos de sentenças, Henry chega na conclusão de que

É necessário abandonar uma concepção de determinação que consistiria numa seleção, no interior da classe de seres designados por um substantivo definido fora de todo contexto, de uma subclasse, e mesmo de um ser único. Deve-se, parece-nos, considerar a determinação como uma relação tanto de efeitos sintáticos quanto de efeitos semânticos no sentido que definimos acima. (Henry; 1975:53)

Ele parte da afirmação de que a possibilidade de substituição produz um efeito de sentido que é a referencialidade, ou seja, a possibilidade de referir, a referência é o produto da relação de efeitos sintáticos e semânticos. O autor toma, portanto, o conceito de paráfrase elaborado por Pêcheux e Fuchs (1973):

a relação de paráfrase é constitutiva do efeito de sentido e da relação a um referente que implica este efeito. O efeito de sentido não está nas unidades mas em suas relações.(...)(Henry; 1975:52)

A passagem de objeto do discurso para objeto exterior ao discurso não está dada só por uma característica intrínseca a certas categorias ou pelos mecanismos sintáticos exclusivamente, mas se centra, principalmente, na capacidade de substituibilidade de uma unidade. Zoppi (1997) afirma que

é em relação às outras designações com as quais se encontram em relação parafrástica no arquivo que as designações fixam seu objeto de referência. Neste sentido, a análise das famílias parafrásticas que se estabelecem entre os enunciados permite delimitar as posições de sujeito a partir das quais são produzidos os enunciados (Zoppi; 1997:212)

Assim, a determinação se constitui enquanto uma relação de efeitos semânticos, dados pela capacidade de substituibilidade, e efeitos sintáticos. Essas operações semântico-enunciativas, de acordo com Zoppi (1997), agem na linearidade do intra-discurso

como mecanismos de controle da instabilidade e dispersão das designações no interdiscurso.(Zoppi;1997:3)

Há, segundo Henry (1975), dois tipos de determinações, as determinações dadas pelas formações ideológicas, que relacionam o discurso "concreto" a formações discursivas, e as determinações dadas pela autonomia relativa da língua, dadas por efeitos sintáticos. Embora Henry afirme que o limite entre cada um dos tipos de determinação que estão agindo não é definido, nós observamos que essas determinações atuam em conjunto para a produção de sentido. A determinação, portanto, se realiza através de regras sintáticas ou lingüísticas que necessariamente intervêm tanto na produção de um discurso concreto quanto na interpretação desse. A determinação está sempre presente e se exerce na

forma das regras sintáticas na língua lugar material onde se realizariam os efeitos de sentido.

Da relação entre a determinação dada pelas FDs e a determinação dada pela autonomia relativa da língua, surge a noção de paráfrase. A paráfrase seria entendida como a capacidade de substituibilidade dos termos. Essa capacidade de substituibilidade dos termos é constitutiva dos efeitos de sentido que são manifestações da autonomia relativa da língua, ou seja, da impossibilidade de diferenciar *a priori* o que é afetado pela ideologia e o que é afetado pelas regras lingüísticas na materialidade do discurso.

As paráfrases discursivas dependem das condições de produção e da interpretação. Por esse motivo não podem ser relacionadas formulações diferentes a não ser que possuam as mesmas condições de produção e que estejam no mesmo ambiente. Quando duas formulações podem ser colocadas globalmente em relação a outra seqüência ou a mesma, se diz que as seqüências estão saturadas. O caso particular da relação de uma seqüência com ela mesma é denominado de intra-seqüencial e corresponde ao que Pêcheux formula como esquecimento 2. Esse esquecimento se funda na ilusão de que o sujeito tem de ser a fonte de seu próprio dizer. Henry afirma então que

a materialidade das formações discursivas não se reduz à materialidade das seqüências discursivas(Henry; 1975:61)

Além da língua, existem mais elementos. Um dos elementos que constituem a materialidade da língua hoje enunciada é o pré-construído. O pré-construído é um efeito de sentido provocado pelo funcionamento determinativo das sentenças relativas. Esse efeito é produzido por apagar

uma relação inter-seqüência e apresentar-la como uma relação intra-seqüência. Isso faz com que a asserção seja apagada. Esse apagamento pode ser observado nas relativas determinativas

De acordo com essa definição, as orações relativas, apresentadas no nosso *corpus*, não se adequariam. Por um lado, temos o nome comum escravo que faz parte da ordem das evidências, mas não temos uma estrutura precedente que o explicite, já que uma das características do verbo, como será explicitado no ponto 5.1.2, é pospor o sujeito. Por outro lado, a determinação é dada por estruturas posteriores. Encontramo-nos, pois, frente ao caso, no nosso *corpus*, de orações relativas determinativas sem efeito de pré-construído. Para melhor observar esse funcionamento, tomemos um dos nossos anúncios.

Escravo fugido

A' herança do finado Francisco Antonio de Souza Salles, fugio o escravo de nome Romão—50 annos mais ou menos, africano, preto, com falta de alguns dentes na frente e no queixo, baixo, grossura regular, tem os braços um pouco tezos; já andou fugido por muito tempo, nas immediações de Indayatuba, trazendo o nome de Matheus, por cujo nome era conhecido nesses logares.

Quem o apprehender ou delle der noticia segura ao inventariante João Baptista de Camargo Damy, será gratificado com a quantia de 100$000.

Campinas, 28 de Fevereiro de 1876.

Parafraseando, Romão é:

aquele escravo que tem os seguintes sinais: 50 anos mais ou menos, ...

A oração relativa determinativa não funciona por efeito de pré-construído. Anterior à materialidade do texto do anúncio se encontra o gesto, o gesto da fuga efetuada pelo escravo que "provoca" a escrita do anúncio por parte do senhor, que pretende acha-lo. Essa escrita visa, por sua vez, ser detalhada a ponto de que quem o veja o reconheça como aquele indivíduo singular do qual fala o anúncio.

Uma pergunta surge desse percurso teórico: Se o nome próprio não determina, se as relativas determinativas não têm efeito de pré-construído, através de que tipo de análise podemos observar os processos que se encontram no nosso *corpus*? Como se realizam os processos de determinação que constroem uma referência singular para o escravo?

Henry dirá que, a diferenciação das relativas, então, não pode ser dada de um ponto de vista sintático, mas através de uma semântica discursiva.

Em nossa opinião, é no desenvolvimento de uma semântica discursiva que nossa análise encontrará sua justificação, integrando-a numa teoria mais ampla. Cremos, contudo, que a base aqui esquematizada deveria permitir dar conta do conjunto dos fenômenos da determinação. (Henry; 1975:62)

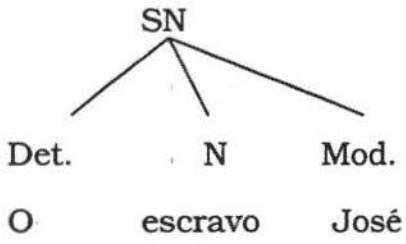
Aderimos ao que afirma Henry: a determinação é dada por uma conjunção de **efeitos sintáticos e semânticos** que agem **conjuntamente**. Pêcheux afirma que o nome próprio será o máximo determinado pelo religioso e pelo jurídico, pensando, ao fazer esta afirmação, em sujeitos de direito, especificamente a forma-sujeito sobre a qual trabalhará para

definir os processos de constituição do sujeito. O autor não considerou, nesse momento, o caso dos nomes próprios de pessoa, dados simplesmente pelo nome de pia batismal, sem determinação jurídica, como se apresenta no nosso caso em que o escravo só tem nome de batizado constituindo-se como sujeito religioso.

Concordamos com Pêcheux & Fuchs (1975) quando afirmam:

Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o "dito" e em conseqüência rejeitar o "não-dito". (Pêcheux; 1975:175-6).

Portanto, a determinação, até esse ponto da análise dos textos, é um processo que envolve **efeitos semânticos e sintáticos** que se dão **sucessivamente** no processo de enunciação. Se observamos a ocorrência da sucessão no nosso SN, percebemos que ele, muitas vezes, esta composto do seguinte modo:



Nesse sintagma, temos individualizado o sujeito através do nome próprio, mas não o temos singularizado, determinado. Voltamos novamente ao ponto de partida. Isso é suficiente para construir um referente, mas não para singularizar aquele ser do qual estamos falando, um sujeito singular.

De acordo com Ducrot, a função referencial deve ser tomada como,

uma função global repartida por todo o enunciado (Ducrot; 1980:437)

Desse modo, temos a determinação como processo de formação da referência que atua no enunciado **global**, como afirma Ducrot, e **linearmente ou sucessivamente**, como afirma Pêcheux. Isso nos leva a reconsiderar o papel do SN como um lugar privilegiado para a ocorrência desse processo, não descartando o fato de que em outros ambientes exista. No nosso caso particular, essas afirmações nos dão lugar a concluir que o processo de determinação das relações de referência começa no verbo e não no SN. Por um lado esse fenômeno é dado pelas **características sintáticas do verbo**, pois ele organiza a estrutura da sentença: Com o verbo fugir, monoargumental, o sujeito é posposto. Entre o verbo e o SN, observamos Sintagmas Preposicionais (doravante S Prep.) que participam na individualização do SN posposto, o escravo José.

Chegando nesse ponto, encontramo-nos com uma divisão nova. Observamos que o processo de individuação resulta diferente do de singularização. Observamos que ao enunciar O escravo José da fazenda X nos referimos a um indivíduo mas não a um indivíduo singular, a um indivíduo com características próprias e diferentes de outro escravo José da mesma fazenda. Através do nome próprio, só sabemos que ele é mais um José da referida fazenda, mas não sabemos qual. A singularização, a diferenciação desse escravo de todos os outros integrantes da classe está dada pela descrição que segue ao SN.

Indursky (1995) faz um percurso exaustivo, diferente da determinação. Ela abordará a noção de determinação desde sua concepção

aristotélica, passando por sua acepção gramatical, até chegar às suas acepções lingüística e discursiva.

De uma perspectiva gramatical, a autora observa que, a determinação está dada por certos elementos constituintes do Sintagma Nominal, a saber: adjetivos, advérbios, pronomes, apostos, artigos.

A determinação lingüística qualificaria a expressão ao ocupar um lugar sintático. Assim, a posição do adjetivo, tomada até o momento como principal elemento determinante, joga um papel preponderante. De acordo com a gramática gerativa, o adjetivo não conformaria parte do DET porque ele se coloca, em português, após o substantivo. O DET estaria principalmente conformado por artigos definidos, demonstrativos e pronomes que precedem o substantivo. O adjetivo só se compararia aos determinantes quanto ao aspecto morfológico e não sintático, já que ambos admitem em si morfemas de gênero e número de acordo com as regras de concordância. Existem, pois, correntes que incluem o adjetivo dentro da classe dos determinantes, entendendo que alguns adjetivos, como os adjetivos indefinidos, os numerais, os indicadores de quantidade, os possessivos, são adjetivos que se colocam antes do substantivo na sentença.

A autora toma, então, a determinação como uma operação lingüística que esta subordinada a uma operação referencial que pertence ao plano semântico. Sintaxe e semântica se inter-relacionam para obter uma referência atual do discurso. Nesse ponto, a autora chega na proposta de Henry.

A determinação discursiva de expressões nominais é subdividida por Indursky em três níveis, a saber:

- ***nível intradiscursivo**, quando o dito é plenamente determinado, estabelecendo o **limite do dizer**;*
- ***nível interseqüêncial** quando as diferentes **determinações intradiscursivas dispersas no corpus** evidenciam a construção de um processo discursivo;*
- ***nível interdiscursivo**, quando **o intradiscurso é relacionado com o interdiscurso,** e o dito passa a fazer contraponto com o não dito (Idem p. 180)*

Portanto, a determinação discursiva acaba por não só determinar o que pode ser dito, mas também o que deve não ser dito, como também o que pode, mas não convém ser dito. (Indursky).

No aspecto intradiscursivo, a saturação do nome se efetua através da superposição de adjetivos e sintagmas preposicionais que determinam, discusivamente, as expressões nominais. Essa determinação *assegura coerência ideológica ao dito* e visa *demarcar uma posição de sujeito antagônica a um processo de pré-construído.* Ela é reconhecida pela autora como o primeiro nível de determinação.

No nosso *corpus*, a determinação dada ao nome por adjetivos e sintagmas preposicionais não o satura. Nossa expressão nominal: *o escravo José* combinada com os sintagmas preposicionais: *da fazenda de José Maria da Costa Wilk*, determina parcialmente nosso nome, chegando só, através dessa, numa individualização. Mas esses SPrep. fazem parte do SV e não do SN o que nos leva a pensar e afirmar que a determinação do nome próprio não tem seu início no SN, e sim que no SV que aparece

na primeira parte da frase, como pode ser observado nos seguintes anúncios:

a- *De Francisco Antonio de Souza Salles, deste município, fugiram duas escravas sendo uma de nome Virginia...01/09/1870*

b- *Fugiu de João de Godoy Lima, de Bethelem de Jundiahy, um escravo de nome Antonio....24/11/1870*

c- *A 26 de Outubro próximo passado fugiu da fazenda – Esperança - , propriedade de Antonio Leite Camargo Barros, o escravo Elizeu....24/11/1870*

d- *Fugio da fazenda Boa Vista, sita no Bethelem de Jundiahy, pertencente a Bernardo José de Passos o seu escravo de nome Sebastião...08/01/1871*

e- *Fugiu ao abaixo assignado, no dia 25 de Dezembro do anno p.passado, uma escrava por nome Aniceta,....11/01/1872*

f- *Fugiu do sitio de Antonio Francisco Leme Martins, no dia 20 pp. o escravo Manoel.....24/04/1872*

Indusrky ainda afirma que as diferentes determinações intradiscursivas de expressões nominais, dispersas no *corpus,* são relacionadas pela *determinação discursiva*, segundo nível de determinação. Ela constrói a especificidade da referência discursivamente. Ela não fica sujeita a elementos do discurso, ela trabalha com a *dispersão discursiva.* Portanto, a autora conclui que a saturação intradiscursiva corresponde à compreensão e a interseqüêncial corresponde à extensão. Já as relações intradiscursivas participam de um processo discursivo novo, que se opõe ao pré-construído provocando uma ruptura semântica.

Por último, a autora propõe que a determinação interdiscursiva, na tentativa de saturar sentidos, se transforma no *vestígio de discursos silenciados pelo sujeito de discurso*. Estas determinações evocam outros determinantes recalcados justapondo-se a modo de *elipse discursiva*. A saturação só se dá através de relações interdiscursivas. Ela é a última face de determinação.

O nome, através dessas três determinações correlacionadas e sucessivas, é saturado atingindo a *sobredeterminação discursiva* do nome.

Indursky propõe que só completando um nível de determinação pode-se aceder ao seguinte, pelo que, a determinação se passaria:

ciclicamente do enunciado lingüístico à seqüência discursiva, da seqüência discursiva ao processo discursivo e do processo discursivo ao interdiscurso . A cada novo ciclo, este movimento vai da não-saturação à saturação. Pode-se, pois, dizer que cada nível, ao ser determinado, torna-se determinador de uma nova determinação, daí sobrevindo um processo semântico sobredeterminado (op.cit. 195).

A sobredeterminação discursiva, decorrente de práticas discursivas sociais, mobilizadas por um sujeito de discurso interpelado pela ideologia, provém de uma pluralidade de modos e níveis de saturação discursiva. (Indursky) Esses processos apontam para um efeito de homogeneidade que serve de sustentação à indeterminação. No nosso *corpus*, tais processos não são encontrados de modo tão esquemático e sucessivo.

Tomemos alguns anúncios escolhidos aleatoriamente:

36 GAZETA DE CAMPINAS 08

Fugio da fazenda Boa Vista, sita no Bethlem de Jundiahy, pertencente a Bernardo José de Passos o seu escravo de nome Sebastião com os signaes seguintes: alto, corpolento, barbado, bem fallante, tem o dedo do pollegar da mão direita cortado pela junta, ignora-se a roupa com que sahio. Quem entregal-o a seu dono receberá 100$000 de gratificação na dita fazenda. 4—1

Aluga-se

A casa da rua Direita n. 12 (largo da Matriz-velha,) bons commodos, quintal grande e poço d'agoa. Trata-se com

paio Peixoto para vêr. 5—2

Rs. 100$000

Fugio no dia 10 do corrente, o preto de nação mina, idade 45 annos mais ou menos, corpo reforçado, altura regular, barba regular, nariz chato, falta d'alguns dentes, cabelleira sempre penteada e grande, e tem boa prosa d'illudir. Quem d'elle der noticia ou levar a seu dono n'esta cidade Antonio de Souza Carneiro, receberá a gratificação acima. O mesmo protesta com todo o direito que lhe garante a lei contra quem o tiver acoutado. 5—2

Campinas, 15 de Maio de 1872.

ROUPA FEITA

A determinação tomada desde a perspectiva do SN não atinge a saturação intradiscursiva, mas se tomarmos nosso enunciado de modo **global e linear** observamos que a saturação do enunciado começa não no SN, e sim no verbo que, por suas caraterísticas sintáticas, pospõe o sujeito.

Semanticamente o verbo fugir, monoargumental, pospõe o sujeito que toma o papel temático de agente. O agente do verbo terá o traço +

animado. Tomando o significado do verbo testemunhado nos verbetes dos dicionários da época, observamos que além do traço animado se juntam ao verbo o traço +humano especificando, dentre os humanos, dois tipos só de agentes: escravos e prisioneiros. Esse processo discursivo acontece por efeito de determinação histórica (ideológica) da língua tal como realizada em enunciados no acontecimento enunciativo.

O verbo fugir exige, ainda, a determinação dada pelo nome próprio, para identificar o ator envolvido, esse nome é Miguel ou Manoel ou André. O verbo é um verbo de movimento, supõe complementos locativos que indiquem um inicio e um fim da ação: fugiu de um lugar e se dirige a outro lugar. Esses complementos locativos se apresentam através dos Sprep. da fazenda X contíguos ao SV composto pelo V=fugir . Eles indicam o lugar onde se iniciou a ação.

A particularidade observada nos anúncios é que parte deste processo é mencionado e parte é silenciado. É mencionado de onde o escravo fugiu: da fazenda, mas é silenciado para onde ele vai: para algum lugar, para a liberdade. Portanto o verbo determina o S Prep. e, logo depois, o SN= o escravo Miguel. Utilizando a paráfrase:

O escravo Miguel fugiu de Maria Augusta Mendonça Doque.

Mas essas determinações se tornam evidentemente insuficientes para o objetivo do anúncio, achar o escravo. Portanto surge como necessidade completar o SN. O objeto de referência construído pelo processo de designação e determinação, o escravo, se individualiza primeiramente e depois se singulariza com a descrição. O processo de designação e de determinação, agindo sobre as diversas estruturas da língua, constituem a base material para um processo discursivo que

consiste na subjetivação do escravo. Esse processo de subjetivação nos anúncios de fuga através do funcionamento da determinação e especificamente da descrição o suporte material para produzir dois movimentos de identificação: individuação e singularização.

A determinação intradiscursiva se encontra também, como já mencionamos, no Sprep. Diz-se qual o lugar ou pessoa de que o escravo fugiu. Não se menciona, assim, para onde o escravo fugiu: fim ou para quê: finalidade. Porém, nos verbetes dos dicionários da época o verbo aparece definido como uma ação que tem um inicio e um fim ou finalidade. A finalidade e o fim silenciados se constituem como um vestígio de discursos silenciados. Silencia-se o regime escravista. Silencia-se que o escravo foge com a finalidade de ser livre, para não sofrer maus tratos. Silencia-se o lugar específico para o qual o escravo fugiu: para a casa da família, para a casa de pretos forros, para lugares de circulação não permitidos pelas instituições.

A sobredeterminação atingida pelas determinações, conceitualmente, aponta para um processo de indeterminação. Indeterminação tal que não é dada no nosso *corpus*. Estas saturações do nome como um todo apontam especificamente à **singularização** do sujeito, apontam à aparição do escravo enquanto sujeito. Tal aparição será relevante, até indispensável, para a instituição dele como sujeito de direito, sendo que até o momento ele só se constituía como objeto de direito. Tal processo, o de instituir o escravo como sujeito de direito, se dará *a posteriori* com a liberação dos escravos.

Observamos, pois, como esses processos sintático-semântico-discursivos evidenciam um processo que esta se forjando a nível social.

Evidenciam uma face de transição político-econômico-social que terá seu ponto culminante na declaração da liberdade dos escravos.

3.3.-Da Descrição

Para realizar a análise do nosso *corpus*, diversas perspectivas foram observadas. Em geral, quase todas elas propunham a descrição como modo particular de organização textual juntamente com a narrativa e a dissertação. Assim, as técnicas de elaboração de textos descritivos, como também sua relação com a percepção eram tomadas como dados constitutivos desse tipo de textos. (Véasse Filinich 1995, Gramatic 1995, Castro 1988, Koch 1987).

No nosso trabalho, tomaremos a descrição como um modo de enunciação, já não distante da narrativa ou diferente ou inferior dela, como propõe Genette (1966) apud Orlandi (1989), senão como um funcionamento enunciativo-discursivo.

Orlandi (1989) afirma que um dos funcionamentos discursivos da descrição consiste em:

se atarda(r) sobre objetos e seres considerados em sua simultaneidade, visando os próprios processos como espetáculos *(instauração do voyeurismo), parece suspender o curso do tempo para instalar a narrativa no* espaço. (Orlandi; 1989: 113)

Dessa perspectiva, a autora afirma que a descrição é de natureza contemplativa e não participativa, ela anuncia o acontecimento. A partir

dela, instaura-se uma ordem funcional e temporal, dando a possibilidade de colocar a cena em qualquer tempo. A descrição se dá como uma relação entre signo e língua. Para a autora, a descrição não é uma enumeração arbitrária de coisas no mundo, nela se constitui uma relação de interlocução que se regula e se objetiva pela situação discursiva na qual se produz.

No nosso caso particular, podemos atribuir à descrição, além desses, outros funcionamentos, dado que o foco de nossa observação se centrará na singularização e não, como estuda Orlandi, na indeterminação. Portanto, o funcionamento discursivo da descrição, nesse caso particular, consiste no preenchimento do lugar vazio do referente e na fixação das relações de referência, sendo que a referência se fixa numa relação do enunciado com o acontecimento enunciativo e, através do acontecimento, com o interdiscurso.

A descrição é, portanto, um funcionamento discursivo no qual se constrói um referente, no nosso caso, o referente escravo. Dessa perspectiva, pode-se caracterizar a descrição enquanto processo de referênciação que relaciona o interdiscurso e o intradiscurso de modo particular. No intradiscurso se constrói o objeto de referência, ele dá os indícios do grau de determinação do objeto de referência, ligado ao efeito de pré-construído. O grau de saturação do nome está dado pelos adjetivos e predicações fornecidas ao nome próprio, sendo que no nome não se encontra a totalidade das informações para saturar o referente.

Assim, teremos que o creoulo José, que é pardo, baixo, com os cabelos grenhos e quase vermelhos, cara fina e alegre, que fala muito e é ladino, e tem 14 annos de idade e tem um pê sahido mais para fora, é

diferente de José, que é pequeno, de feições miúdas, nariz chato, fala grossa e 20 e poucos anos de idade. O que dá também a diferença entre os dois é que um José fugiu em 15/05/1872 e o outro em 22/07/1872, que um pertencia a Ildefonso Antonio de Moraes e o outro a Querubin Uriel Ribeiro de Camargo e Castro.

A necessidade duma descrição que preencha o lugar vazio da referência saturando o referente, evidencia um processo de subjetivação, que tem como suporte material a descrição como tipo discursivo. Esse processo de subjetivação tem como funcionamento definidor um processo de singularização do sujeito que age no intradiscurso. A série de processos que agem no intradiscursivo podem ser considerados como sintoma do início da passagem da posição do escravo de objeto, para a de sujeito na sociedade Campineira do Sec. XIX.

No interdiscurso não há uma determinação muito forte, nesse caso, embora nele se dê parte da saturação do referente. Na relação entre o intra e interdiscurso, a saturação do referente se leva a cabo numa relação de sobredeterminação.

A diferença entre inter e intradiscurso reside no grau de saturação que a cada um lhe compete. Esse grau de saturação seria dado por elementos sintáticos: adjetivos, adverbios, etc. Quando no intradiscurso encontramos adjetivos, como no caso da descrição, que saturam o sentido do referente, é sinal de que há um deslocamento em curso no interdiscurso, acontecendo um maior grau de saturação no intradiscurso. (deslocamento para dentro).

Retomando o afirmado no ponto anterior, a determinação se dá de modo global, linear e sucessivo. Todas as estruturas do enunciado vão

sucessivamente saturando o referente até atingir a fixação de uma imagem singularizada do escravo na descrição. Ocorre, na descrição, a constituição do sujeito na relação do enunciado com o acontecimento enunciativo e, através do acontecimento, com o interdiscurso.

A particularidade se encontra no fato de que a propriedade (objeto) que se reclama está, ao mesmo tempo, sendo **subjetivizada.** O dono de escravos não reclama uma simples ferramenta porque ele mesmo, através da sua descrição, do seu anúncio, está construindo o escravo como sujeito social que age nas e pelas estruturas sociais. O deslocamento em curso que se observa no interdiscurso é "mostrado" pelo dito no intradiscurso. Está se evidenciando a posição do escravo dentro de um sistema social, o escravagista. Faz-se evidente que, embora o escravo seja reclamado como propriedade (objeto), ele é um sujeito com características, particularidades e peculiaridades. Pode-se observar que, através da análise das determinações ocorridas no intradiscurso, temos a possibilidade de perceber que no interdiscurso circulam discursos contraditórios, que no interdiscurso está ocorrendo um deslocamento de estruturas; aquele que é considerado objeto de direito, propriedade, está sendo configurado como sujeito. Assim, o intradiscurso nos dá os indícios do grau de saturação e evidencia, através de efeitos sintáticos e semânticos, que há um deslocamento em curso no interdiscurso.

O processo de sobredeterminação dado pelos níveis de saturação no intradiscurso - descrição: fixação do referente - se relaciona com o interdiscurso - discursos circulantes na sociedade silenciados no enunciado, produto de práticas discursivas mobilizadas por um sujeito interpelado pela ideologia (dono de escravos) - e visa um efeito pelo qual

cada um dos escravos será um indivíduo diferente do outro, um indivíduo singular.

A ordem dos adjetivos presentes nos anúncios não é fixa. Mas a ordem dos adjetivos não é tão importante quanto o fato de que a presença deles contribui para a determinação de uma imagem pública singularizada do escravo. De acordo com o desenvolvido anteriormente, a fuga do escravo é "anunciada" na primeira parte do anúncio. Após ter sido anunciada a fuga, o anúncio continua com a descrição do escravo. Embora o nome próprio do escravo seja dito, embora o nome do dono também o seja, embora o nome da fazenda seja mencionado, eles não são suficientes para localizar o escravo na cidade, não são suficientes para diferenciá-lo dos outros seres que também são escravos. Existe, então, a necessidade de descrever o escravo com o maior detalhe, para que ele seja reconhecido na sua singularidade. O escravo, ser singular, será descrito no anúncio e, através dessa descrição, ele aparecerá como um ser individual, diferente de todos os outros, com marcas próprias.

Se o nome do escravo fosse suficiente, a necessidade de descrição não existiria e ela seria redundante, mas, dado o tipo de espaço no qual se encontra o anúncio, dentro de um jornal, e, de acordo com as características que o material jornalístico tem, a tentativa de se aproximar dos fatos da maneira mais realista possível, descartamos a idéia de uma redundância que vise à ênfase de certo aspecto, como acontece no discurso literário.

Através da análise da descrição observamos uma contradição dentro da formação discursiva que a sustenta. O mesmo dono de escravos, que anuncia e descreve o escravo, dá as condições de possibilidade para

que ele se constitua como sujeito dentro da sociedade escravagista. Assim, a possibilidade de posteriores enunciações sobre o escravo, sujeito de uma sociedade, surge. Evidencia-se, a partir dessas descrições, um deslocamento no estatuto do escravo, antes considerado uma ferramenta de trabalho, um modo de acumulação do capital, agora um sujeito que possui características individuais próprias, agora sujeito pertencente a uma sociedade e articulado nela. As descrições colaboram grandemente nesse deslocamento, mas outros discursos sobre o escravo, como o discurso jurídico encontrado nos códigos de postura, anteriormente estudados (vide capítulo 2), e a lei do ventre livre, publicada nos jornais do ano 1871, também intervêm no processo de individualização do escravo.

Dessa maneira, o intradiscurso das descrições dos anúncios de fuga dá os indícios do grau de saturação do referente no interdiscurso, dado pelo discurso da lei, dentre outros. No intradiscurso, não só encontraremos esses indícios, mas também um processo outro que se efetiva, o de singularização. O processo de singularização do escravo está dado, principalmente, pela descrição que não comporta só adjetivos que vão constituindo a imagem do escravo enquanto imagem única, diferente de todas as outras, mas também faz referência às relações que ele estabelece com outros indivíduos, a lugares por onde ele circula, a modos particulares de agir e de falar. A diferença da imagem de um escravo particular se daria pela combinatória particular de adjetivos, principalmente, que não se repete em dois seres do mesmo modo.

CAPITULO 4

Os anúncios na sua materialidade

4.1.-Introdução

No presente capitulo faremos uma análise dos anúncios de jornal que constituem nosso *corpus*. Para tal, levaremos em conta sua estrutura do ponto de vista do seu funcionamento enunciativo discursivo. Observaremos como os enunciados sobre os escravos se relacionam produzindo sentido, entendendo por enunciado o proposto por Guimarães (1989): *consideraremos o enunciado como uma unidade discursiva. Nesta medida o enunciado se caracteriza como elemento de uma prática social e que inclui, na sua definição, uma relação com o sujeito, mais especificamente com posições de sujeito, e seu sentido se configura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto de que se fala. (Guimarães; 1989: 73)*

A partir dessa perspectiva, o ato da enunciação será entendido por Guimarães (1995) como,

um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, *que se dá como espaço de* memória *no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É,*

portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento (op.cit70).

Assim, a organização do discurso que o sujeito faz em relação à situação de enunciação é resultado do funcionamento psíquico que permite a construção da subjetividade, o sujeito se constitui como *ego* imaginário.

A partir desses conceitos básicos e com o subsídio do arcabouço teórico da Análise do Discurso de Escola Francesa, cuja principal representante no Brasil é Eni Orlandi, é que começaremos com a análise dos nossos anúncios.

4.2.- A composição

Esses anúncios podem ser divididos em partes diferentes, a saber: a primeira, na qual se anuncia a fuga do escravo, se diz quando e de quem fugiu, dá-se a localização exata do lugar da fuga, a segunda que apresenta a descrição do escravo, e, a terceira, na qual se realiza uma promessa, a promessa de gratificar àquele que o devolver ao dono.

Desse modo, podemos dividir os anúncios em: a "anunciação" propriamente dita na qual se anuncia o acontecimento em si; a "descrição", onde cada dono de escravos informa, descreve, aquilo que lhe parece relevante para a identificação do escravo fugido; e a "promessa" na qual se oferece uma recompensa àquele que o achar.

Ao analisar o funcionamento enunciativo-discursivo dos anúncios, observamos que essas divisões estão configuradas de modo complexo, como descreveremos a seguir.

4.3.- A anunciação:

Na primeira parte dos anúncios, observamos que o tipo discursivo[13] predominante é o da narrativa. Essas narrativas eram introduzidos por diferentes vinhetas, a saber:

a- ESCRAVO FUGIDO

b- 100$000 Rs.

c- Escrava fugida

d- 100$000 RS.
De Gratificação

e- ATTENÇÃO

f- Rs. 30:000

g- Escrava fugida

h- Ø

A função dessas vinhetas era, principalmente, chamar a atenção das pessoas que se dedicavam à tarefa de procurar escravos, além de despertar o interesse dos outros cidadãos. A menção da quantia na vinheta dos anúncios delineia a imagem de um destinatário ideal, que tem

---

[13] Utilizamos aqui o conceito de tipo discursivo proposto por Orlandi (1996) : "o tipo, em análise de discurso, tem a mesma função classificatória, metodológica, que tem as *categorias* na análise lingüística É princípio organizador, primeiro passo para a possibilidade de se generalizarem certas caraterísticas, se agruparem certas propriedades e se distinguirem classes"(p.p.217)

como característica seu interesse ou necessidade por dinheiro. Esse tipo de destinatário é encontrado como protagonista de um texto da época, escrito por Machado de Assis, intitulado "Pai contra mãe". O texto conta a história de um homem pobre e livre e sua tentativa de levar sustento para o filho. O principal protagonista tem como ofício capturar escravos fugidos e, em cumprimento de tal ofício, procura e pega uma escrava fugida, grávida, que perde a criança após ter sido entregue ao dono por esse. Machado de Assis relata sobre essa profissão do seguinte modo:

Ora, pegar escravos fugidos era um ofício do tempo. Não será nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia rijo para pôr ordem à desordem. (Machado de Assis; 1996:121)

Encontramos, pois, delineado o perfil do destinatário ideal ao qual se dirige o autor do anúncio nessas vinhetas.

O texto do anúncio propriamente dito começa por uma narrativa em terceira pessoa, enunciada por um locutor impessoal que camufla o locutor enquanto pessoa no mundo (o dono do escravo fugido), presente no enunciado através do complemento preposicional (do verbo fugiu) "de X".

O tipo discursivo da narrativa é marcado morfologicamente pela conjugação do verbo em pretérito perfeito. O locutor/narrador conhece os acontecimentos e os anuncia, relatando-os com detalhes, como pode ser observado a seguir:

a- *De Francisco Antonio de Souza Salles, deste municipio, fugiram duas escravas sendo uma de nome Virginia...01/09/1870*

b- *Fugiu de João de Godoy Lima, de Bethelem de Jundiahy, um escravo de nome Antonio....24/11/1870*

c- *A 26 de Outubro proximo passado fugiu da fazenda – Esperança - , propriedade de Antonio Leite Camargo Barros, o escravo Elizeu....24/11/1870*

d- *Fugio da fazenda Boa Vista, sita no Bethelem de Jundiahy, pertencente a Bernardo José de Passos o seu escravo de nome Sebastião...08/01/1871*

e- ***Fugiu ao abaixo assignado**, no dia 25 de Dezembro do anno p.passado, uma escrava por nome Aniceta,....11/01/1872*

f- *Fugiu do sitio de Antonio Francisco Leme Martins, no dia 20 pp. o escravo Manoel.....24/04/1872*

g- *Fugiu no dia 7 de Abril, da fazenda de Domingos Leite Penteado Junior, o escravo João, com os signaes seguintes:.....24/04/1872*

h- *Fugiram da fazenda do Morro-alto, pertencente a Candido José Leite Bueno, no municipio da villa do Patrocinio, a 20 de Setembro, Lino,...21/04/1872*

i- *Fugiu da fazenda de Albino Alves Cardoso, na villa do Patrocinio das Araras, o seu escravo de nome Justiniano, o qual evadiu-se no dia 7 de Abril do corrente anno, com os seguintes signaes:....21/04/17/1872*

j- *Na noite de 25 para 26 de Março do pp. fugiu de casa de Diogo Antonio de Souza Casiro, o escravo de nome Geraldo, pertencente no espolio do finado subdito portuguez João Baptista Pereira Camacho, cujo escravo tem os sinaes seguintes 09/05/1872*

Muitos dos anúncios apresentam o verbo em terceira pessoa seja do plural e do singular, pois pode ser um escravo fugido ou vários. Escravo e dono aparecem como terceiras pessoas do relato, no qual o verbo principal é o verbo fugir, conjugado em terceira pessoa do pretérito perfeito do indicativo: fugiu (ele =o escravo) da casa de Diogo Antonio de Souza Casiro (ele = Diogo Antonio), fugiu (ele = o escravo) da fazenda de Albino Alves Cardoso (ele = Alvino Alves).

O acontecimento é relatado por um locutor impessoal sobre duas "pessoas no mundo": escravo e dono, evidenciado pelo uso do verbo em terceira pessoa. Assim, quem escreve o anúncio se coloca fora da situação (enunciador genérico), de modo que as personagens do relato aparecem "contadas" como numa história, como num conto. Ocorre um descentramento do locutor que toma distância dos fatos não se envolvendo, colocando-se numa posição ilusoriamente "neutra", tendo a ilusão de que os fatos se narram por eles mesmos. Observamos, aqui, o funcionamento de efeito de ilusão de exterioridade através do qual o locutor acredita se colocar numa posição externa aos fatos, não interferindo neles nem sendo influenciados por fatores externos (cf. Zoppi Fontana 1997).

A utilização de passado simples em francês, (pretérito perfeito em português) em narrativas, de acordo com Barthes (1989), reduz e abstrai a realidade a ponto de que ela seja um "ato verbal puro", visando um império dos fatos. O verbo funciona como o signo de uma intenção do texto que pede um desenvolvimento dos fatos. De acordo com o autor, no ato de utilização do passado simples, a História e a Narrativa lançam mão de um recurso que cria a ilusão de uma realidade clara e familiar, mas que em si

se auto-denuncia como relato, como criação, porque o mesmo pretérito perfeito significa uma criação. Por esse motivo, ele cria uma máscara e aponta para ela ao mesmo tempo.

O narrador, afirma Barthes:

...tem o poder de recusar a opacidade e a solidão das existências que o compõem, pois pode dar provas a cada frase de uma comunicação e de uma hierarquia dos atos, pois, afinal de contas, tais atos podem ser, eles próprios, reduzidos a signos. (Barthes; 1990:134)

Assim, o narrador utiliza esse tempo verbal para (re-)criar um mundo observado por ele.

Combinada ao uso da terceira pessoa, a utilização do passado simples estabelece contato com o mundo, ou sociedade, da maneira que ela quer que seja reproduzida, e liga o relato à História[14].

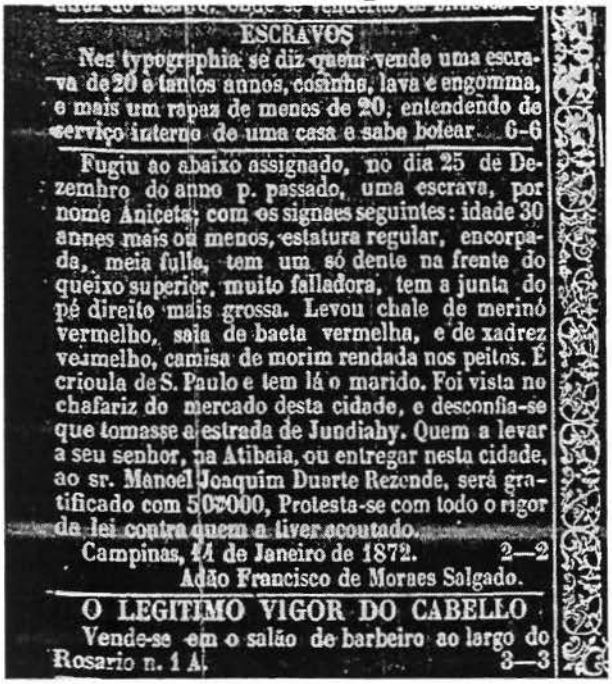
Quem relata a fuga do escravo, aqui chamado de locutor impessoal[15], relata sobre esse e sobre seu dono. Observa-se um desdobramento do sujeito da enunciação porque, por um lado, temos um locutor impessoal que materialmente escreve o anúncio (o jornalista), e, por outro, temos o autor do anúncio (o dono do escravo) que se camufla na impessoalidade do locutor. Essas duas figuras são chamadas por Guimarães (2000) de Locutor e locutor-x ,respectivamente.

---

[14] Nos filiamos aqui ao conceito de História proposto por Benveniste (1959) . Para esse autor, a narrativa histórica se define " como o modo de enunciação que exclui toda forma lingüística 'autobiográfica'. O historiador não dirá jamais *eu* nem *tu* nem *aqui* nem *agora* , porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa *eu:tu*. Assim, na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de 'terceira pessoa'" (op.cit. 262)

[15] Entendemos por locutor a figura enunciativa que se apresenta como o responsável pela enunciação, sendo um locutor impessoal, ele representa no enunciado o desdobramento do sujeito enunciador que tem a ilusão de estar colocado numa posição externa aos fatos acreditando ser mero observador (enunciador genêrico) e que se ao mesmo tempo como autor do texto que relata.

O complemento preposicional, no qual se encontra o nome do dono do escravo, aparece como assinatura, provocando o efeito de desdobramento do sujeito da enunciação em locutor impesssoal, genérico, independente da história (Locutor) e locutor como pessoa-no-mundo, histórica e socialmente determinado (locutor-x). Percebemos, então, que, enquanto locutor impessoal, o sujeito da enunciação fala da posição de um enunciador genérico, externo aos fatos narrados, o locutor como pessoa-no-mundo aparece como o autor do texto dando sustentação ao ato performativo encontrado no anúncio, a promessa. Considerando que performativamente o texto do anúncio funciona como uma promessa, o locutor-x serve como suporte da própria performatividade do texto. No seguinte anúncio evidencia-se o processo descrito:



ESCRAVOS

Nes typographia se diz quem vende uma escrava de 20 e tantos annos, cosinha, lava e engomma, e mais um rapaz de menos de 20, entendendo de serviço interno de uma casa e sabe bolear. 6-6

Fugiu ao abaixo assignado, no dia 25 de Dezembro do anno p. passado, uma escrava, por nome Aniceta; com os signaes seguintes: idade 30 annes mais ou menos, estatura regular, encorpada, meia fulla, tem um só dente na frente do queixo superior, muito falladora, tem a junta do pé direito mais grossa. Levou chale de merinó vermelho, saia de baeta vermelha, e de xadrez vermelho, camisa de morim rendada nos peitos. É crioula de S. Paulo e tem lá o marido. Foi vista no chafariz do mercado desta cidade, e desconfia-se que tomasse a estrada de Jundiahy. Quem a levar a seu senhor, na Atibaia, ou entregar nesta cidade, ao sr. Manoel Joaquim Duarte Rezende, será gratificado com 50$000. Protesta-se com todo o rigor da lei contra quem a tiver acoutado.

Campinas, 24 de Janeiro de 1872. 2—2

Adão Francisco de Moraes Salgado.

O LEGITIMO VIGOR DO CABELLO

Vende-se em o salão de barbeiro ao largo do Rosario n. 1 A. 3—3

A função de autoria se encontra aqui explicitada através da seqüência: *ao abaixo assignado*. O autor do anúncio (locutor-x) aparece no

corpo do texto como o *abaixo assignado*, locutor-dono de escravos, e o Locutor aparece como enunciador genêrico, narrando o acontecimento, numa posição externa aos fatos independente da história. O nome do locutor-x, autor do anúncio é especificado no final desse: Manoel Joaquim Duarte Rezende aparece como a pessoa-no-mundo (locutor-x que enuncia do lugar do dono de escravos) que promete a gratificação de 50$000 àquele que devolva o escravo procurado.

As nossas narrativas consistem no relato do acontecimento da fuga do escravo contado com detalhes. Em alguns anúncios, só, é comentado de onde ou de quem e quando o escravo fugiu. Em outros, em contrapartida, observamos que o relato é mais "rico", tem mais detalhes, diz se o escravo se encontrava à venda ou se ele formava parte de bens em sucessão. Especifica-se, nessas narrativas, o estatuto econômico do escravo. Ele é tomado como um bem do patrimônio do senhor, assim, eles ora são bens em consignação ("a título de venda"), ora bens em processo de sucessão ("a herança"), ora são propriedade de alguém ("pertencentes a").

As particularidades, os dados que começarão a delinear uma imagem particular do escravo, encontram-se nas primeiras linhas da narrativa em pretérito perfeito, em terceira pessoa do singular, re-criando a sociedade da época.

Habitualmente encontramos o dia ou dias em que se estima que o escravo fugiu, o local de onde partiu, se fugiu durante o dia ou durante a noite. Antes da data da fuga, e antes mesmo da descrição, aliás, antes mesmo de saber o nome do escravo, nós já sabemos algumas coisas dele. Sabemos onde ele morava, sabemos a quem pertencia e, às vezes, podemos

observar detalhes da relação de propriedade que existia entre escravo e dono. Evidencia-se, nessa parte do anúncio, se o escravo era de fazenda ou se simplesmente pertencia a uma pessoa que alugava seus serviços. Isso implica uma função diferente do escravo e evidencia uma distribuição social do espaço, na qual os escravos eram ou da casa, ou da fazenda, ou da cidade, ocupando um lugar na série, como propõe Foucault (1980).

Os escravos em Campinas não eram só utilizados para trabalhar na lavoura, aqueles que tinham uma profissão, como a de pedreiro, marceneiro, etc., muitas vezes eram alugados pelo senhor para realizar tais atividades e os donos viviam do aluguel de seus escravos.

Observando o funcionamento morfo-sintático das narrativas e utilizando a paráfrase, podemos encontrar os diferentes processos em funcionamento no enunciado. Observemos os seguintes anúncios:

GAZETA DE CAMPINAS

Fugiu de João de Godoy Lima, de Bethlem de Jundiahy, um escravo de nome Antonio, crioulo, 16 annos de idade mais ou menos, bem preto, bons dentes, nariz grande e muito achatado, feições tristonhas, rosto redondo, corpo um tanto cheio, andar acambalhado e um tanto arcado, canellas finas, pé curto e largo.

Quem o agarrar ou dér delle noticias certas a seu senhor no Bethlem, ou a Antonio Domingues Martins em Jundiahy, ou Sousa Queiroz & Vergueiro, em Santos, será gratificado. 2—2

Escravo Fugido

A 26 de Outubro proximo passado fugiu da fazenda—Esperança—, propriedade de Antonio Leite de Camargo Barros, o escravo Elizeu, com os signaes seguintes:

Idade 40 annos mais ou menos, altura regular, corpo fino, bem preto, rosto comprido, tem alguns fios de barba, zaimbro de uma perna, canellas finas e pés compridos. Quem o aprehender ou delle der noticias certas será generosamente gratificado. 4—4

Campinas, 4 de Novembro de 1870.

Ha para vender-se distante de Pirassununga uma legua, um sitio com casa de

Se tomamos a seguinte seqüência:

A 26 de Outubro próximo passado fugiu da fazenda Esperança propriedade de Antonio Leite Camargo Barros, o escravo Elizeu.

E fazemos uma paráfrase da mesma observamos:

O escravo Elizeu fugiu da fazenda Esperança propriedade de.

Portanto,

O escravo é da fazenda

O subentendido de que o escravo é da fazenda nos indica que esse escravo, no momento particular da sua fuga, está na fazenda. O complemento do verbo fugiu - da fazenda - nos dá indícios de que o escravo se constrói, enquanto referente desse acontecimento enunciativo, como escravo de fazenda. Uma nova paráfrase permite observar tal afirmação:

O escravo de fazenda

O escravo, enquanto referente do acontecimento enunciativo, ganha especificidade. Evidencia-se um processo através do qual o escravo está sendo individualizado, tornando-se, assim, um tipo particular. Ele não é da cidade, ele é da fazenda, ele é um escravo específico e a fazenda é uma das predicações que o constituem como sujeito.

Porém, na mesma estrutura que serve para caracterizar o escravo, são encontrados outros processos. Esses podem ser observados através da análise das construções, nas quais se evidenciam os efeitos de sentido produzidos pela estrutura sintática da frase, afetada pelo interdiscurso, a partir do qual os enunciados se organizam enquanto fio do discurso no acontecimento enunciativo. Elas apresentam sempre complementos verbais que localizam o acontecimento espacial e

temporalmente. A representação das coordenadas espaço-temporais do evento narrado (a fuga do escravo) encontram-se, na grande maioria dos casos, antes do sujeito da oração. Somente em alguns poucos anúncios o complemento que localiza temporalmente o evento narrado é encontrado após o sujeito da oração.

A estrutura da oração se apresenta dos seguintes modos:

1. Locativo[16] + V + SN: *De Francisco Antonio de Souza Salles, deste municipio, fugiram duas escravas.....;01/09/1870*
2. Temp. + V + Locativo + SN: *Ha 20 e tantos dias, fugiu ao abaixo assignado um escravo creoulo, de nome José de 20 e tantos annos de idade.....11/08/1872*
3. V + Locativo + temp. + SN: *Fugio da fazenda Veneza, pertencente ao abaixo assignado, no dia 20 do corrente um escravo com os signaes seguintes:....05/09/1874*
4. V + Locativo + SN: *Fugiu da fazenda de Albino Alves Cardoso, na villa do Patrocinio das Araras, o seu escravo de nome Justiniano,... 21/04/17/1872*
5. V + Temp. + Locat. + SN: *Fugiu Sexta-feira, á noite, da casa de José Pereira Antunes Bastos, uma escrava de nome Claudia..... 06/09/1874*

Os locativos são descritos, nos casos das fazendas, em detalhe. Nesses, dá-se o nome da propriedade e diz-se a quem pertence, bem como, às vezes, diz-se o município ou distrito ao qual pertence, como se vê no seguinte anúncio:

---

[16] Entendemos como locativo o lugar onde teve inicio a ação. No nosso caso particular, tal locativo não corresponde sempre a um lugar espacial, em muitos casos esse locativo onde começa a ação é uma pessoa. Portanto, a conceituação tradicional de locativo fica, no nosso caso particular, "estendida", para pessoas.

Fugio da fazenda Boa Vista, sita no Bethlem de Jundiahy, pertencentee a Bernardo José de Passos o seu escravo de nome Sebastião...08/01/1871

Quando o locativo é uma casa diz-se a quem pertence o imóvel:

Fugiu do sitio de Antonio Francisco Leme Martins, no dia 20 do pp. O escravo Manoel....21/04/1872.

Da casa de José Luiz de Oliveira, no dia 18 de Abril de 1872, fugiu seu escravo Joaquim,....28/04/1872

Mas, quando o que funciona como locativo é o nome próprio do dono, diz-se de onde o proprietário é:

Fugiu de João de Godoy Lima, de Bethlem de Jundiahy, um escravo de nome Antonio, ...24/11/1870

O indício da posse também se encontra nesses trechos. Em alguns casos, ele é dado indiretamente pela preposição *de* acompanhada de um locativo e reforçado pelo adjetivo *pertencente ou propriedade de*, por exemplo, quando se diz:

A 26 de Outubro próximo passado fugiu da fazenda Esperança propriedade de Antonio Leite Camargo Barros, o escravo Elizeu....

A ordem particular da frase, na qual o sujeito da mesma se encontra posposto, provoca um efeito de extensão que consiste na ampliação do escopo da predicação. A predicação não só se aplica ao sintagma imediatamente anterior ao SN, mas também se aplica ao SN, havendo uma relação de inclusão. A paráfrase permite observar melhor esta relação:

O escravo é da fazenda

A fazenda é de Antonio Leite Camargo Barros,

Ergo,

O escravo é de Antonio Leite Camargo Barros

Esse indício também é dado diretamente pela preposição *de,* acompanhada do nome do dono, ou pela preposição *a,* também acompanhada pelo nome do dono.

Anteriormente tínhamos visto que, ao dizer que o escravo é da fazenda, pode significar que ele está nela. Percebemos, agora, que a mesma construção evidencia um funcionamento que consiste em essencializar a relação com a fazenda, ou seja, estar na fazenda, por efeito de pré-construído, significa ser da fazenda. Esse efeito de pré-construído orienta uma leitura transitiva, na qual a relação de posse se transfere da fazenda para o escravo. Graficamente poderia ser observado do seguinte modo:

Posses do senhor { fazenda (escravo) }

O locativo que marca o início da ação encontra-se na mesma estrutura que o genitivo, apresentando ambigüidade. De forma que, a estrutura sintática fica de tal modo organizada que resulta em uma dificuldade diferenciar quando se fala especificamente de uma ou de outra relação.

De acordo com a regência verbal, podemos sistematizar estas anunciações em dois tipos principais:

a) as que levam o verbo fugir + preposição
b) as que levam o verbo fugir "nu" (com regência zero) ø : após a vinheta começa a descrição do escravo.

Dentro do grupo a) se observam dois subgrupos:

1) fugidos de um lugar

2) fugidos de uma pessoa.

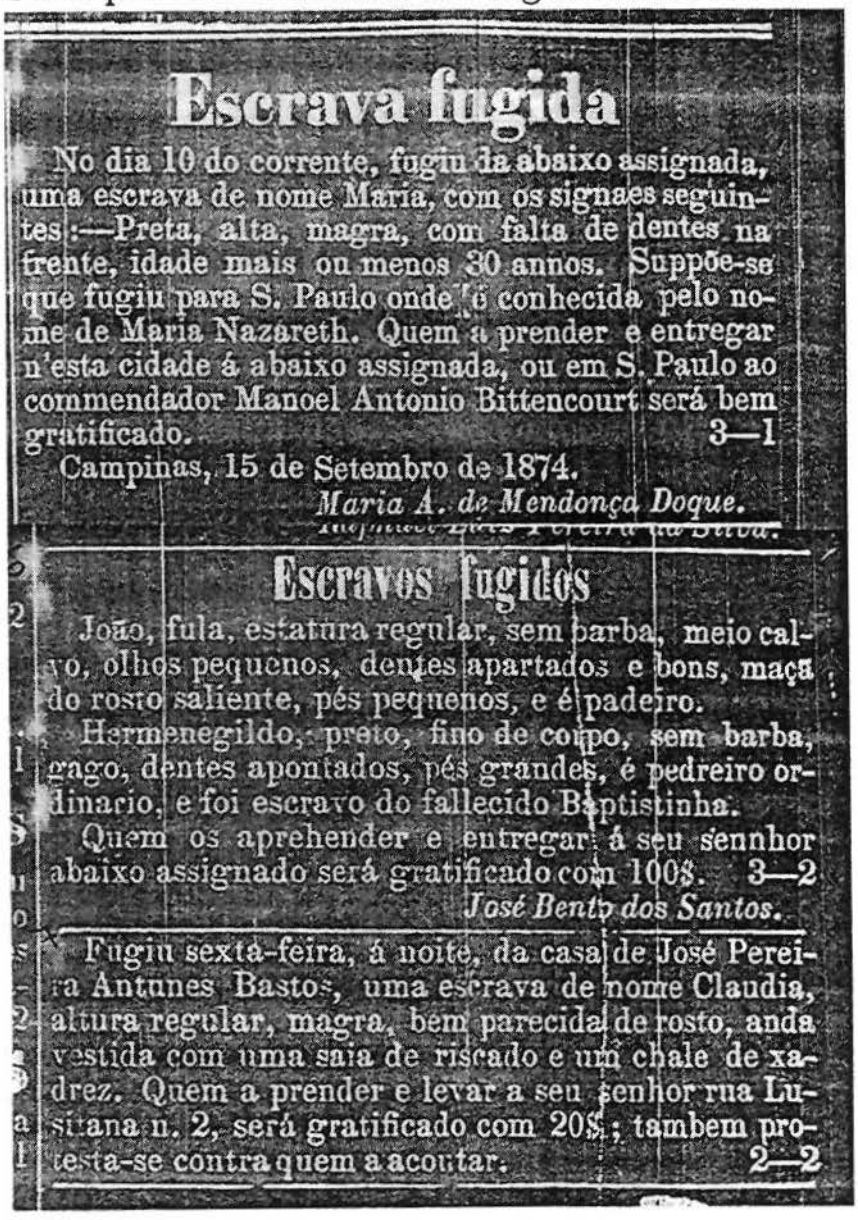
O estudo detalhado das preposições será feito no ponto 5.1.4.

O SN dessas orações se encontra sempre posposto, ele aparece após as especificações do acontecimento. Sua constituição é a seguinte:

SN= (Det.) + N + (Mod.), ou

SN= (Det.) + SP + (N (N ppio))

Como pode ser observado nos seguintes anúncios:



Escrava fugida

No dia 10 do corrente, fugiu da abaixo assignada, uma escrava de nome Maria, com os signaes seguintes:—Preta, alta, magra, com falta de dentes na frente, idade mais ou menos 30 annos. Suppõe-se que fugiu para S. Paulo onde é conhecida pelo nome de Maria Nazareth. Quem a prender e entregar n'esta cidade á abaixo assignada, ou em S. Paulo ao commendador Manoel Antonio Bittencourt será bem gratificado. 3—1

Campinas, 15 de Setembro de 1874.

Maria A. de Mendonça Doque.

Escravos fugidos

João, fula, estatura regular, sem barba, meio calvo, olhos pequenos, dentes apartados e bons, maçã do rosto saliente, pés pequenos, e é padeiro.

Hermenegildo, preto, fino de corpo, sem barba, gago, dentes apontados, pés grandes, é pedreiro ordinario, e foi escravo do fallecido Baptistinha.

Quem os aprehender e entregar á seu sennhor abaixo assignado será gratificado com 100$. 3—2

José Bento dos Santos.

Fugiu sexta-feira, á noite, da casa de José Pereira Antunes Bastos, uma escrava de nome Claudia, altura regular, magra, bem parecida de rosto, anda vestida com uma saia de riscado e um chale de xadrez. Quem a prender e levar a seu senhor rua Lusitana n. 2, será gratificado com 20$; tambem protesta-se contra quem a acoutar. 2—2

chapéos modernos de pello a 10$000. 3-2

Escravos Fugidos

De Francisco Antonio de Souza Salles, deste municipio, fugiram duas escravas sendo uma de nome Virginia, ha um anno, ou pouco mais, com os signaes seguintes: preta, estatura regular, falta de dentes, cabeça mal feita, idade de 40 a 50 annos, mãos de tamanho regular, desimbaraçada e risonha no fallar, meia gorda; —a outra de nome Rita, fugida a 23 do corrente mez, com os signaes seguintes: idade 20 annos mais ou menos, alta, gorda, preta, tem uma cicatriz de coice de cavallo no canto da bocca ao lado direito, pescoço grosso, marcas como de cordas nos braços, pés grandes, boa dentadura, muito fallante, carrancuda na feição, porém risonha. Dá-se a quantia de 100$000 a quem apprehendel-as, por cada uma, e entregal-as a seu senhor na sua fazenda. Campinas, 24 de Agosto de 1870. 3-2

Refinação de Assucar

Quando encontramos o determinante formado por artigos definidos, a relação de referência se constrói a partir do funcionamento do nome que acompanha sempre essas construções, assim se constrói a imagem de um indivíduo específico "o escravo Elizeu" e não de outro. É um ser individual e o SN funciona, nesse caso, como um bloco no qual artigo definido e nome próprio produzem a determinação da relação de referência, construido por efeito de pré-construído, previamente já individualizado por atos de nomeação da igreja (batizado) e do estado (matrícula de escravos). Esse processo não acontece quando é utilizado o artigo indefinido UM e/ou o numeral como pode ser observado nos exemplos a e b:

a- duas escravas sendo uma de nome Virginia

b- uma escrava de nome Maria.

A utilização desses Det. traz consigo um funcionamento de indeterminação. É um escravo dentre outros escravos e não um escravo particular. A individualização, nesses casos, é produzida no acontecimento enunciativo do anúncio, através de uma rememoração de um outro ato de nomeação, o nome próprio não se impõe por efeito de pré-construído como próprio para esse escravo, ao contrário, o enunciado representa reflexivamente o próprio ato de nomear: duas escravas, sendo uma de nome Virginia e outra de nome Maria. Elas, primeiramente, são escravas para depois serem um ser dentro desse grupo, no qual levam o nome de Virginia ou Maria. O ato de nomear -uma escrava de nome Maria- produz como efeito de pré-construído a presunção da existência de uma classe especial de seres, os escravos, da qual faz parte esse ser que, nesse acontecimento enunciativo, estamos nomeando de Maria, rememorando um ato de nomeação anterior.

Já a seqüência o escravo Elizeu traz como efeito de pré-construído dois atos a partir dos quais se inicia o processo de individualização: o da igreja, dado pelo ato de batizado, que no período compartilha com o estado a tarefa de controle e normatização da sociedade, e o do estado. O efeito de pré-construído, nesse caso, pode ser parafraseado como a pressuposição de existência de um ser chamado Elizeu que é escravo.

Esse tipo de construção naturaliza o gesto individualizador do estado/igreja. O nome não mais aparece como predicação atribuída a um ser (como se observa no caso de Virginia que primeiramente é escrava para depois ser Virginia) e sim funciona como se fosse o ser mesmo,

Elizeu. Esse modo particular em que se apresenta o nome do escravo surge como representação dum processo de interpelação/identificação que constitui o sujeito: o efeito ideológico elementar pelo qual um nome próprio identifica um sujeito.

Esse último processo, no qual o nome aparece como efeito de pré-construído, pode ser observado claramente no anúncio, no qual o nome aparece diretamente sem a menção da palavra escravo anteposta a ele, em outras palavras, quando o nome se apresenta só, como acontece no caso de João. O nome, nesse caso, se apresenta como existindo previamente ao acontecimento enunciativo do anúncio, individualizando esse ser que está sendo nomeado.

É narrado um acontecimento passado que sucedeu na vida do dono de escravos: a fuga de um escravo que a lhe pertencia, do mesmo modo que a sua fazenda. O escravo fugido aparece ora como ser particular, o escravo, Elizeu, o seu escravo (aqui reforçada sua relação de posse), ora como mais um dos escravos que lhe pertencem, como mais uma posse, um escravo, uma escrava.

Visto o detalhe com que é descrito o acontecimento da fuga, observamos que é dada maior importância ao gesto da fuga do que ao sujeito que realiza esse gesto, o escravo, dito de outra maneira, a descrição do escravo, que o constitui em sujeito singular, é conseqüência da identificação de um indivíduo (do todo) que fugiu. O problema é que o escravo fugiu e tem que ser reconhecido pelos *sinais seguintes* e pelas informações dadas no relato do acontecimento da fuga, que o marcam como subversor de uma ordem social estabelecida. Embora a perda seja importante, ela não é tão importante quanto o fato de ele se deslocar do

lugar estabelecido dentro de uma ordem dada na estrutura da sociedade, surgindo, assim, a necessidade de sua punição pela transgressão realizada. Essa afirmação pode ser observada claramente nos seguintes exemplos:

lhes forom ministradas. 3—3
Campinas, 25 de Julho de 1872.

100$000 Rs.

Gratifica-se com a quantia acima a quem pegar o escravo de nome Luiz, pertencente a Antonio de Godoy Moreira, morador no Amparo, o qual tem os signaes seguintes: creoulo, idade 20 annos, mais ou menos, altura regular, quasi indio, cabeça chata, cabellos grenhos, rosto redondo, olhos grandes, sem barba, bons dentes, falla mansa e conversa pouco, tem uma mancha branca quasi nas costas e na cara mostra tambem mas pouca cousa, pés regulares e canellas compridas. Fugiu no dia 18 do corrente. Quem o pegar ou dér noticias certas a seu senhor no Amparo, ou em Campinas a José Mesquita dos Santos, receberá de prompto a quantia acima, e protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o tiver acoutado.

RUA DIREITA N. 58

Monteiro & Filho participam aos seus amigos e freguezes, que acabam de receber um rico e variadissimo sortimento de louças, porcellanas,

07/07/1872

Para a pobreza gratis
N. 60—RUA DO ROSARIO—N. 60

100$000 RS.
DE GRATIFICAÇÃO

Dá José de Barros Penteado, a quem capturar e entregar nesta cidade ao declarante, ou depositar em qualquer cadêa fóra deste municipio, o seu escravo Mathias, de 22 annos de idade, mais ou menos, estatura regular, côr preta, tocado a fula, rosto comprido, bonita feição, com falta de dentes, buço serrado, tendo um signal como côrte no beiço superior, bastante altivo, falla bem, crioulo da Bahia, cujo sotaque de falla ainda conserva, tem os pés bem direitos. Fugiu com ferro no pescoço e péga nos pés, e tem signaes muito frescos do castigo que soffreu em consequencia de sentença do jury. 3-1
Campinas, 18 de Outubro de 1874.

ATTENÇÃO

Vende-se um excellente cosinheiro de forno e fogão, e tambem faz doces de varias qualidades; dá-se a contento. Quem pretender dirija-se á rua Direita n. 107, chacara, para tractar com Francisco

Gazeta de Campinas25/10/1874

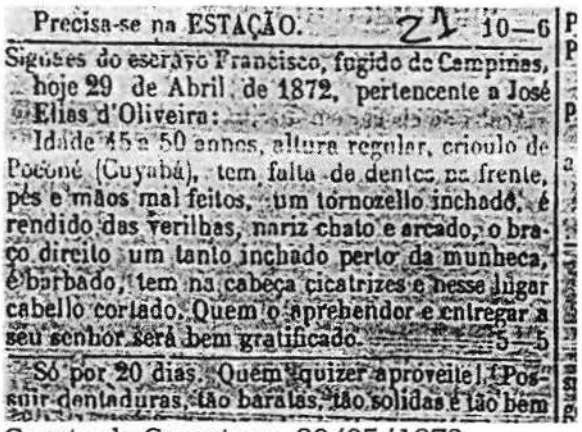
Nesses dois exemplos observa-se que não é utilizado o verbo fugir nem na vinheta nem no corpo do anúncio (a vinheta utilizada é uma

quantia). Mas sabemos que se trata de uma fuga por diferentes indícios dados no anúncio. Em primeiro lugar, a vinheta é característica de anúncios de fuga, seja de escravos, seja de animais. Por outro lado, sabemos da fuga pelo não dito dos verbos utilizados, pegar e capturar. Se é necessário pegar ou capturar é porque aconteceu uma fuga anterior.

A estrutura do anúncio se encontra invertida. A promessa está em primeiro lugar, Gratifica-se, dá, as ações a realizar para receber a promessa em segundo, pegar, capturar e entregar ou depositar, o SN em terceiro lugar. O nome do dono de escravos não aparece como locativo, o lugar onde se iniciou a ação, ele aparece como aquela pessoa que gratifica a quem realizar a ação de pegar o escravo ou, diretamente, como o dono do escravo, pertencente a Antonio de Godoy Moreira.

A fuga está silenciada na materialidade do texto mas paira sobre ele a todo momento. Esse silenciamento lhe dá uma dimensão maior do que afirmávamos acima: o gesto da fuga, por afrontar um sistema, precisa ser punido. Isso pode ser observado na irrupção que o jurídico/penal faz no anúncio através do enunciado: depositar em qualquer cadeia. Essa afirmação traz consigo o jurídico para dentro do enunciado, sustentando a gravidade do acontecimento e a necessidade de sua punição.

Finalmente, encontramos uma terceira ocorrência desse tipo de encabeçamentos. Nela não há presente nenhum verbo, os adjetivos marcam os acontecimentos:



Precisa-se na ESTAÇÃO. 27 10—6

Signaes do escravo Francisco, fugido de Campinas, hoje 29 de Abril de 1872, pertencente a José Elias d'Oliveira:

Idade 45 a 50 annos, altura regular, crioulo de Poconé (Cuyabá), tem falta de dentes na frente, pés e mãos mal feitos, um tornozello inchado, é rendido das verilhas, nariz chato e arcado, o braço direito um tanto inchado perto da munheca, é barbado, tem na cabeça cicatrizes e nesse lugar cabello cortado. Quem o aprehender e entregar a seu senhor será bem gratificado. 5—5

Só por 20 dias. Quem quizer aproveite. Possuir dentaduras, tão baratas, tão solidas e tão bem

Gazeta de Campinas, 30/05/1872

Os indícios temporais e espaciais são dados igualmente nesses e em outros anúncios, mas a ordem dos sintagmas é diferente, começando pela substituição do verbo pelo particípio fugido. Esse é um dos poucos casos no qual o SN o escravo aparece no início do encabeçamento. Ele não está posposto ao verbo, já que esse não está presente. As ações são consideradas com já ditas: um escravo *fugiu*, ele *tem* certos sinais, ele *fugiu* de Campinas, ele *pertence* a José Elias de Oliveira. A falta de verbos denota o funcionamento de um pré-construído. Há discursos que circulam na sociedade da época, os quais sustentam a fala do locutor-x, ao elaborar sua narrativa, e lhe dão, à narrativa, a característica particular da substituição do verbo pelo particípio.

4.4.- A Descrição

Podemos observar que, na parte da descrição dos anúncios o autor aparece com toda sua força. De acordo com o desenvolvido no ponto

anterior, entendemos por autor a pessoa-no-mundo (locutor-x, de acordo com a terminologia proposta por Guimarães 2000). No nosso caso, é ela, pessoa-no-mundo, quem dá o suporte à performatividade do anúncio, de acordo com o antes trabalhado. O Locutor será, então, seguindo a terminologia de Guimarães (2000), aquele que materialmente escreve o anúncio, um locutor impessoal que fala da posição de locutor genérico.

O Locutor é aquele que se mostra como responsável pela enunciação, aquele que se representa como o "eu" do discurso. Já o autor é a função que esse "eu" assume como produtor do texto histórica e socialmente atravessado. É, das dimensões do sujeito, a mais determinada pela exterioridade, afetada pelo contexto, pela exigência de coerência, não contradição, etc, o autor se encontra submetido às regras e instituições da sociedade, da qual faz parte, podendo visualizar-se, no seu discurso, os procedimentos disciplinares dessa, (Orlandi 1998).

O autor do anúncio será, de acordo com essa análise, o dono de escravos, aquele que descreve os fatos que serão publicados. Ele anunciará o acontecimento, dirá como é o escravo fugido, o descreverá, formando a imagem que será procurada, e prometerá, performativamente, uma gratificação. Ele enunciará de acordo com uma realidade que acredita observar. Essa realidade já será mediada por uma interpretação interpelada por um social e pela história. O autor do anúncio, atravessado pela ideologia, interpreta que, no corpo do escravo fugido, há sinais significativos que podem conduzir à localização do mesmo. Assim, ele começa pelo mais evidente, a questão física, a aparência.

Na maioria dos anúncios se observa que a descrição segue mais o menos o seguinte esquema:

a - atributos fisicos (sinais seguintes): cor

estatura

idade[17]

tamanho

particularidades(cicatrizes visíveis, falta de dentes, formato da cabeça, existência de barba, etc.)

b - personalidade

c - roupas que levava

d – oficio (se o escravo tem algum oficio particular, característico)

Podemos observar uma organização do texto. Uma disposição dos elementos da descrição que significa de um modo particular, além do que significam as próprias palavras.

Mas podemos ir além da organização do texto. Orlandi (1998), quando comenta a insuficiência da postura de Milner, que afirma que, através da materialidade da língua, temos acesso direto à ordem do discurso, diz:

Ultrapassando desse modo a organização (regra e sistematicidade), podemos chegar à ordem (funcionamento, falha) da língua e da história (equívoco, interpretação), ao mesmo tempo em que não

[17]Embora a partir de nossa perspectiva a idade não seja diretamente um atributo físico, ela apela, segundo o uso encontrado nos anúncios, a uma certa aparência.

pensamos a unidade em relação à variedade (organização) mas como referida à posição do sujeito (descentramento). (Orlandi, 1998:47)

Podemos ver nessa organização uma posição de sujeito. Um sujeito que enuncia, que descreve outro a partir de um lugar historicamente definido, o lugar da enunciação do dono de escravos. O sujeito que descreve o faz de um modo particular dado pela posição que ele ocupa e que é historicamente determinada. Assim, podemos observar que determinadas coisas são, para ele, mais relevantes que outras. Ao se posicionar de certo modo, e não de outro, ele se filia a uma certa ideologia.

Podemos dizer que o dono de escravos anunciava a fuga e pedia a devolução do escravo porque, naquela época, o escravo valia como modo acumulação do capital. Era a quantidade de terras e escravos que a pessoa tinha que media a riqueza e, através da qual, se lhe outorgavam certos serviços –créditos- e prestígio. Assim, o escravo não valia só como mão de obra, como instrumento que realizava determinadas tarefas de certa relevância, e sim como modo de acumulação do capital.

A partir da perspectiva puramente econômica, o escravo nesses anúncios pode ser interpretado desse modo. Porém, a partir de uma perspectiva semântico discursiva, podemos observar outras coisas. Observamos que, na descrição do escravo, existem predicações que contribuem para a constituição da imagem do escravo e, através dela, para a constituição da sociedade da época. Portanto, a referência do escravo se constrói na relação que se estabelece entre o dito e o não dito. Ela é, segundo Guimarães,

um efeito de sentido produzido pela inscrição do interdiscurso como espaço de memória no acontecimento enunciativo (Guimarães; 1995)

Essa parte dos anúncios contém o relato das características físicas do escravo, tanto suas qualidades intelectuais, emocionais e profissionais, como também a informação de que levaram consigo algum bem que os distinga. A descrição das características físicas do escravo aparece sempre encabeçando a descrição. São especificadas, primeiramente, aquelas mais patentes. Por exemplo, se o escravo é gordo esse adjetivo se coloca em primeiro lugar, o mesmo acontece se ele é alto ou grande. Quando o escravo não tem nenhuma característica física marcante, a descrição começa com qualquer outro adjetivo, a característica que o singularizará virá depois, quando forem descritas as qualidades emocionais, se ele é risonho, falante, alegre, carrancudo, bonito. Logo depois, geralmente, aparecem observações mais específicas, como a profissão, ou algum objeto que o singularize. Mas essa ordem não acontece em todos os anúncios, em alguns, umas e outras características aparecem misturadas. Em alguns poucos anúncios, achamos um breve histórico das fugas desse escravo ou se ele tem família em outras cidades, como pode ser observado a seguir:

A-

.venda, o creoulo José, com os signaes seguintes: pardo, cabellos grenhos e quase vermelhos, cara

fina e alegre, muito prosa e ladino, de 14 annos de idade, baixo, e tem um pê sahido mais para fora. Anda montado em um burrinho pangaré, velho, em um lombinho novo e anda com cartas dirigidas ao mesmo dr. dizendo que está a seu serviço.....

B-

Os escravos seguintes: João, de idade mais ou menos 35 annos, crioulo, cor bem preta, olhos grandes, buço pequeno, pouca barba, no queixo, sem dentes no queixo superior, falla bem explicita, nariz chato, rosto comprido, fino de corpo e muito activo.
Thomasia, de idade mais ou menos 32 annos, estatura regular, natural da Bahia, côr fula, boa dentadura e muito risonha. Catharina natural da Bahia, idade mais ou menos 20 annos, altura e corpo regular, côr fula, testa grande nariz chato, boa dentadura, buços grandes, carrancuda. Estas duas escravas levaram consigo, cada uma. sua malla de roupa e andam todos juntos; no dia da fuga,

foram vistos a duas leguas de distancia na estrada que vem
para Campinas. .....

C-

o seu escravo Mathias, de 22 annos de idade, mais ou menos, estatura regular, côr preta, tocado a fula, rosto comprido, bonita feição, com falta de dentes, buço serrado, tendo um signal como córte na beiço superior, bastante altivo, falla bem, crioulo da Bahia, cujo sotaque de falla ainda conserva, tem os pés bem direitos. Fugiu com ferro no pescoço e pega nos pés, e tem signaes muito frescos de castigo que soffreu em consequencia de sentença do jury.

Campinas, 18 de Outubro de 1874.

D-

uma escrava de nome Maria, com os signaes seguintes : --Preta, alta, magra, com falta de dentes na frente, idade mais ou menos 30

annos. Suppõe-se que fugiu para S. Paulo onde é conhecida pelo nome de Maria Nazareth. .....

E-

fugio o escravo de nome Romão— 50 annos mais ou menos, africano, preto, com falta de alguns dentes na frente e no queixo, baixo, grossura regular, tem os braços um pouco tezos: já andou fugido por muito tempo, nas immediações de Indayatuba,trazendo o nome de Matheus, por cujo nome era conhecido nesses logares.

Quem.....

F-

o escravo Honorio, com os signais seguintes: idade 16 annos mais ou menos, preto, fino de corpo, bem feito, muito ladino, intitula-se forro e troca o nome assim como troca o do senhor quando é pegado, falta-

lhe o dedo grande da mão direita bem rente à palma da mão, levo pêga no pé direito, tem no calcanhar do pé esquerdo signal antigo de ferro e algumas verrugas, foi comprado no dia 9 de Setembro do corrente anno nesta cidade a Antonio Manoel Alves, morador na cidade do Tieté, e neste espaço dedous meses e treze dias fugio tres vezes, acha se matriculado n collectoria daquella cidade a 12 de julo de 1872, sob n. 435 de ordem na matricula geral e 20 da relação n. 44 na collectoria da cidade do Tieté (S. Paulo); gratifica-se ...

G-

.o escravo Jose Mulato, cujos signaes sao os seguintes: Idade 17 annos, bem feito de corpo, boa dentadura, muito experto, cara redonda, e natural do Lorena onde tem sua mae. Fugiu na noite de 15 do corrente montado em um cavallo tordilho com arreios novos e redeas novas trancadas de fio; levou vestido: Paletot e calcas de casimira mineira de cor amarellada e chapeo de palha, levou também ponche novo.

Desconfia-se que tenha tomado o rumo de Baependy passando primeiro por Lorena ou immediacoes. Fazenda da Bablonia em S. Carlos do Pinhal, 17 de Agosto de 1876

Aurelio Civatti

H-

> .., o escravo Victorio, alto, preto, cheio de corpo, barba no queixo, bigode curto, tem um lobi-
> nho na testa e umas feridas peque-
> nas nos tornozellos.....

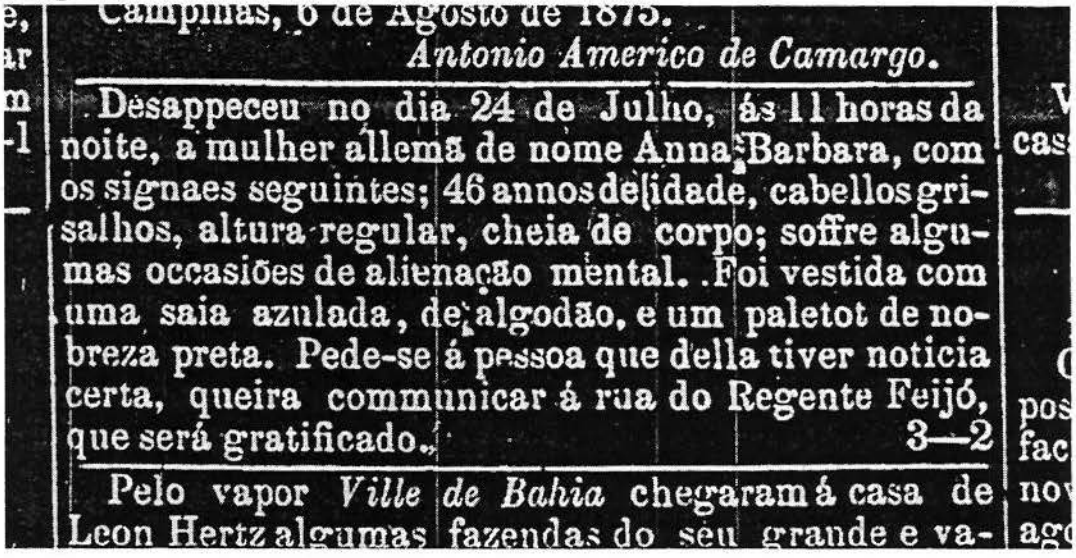
Existe dificuldade em sistematizar sintaticamente os anúncios, já que, misturados com a enumeração de características de tipo físico, encontramos relatos sobre a vida do escravo que se apresentam como parte destas descrições. As estruturas se articulam de modo muito particular. Em primeiro lugar, observa-se que o nome do escravo não faz parte dos sinais do escravo. Em quase todos os anúncios se pode observar que o nome próprio aparece especificando o nome genérico escravo e os sinais aparecem especificando o nome próprio. Os escravos, que possuem certo nome, têm certos sinais que os constituem.

Escravo	→	José	→	descrição
Nome comum	→	Nome próprio	→	descrição
uma escrava ***de nome***		*Maria*		*-Preta, alta, magra*
o escravo de nome		*Romão*		*50 annos, africano,*

Nessa estrutura particular, podemos perceber que os escravos podem ter mais de um nome, pois ela opõe diferentes maneiras de nomear: a do senhor de escravos, a da comunidade com quem o escravo mantém relação, a dos escravos, que em diferentes ocasiões se dão nomes diferentes, como será visto a seguir.

Em primeiro lugar observamos que o escravo é designado por um nome comum. Essa designação dá a possibilidade de determinar o nome escravo. Após o nome comum, geralmente se nos apresenta o nome próprio(*o escravo,* nome comum, *José,* nome próprio). A partir dele é que o processo de determinação irrompe no texto através da descrição.

Os sinais, a partir dos quais os escravos serão identificados num primeiro momento, são adjetivos, assim, a cor da pele, o tipo de cabelo, etc. se constituem enquanto indícios. O nome não aparece como sinal, é o escravo X quem tem os sinais seguintes. Com respeito às cores, é interessante observar que o escravo tem cor em contraposição, por exemplo, à mulher alemã que não o tem. Isso pode ser observado no anúncio a seguir:



Campinas, 6 de Agosto de 1875.

Antonio Americo de Camargo.

Desappeceu no dia 24 de Julho, ás 11 horas da noite, a mulher allemã de nome Anna Barbara, com os signaes seguintes; 46 annos de idade, cabellos grisalhos, altura regular, cheia de corpo; soffre algumas occasiões de alienação mental. Foi vestida com uma saia azulada, de algodão, e um paletot de nobreza preta. Pede-se á pessoa que della tiver noticia certa, queira communicar á rua do Regente Feijó, que será gratificado. 3—2

Pelo vapor *Ville de Bahia* chegaram á casa de Leon Hertz algumas fazendas do seu grande e va-

(Gazeta de Campinas 12/08/1875)

Encontramos, no que diz respeito à cor, no relevamento dos anúncios, os seguintes pares:

Escravo	Mulher alemã
Fula	∅

Parda
Preta
Bem preto
Mulato quase escuro
Mulato fula

O dado da cor da mulher se encontra no gentilício que acompanha o nome comum mulher alemã. Aquele que lê o anúncio,sabe que, se a mulher é alemã, é branca e loira, aliás, como a maioria dos alemães que chegaram ao Brasil na época, pois esses eram, geralmente, do Norte da Alemanha. Mas os escravos têm várias cores, como apontado acima. Os motivos podem ser vários, dentre eles, a miscigenação existente no Brasil desse período, o fato dos escravos provirem de diferentes lugares e raças, etc.

Como afirmamos acima, a ordem dos adjetivos não é fixa, porém eles são introduzidos em muitos casos pela seqüência *com os siganis seguintes* ou *cujos signais são os seguintes (o escravo Honorio, com os signais seguintes: idade 16 annos mais ou menos...).* Essa seqüência funciona como cópula abrindo a descrição que virá a seguir e relacionando o nome a ela. Utilizando a paráfrase:

a- uma escrava de nome Maria, com os signaes seguintes : --Preta, alta, magra,

a'- a escrava de nome Maria é preta, alta e magra, ou

b- o escravo Jose Mulato, cujos signaes sao os seguintes: Idade 17 annos

b'-o escravo José Mulato tem 17 annos de idade.

Na sucessão dos adjetivos que desenham a imagem do escravo, encontramos características físicas como cor, tamanho, idade, e também a característica da raça como particular físico. Desse modo, vemos que o escravo pode ser creoulo, baiano, africano, mineiro, quase índio ou ø.

As particularidades do caráter do escravo também se fazem presentes nos anúncios: mau, carrancudo, mal-encarado, ladino, desembaraçado, risonho são os adjetivos utilizados para defini-los. A figura resultante da imagem dada pelas características do escravo em uma pessoa vão se completando de modo assombroso. Ele é descrito tridimensionalmente, ou seja, a sua presença sai do papel no qual se descrevem as cores e tamanhos e o escravo passa a ter modos de ser e de aparecer. Isso também é observado quando encontramos descrito o modo de caminhar do escravo, como pode ser visto no seguinte anúncio:

> Manoel, altura regu-
> lar, côr preta, pés abertos, o com dedos curtos,
> cabellos grenhos, tem um signal nas costas, falla
> ligeiro e atrapalhado, pouca barba e ralçada,
> creoulo, idade 38 annos mais ou menos, boa figu-
> ra, serviço de roça, levou ponche e roupa de al-
> godão. André, baixo, creoulo de Minas, 25 annos
> mais ou menos, mulato mui claro, tem falta de
> um dente na frente, em cima, cabellos grenhos,
> mui soltos, olhos vivos, **anda** com os pés meio vir-
> ados para dentro, tem um signal perto de um
> dos olhos, alfaiate, tem buço, e alguns fios de
> barba, levou roupa de algodão e uma calça de cassineta xadrez

O escravo deixa, progressivamente, de ser mero instrumento, engrenagem num processo de produção (no sítio, na construção, na casa grande), para se tornar um ser que tem mobilidade - ele anda.

Outra característica encontrada nos anúncios é a menção da profissão do escravo, sempre que esse tiver uma profissão particular.

Desse modo, podemos ver que eles eram pedreiros, alfaiates, tropeiros, carpinteiros, etc. A profissão aparece, aqui, como identificador do escravo.

Outro identificador do escravo é a fala, tanto no que diz respeito ao uso quanto ao modo de utilização dessa fala, como pode ser observado nos trechos seguintes:

dizendo que *está a seu serviço*

cujo sotaque de falla *ainda conserva,*

falla bem e explicita

O escravo faz uso de sua fala também para enunciar sobre ele mesmo e para se dar um nome como pode ser visto a seguir:

Suppõe-se que fugiu para S. Paulo ***onde é conhecida pelo nome*** *de Maria Nazareth. .....*

o nome de Matheus, ***por cujo nome era conhecido nesses logares.***

A fala do escravo começa a ser reconhecida, evidenciando-se um processo de legitimação de um lugar de enunciação para esse, como pode ser observado no seguinte recorte:

intitula-se *forro* ***e troca o nome*** *assim como troca o do senhor*

Embora a fala do escravo seja proibida em público pela legislação imperial (cf.Zatar 2000), ele fala e é ouvido pelo seu senhor que faz apelo a essa fala para a identificação do escravo, para que o reconheçam como um ser singular.

As estruturas familiares e as preferências do escravo também são mencionadas nos anúncios através de curtos relatos sobre sua vida, qu o constitui enquanto sujeito histórico: o escravo tem uma família, amigos, e,

sobretudo, espaços próprios de circulação que não são só aqueles interditados pelo estado como podíamos observar nos Códigos de postura. Essa constituição do escravo enquanto sujeito histórico pode ser observada nos anúncios seguintes:

natural do Lorena onde tem sua mae*.... Desconfia-se que tenha tomado o rumo de Baependy passando primeiro por Lorena ou immediacoes.*

já andou fugido por muito tempo, nas immediações de Indayatuba

Suppõe-se que fugiu para S. Paulo ***onde é conhecida*** *pelo nome de Maria Nazareth. .....*

crioulo da Bahia, cujo sotaque de falla ainda conserva

E muito facil de ser encontrado em casa de pretos forros ou pessoas nessas circunstâncias...

O perfil do escravo vai-se delineando. Ele não é simplesmente um escravo que tem sinais evidentes, e sim que tem profissão, família, caráter, ele fala sobre si, se dá um nome, uma posição social. Esses dados são obtidos das narrativas que se misturam com a descrição do escravo no anúncio. A referência para o escravo vai-se determinando no transcurso dessa parte dos anúncios que chamamos Descrição.

O escravo passa, a partir da Descrição, a ter rosto, cabelo, pernas, um modo de ser, de agir, além de um nome, parentes, gostos, preferências e funções domésticas e sociais. Ele aparece como indivíduo singular e já não como um exemplar (qualquer) da classe dos escravos, e são as próprias descrições dos anúncios de fuga que lhes outorgam esse estatuto singular, pois aparece nelas com mais força, como sujeito social,

como indivíduo com características próprias e únicas que participa ativamente da sociedade, sendo, portanto, nomeado, falado, descrito.

Se tomarmos um anúncio desse período, podemos observar algumas destas afirmações, como por exemplo:

> *Fugiu no dia 15 do corrente, da fazenda do dr. Araujo, no amparo, onde se achava a titulo de venda, o creoulo José, com os signaes seguintes: pardo, cabellos grenhos e quase vermelhos, cara fina e alegre, muito prosa e ladino, de 14 annos de idade, baixo, e tem um pê sahido mais para fora. Anda montado em um burrinho pangaré, velho, em um lombinho novo e anda com cartas dirigidas ao mesmo dr. Dizendo que está a seu serviço. Quem o aprender e entregar ao seu senhor Ildefonso Antonio de Moraes, será gratificado, e protesta-se com o rigor da lei contra quem o açoutar.* *Gazeta de Campinas, 21 de abril de 1872*

Por um lado, observamos nesse anúncio que o indivíduo do qual se fala tem certas características que o identificam como um ser diferente de todos os restantes. Essa diferenciação pode ser notada no fato de ele ter um nome próprio e características específicas que são marcadores da identidade pessoal. Tal diferenciação é dada por dois processos, a saber:

Individualização: ocorre quando é dado o lugar de origem do escravo (da fazenda), *lugar que ocupa em uma série* e age na individualização do escravo, por uma localização que o distribui e o faz circular num sistema de relações. A individualização nos dá os indícios da

relação dele com o Estado, através do nome próprio, e da relação jurídica do escravo dada pelos complementos do verbo fugir (fugir de, fugir a). Esse processo pode ser encontrado na primeira parte do anúncio:

Fugiu no dia 22 do corrente, da fazenda de José Maria da Costa Wilk o escravo Honório ; e

Singularização: Esse processo ocorre quando o escravo, anteriormente nomeado, é descrito em detalhes, desenhando-se, assim, sua imagem singular.

Esse processo de singularização ocorre de tal maneira que José não é mais um escravo qualquer pertencente à classe dos escravos e isento de toda e qualquer marca pessoal, ele é um José singular. O processo de singularização se dá, portanto, a partir das relações estabelecidas entre os diversos indivíduos que constituem a sociedade civil, e não em relação aos mecanismos de individualização/disciplinarização do estado e da igreja. O individuo é reconhecido como singular por ter diversas características que o diferenciam. Essas, encontradas no anúncio, são lugares por onde circula, relações que mantém, sejam familiares, sejam de amizade, e não o número de matrícula, no caso dos escravos, ou o nome de pia dado no ato do batizado.

4.5.- A Promessa

Na parte final dos anúncios encontramos as seguintes proposições:

A-

Quem o aprender e entregar ao seu senhor Ildefonso Antonio de Moraes, será gratificado, e protesta-se com o rigor da lei contra quem o açoutar.

B-

Quem dos mesmos der noticia ou os apprehender e entregar na mesma fazenda ou em Campinas a Manoel Joaquim Duarte Rezende, receberá 200$000 de gratificação.

C-

Quem a prender e entregar

n'esta cidade á abaixo assignada, ou em S. Paulo ao
commendador Manoel Antonio Bittencourt será bem
gratificado.

Campinas, 15 de Setembro de 1874.

Maria A de Mendonça Doque.

D-

Quem o apprehender ou delle der no- ticia segura ao inventariante Jõao Bap-
tista do Camargo Damy, será gratificado
com a quantia de 100$000.

Campinas, 28 de Fevereiro de 1876.

O locutor-x se compromete a gratificar aquele que der noticias ou entregar o escravo ao senhor. Esse compromisso apresenta traços que dão indícios da função argumentativa do enunciado. Ele é, perfomativamente, uma promessa.

As condições de possibilidade para uma promessa se evidenciam no recorte. O verbo principal está conjugado no futuro; de acordo com Searle, a promessa se faz a propósito de um ato futuro de um falante, o dono de escravos entregará dinheiro àquele que lhe devolver o escravo, portanto, há um compromisso do locutor de realizar tal ato. O "ouvinte", nesse caso o leitor, prefere que o locutor faça o que assevera, entregar o dinheiro em troca do escravo fugido. O falante se compromete frente à sociedade, a entregar o dinheiro àquela pessoa que lhe devolver o escravo. As regras preparatórias e essencial , propostas por Searle, são cumpridas no nosso enunciado, pois ele é a expressão de uma intenção, de acordo com isso, denominaremos essa parte dos anúncios de Promessa.

A promessa de uma recompensa está dirigida a toda pessoa que leia o anúncio e leve notícias, ou mesmo o escravo, a seu senhor ou ao local especificado no anúncio. Ela implica uma transformação jurídica, nos termos em que Ducrot (1978) trata do jurídico, na qual se coloca o locutor na posição de quem tem a obrigação de dar uma quantia a quem entregar o escravo.

Em todos os anúncios percebemos que o pronome *quem* inicia as orações, assim encontramos:

Quem o aprender

Quem dele der noticias

Quem o entregar

O pronome *quem* responde a um funcionamento de generalização semelhante ao encontrado no discurso da lei. De acordo com Pêcheux, as estruturas sintáticas do tipo "aquele que VN" sofrem um "esvaziamento do

objeto fora da função", que decorre em indeterminação ou não-saturação, possibilitando a generalização: "todo aquele que VN", "qualquer um que VN". Portanto, parafraseando:

Todo aquele que o encontrar....,

Aquele que o entregar ...,

Toda aquela pessoa que responda ao pedido do anúncio VN.

O pronome *o* , encontrado na seqüência, remete ao escravo,

Todo aquele que entregar o escravo; ou

Todo aquele que encontre o escravo

O uso do verbo no infinitivo após o pronome *quem* dá indícios de um locutor impessoal[18] que reaparece no texto do anúncio após a descrição. O locutor fica ocultado atrás desse tipo de estrutura lingüística, narrando-se os fatos, aparentemente, por si mesmos. Os fatos são narrados e o desenlace desses é a gratificação.

Esse tipo de estrutura pode ser observada na lei do ventre livre. Um exemplo disso é o Art. 1:

(1) *Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.*

Esse trecho pode ser parafraseado do seguinte modo: "Qualquer filho de mulher escrava...será considerado de condição livre".; ou "todo aquele filho de mulher escrava será considerado de condição livre." Há,

---

[18] Tomamos aqui o conceito elaborado por Ducrot 1984

nessa frase, uma indeterminação, "qualquer um ou todo aquele", que permite a generalização. Nos nossos anúncios, todos os seres que entram em contato com o enunciado terão a possibilidade de ser o destinatário do ato de promessa ao qual se dirige.

Em muitos anúncios percebemos que, após a promessa, há uma frase que diz :

Protesta-se com todo o peso da lei contra quem o açoutar

como pode ser observado no anúncio A.

Uma ameaça, uma advertência, a irrupção do penal no anúncio se faz aqui evidente.

CAPITULO 5

As particularidades de fugir

5.1.-Introdução

A determinação, de acordo com o antes afirmado e desenvolvido, realiza-se, nos nossos anúncios, de modo global e linear, sendo que sucessivamente há uma determinação, ela teria seu começo no verbo e seu fim na última palavra do anúncio. Nesse ponto, analisaremos um dos componentes que organiza nossos textos, o verbo.

5.2-O verbo

Os anúncios de fuga de escravos são introduzidos, como foi exposto no capítulo anterior, por diferentes vinhetas. Essas vinhetas tanto

podem ser cifras de dinheiro quanto palavras ou construções como "atenção" ou "escravo fugido". Algumas vezes essas vinhetas não aparecem. Após as vinhetas começa o anúncio. O seu início se dá de diferentes modos: ora pela data do acontecimento da fuga, ora pelo nome do dono, mas quase todos os anúncios de fuga de escravos publicados no jornal principiam com o verbo fugir. Outro verbo que encabeça os anúncios de fuga, mas nesse caso de animais, é o verbo desaparecer ou sumir, como pode ser observado nos seguintes anúncios:

VIDROS DE ESPELHOS

Chegaram a casa do Meira Junior. 3—3

ATTENDA-SE:

Sumiu-se no dia 21 deste, da chacara do Sr. Brôa um cavallo com os signaes seguintes: pangaré, do meio, frente aberta, calçado dos pés, pequenas manchas brancas no lombo por pisaduras antigas, andador e de trote bonito, ferrado dos 4 pés, gordo e esperto. Gratifica-se muito generosamente a quem der noticias certas, boccalmente ou por escripto, a Bento de Carvalho em Campinas, ou ao sr. Dias no Hotel Oriental da mesma cidade. 3—3

Campinas, 24 de Julho de 1872.

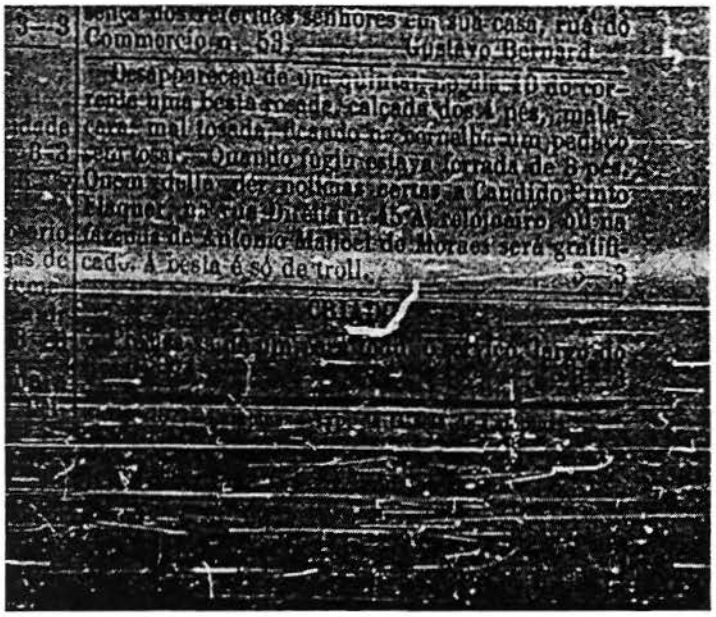
Molduras de todas as qualidades para quadros. Chegaram á casa de vidros de Meira Junior, rua Lusitana n. 113 B. 3-3

CAMPINAS

Castro & Amaral, com casa de commissões, armazem de molhados e deposito de sal e assucar

E' provavel que esteja mesmo neste municipio, porque não costuma sahir para longe, quando foge.

No dia 9 do corrente desappareceu de estrada que d'esta cidade vai á de Jundiahy, do logar denominado Serra d'Agua um cavallo picaço grande com os seguintes signaes: tem audadura e trole, está ferrado das mãos, e em boas carnes; desconfia-se que estejam em alguma fazenda para os lados d'onde desappareceu porque ha poucos dias foi visto nesta cidade arreado e com pessoa montada em dito animal. A quem o entregar a Antonio de Araujo Roso, na sua chacara em Santa Cruz, será gratificará.



Commercio n. 53. Gustavo Bernard

Para começar nossa análise dos anúncios de fuga, observaremos a utilização do verbo fugir em contraposição à utilização do verbo desaparecer ou sumir.

Pode-se observar, por um lado, que os verbos desaparecer e sumir são utilizados para encabeçar os anúncios de perda de animais e

coisas. Por outro lado, o verbo fugir é usado, quase com exclusividade, para anunciar a fuga de escravos.

Nesse ponto, nos propomos, em primeiro lugar, a caracterizar o verbo fugir presente em nosso *corpus*, a fazer uma análise do verbete dos dicionários da época desse verbo e a contrapor esses com os do verbo desaparecer e, por último, analisar a regência do verbo fugir presente nos anúncios.

5.3.- Caraterização sintática do verbo

Conforme a sintaxe gerativa, os verbos classificam-se segundo o número de argumentos[19] que exigem. Além de exigir argumentos, o verbo

[19] Esta análise terá como base teórica a Teoria da Gramática Gerativa (Chomsky, 1986). Portanto, apresentaremos agora, em linhas gerais, alguns pontos da concepção gerativista de gramática, introduzindo os conceitos com os quais trabalharemos adiante para analisar o verbo que nos preocupa.

De acordo com essa linha teórica, o léxico é o ponto de partida para a atividade da gramática, pois é a partir dele que a *estrutura profunda* é construída. O verbo por exemplo, é um *predicador* que exige um certo número de *argumentos*. Ou seja, a partir da inserção lexical de um verbo na *estrutura profunda*, temos uma sentença ou proposição aberta, que possui variáveis a serem preenchidas para que seja formada uma estrutura sintático-semântica completa. Assim, o verbo fugir teria uma estrutura argumental do tipo fugir (x), sendo x uma variável reservada para um sintagma nominal, pois toda fuga é a fuga de alguém ou algo; o verbo comer exige dois argumentos (alguém que come e algo que é comido) e corresponde à proposição aberta comer (x,y) . O verbo dar, por sua vez, seria tri-argumental: dar (x,y,z) (alguém que dá, algo a ser dado e alguém que recebe).

Do ponto de vista sintático, essas variáveis estão dispostas hierarquicamente em relação ao predicador. A depender de suas funções sintática e semântica, esses argumentos ocupam posições específicas, em estrutura profunda, dentro do sintagma verbal (VP). Em *"o escravo foge"*, o sujeito do verbo **fugir** é um "argumento externo". Com o verbo **dar**, temos dois "argumentos internos" (os complementos) e um "argumento externo", o sujeito. Como veremos adiante, os verbos transitivos possuem um argumento externo e um (ou dois) argumento(s) interno(s); os verbos intransitivos possuem apenas argumento externo; e os ergativos possuem apenas argumento interno.

lhes atribui um papel semântico, chamado de papel temático. Esses papéis temáticos estão dispostos numa hierarquia (a hierarquia temática), que desempenha um papel importante nos processos gramaticais (cf. Belletti & Rizzi, 1988).

1. *agente,*
2. *experienciador,*
3. *locativo, fonte, meta/alvo*
4. *tema.*

O sujeito da oração terá sempre um papel temático hierarquicamente superior ao do objeto, sendo *agente* o papel temático canônico do sujeito. O verbo fugir pode ser caracterizado como um verbo que exige um argumento só (mono-argumental) e, por isso, intransitivo.

De acordo com Berlinck (1995), os verbos mono-argumentais, como é o caso do verbo **fugir,** apresentam, em muitos casos, a característica da posposição do sujeito. A posposição do sujeito acarreta uma série de conseqüências a esse, por exemplo, faz com que não seja mais o agente, mas sim o objeto da sentença, mudando, assim, seu papel temático. Mas isso não acontece em todos os casos, há exceções como veremos a seguir.

O papel temático do verbo está intimamente relacionado com o estatuto informacional do sujeito ou natureza informativa do sujeito. De acordo com Votre&Naro (1986) haveria uma correlação entre o estatuto informacional do sujeito (SN) e a ordem dos constituintes da sentença. Eles propõem quatro categorias distintas de conteúdo informacional, a saber:

- *Evocado*
- *Disponível*
- *Parcialmente novo*
- *Completamente novo*

O estatuto informacional de *evocado* corresponde à noção de "dado" no discurso. Esse "dado" não necessariamente se apresenta de forma idêntica a do sujeito. O conceito de *disponível* supõe que o referente é "prontamente acessado pelo ouvinte", embora ele não tenha sido mencionado anteriormente. Por *parcialmente novo,* entendem-se aqueles referentes que ainda não estavam presentes nem disponíveis no discurso, mas cuja introdução é feita via um elemento *evocado* ou *disponível.* Finalmente, o *completamente novo* refere-se aos elementos totalmente ausentes no discurso até o momento de sua menção.

A estrutura sintática de posposição do sujeito se configura, por sua vez, de diferentes maneiras:

VSX: Verbo, Sujeito, Material interviniente (não necessariamente só complementos)

VXS : Verbo, material interviniente, Sujeito.

VX#S[20] : Verbo, material interviniente, # Sujeito.

Não é necessário, de acordo com Berlink (1997), que a determinação dessas configurações se faça através de um exame do estatuto informacional do sujeito (SN) e de seu valor discursivo. Cada

[20] O símbolo # marca que o S se encontra fora do limite do domínio da frase. A variação X corresponde a um complemento que pode ser tanto actancial quanto circunstancial.

estatuto informacional não corresponderá, necessariamente, a uma configuração sintática determinada.

Estudos feitos a partir de uma perspectiva variacionista (Berlink ,1988,1989, 1997) afirmam que a posposição do sujeito, tanto em verbos mono quanto pluri-argumentais, era comum no português de Brasil em períodos antigos da língua.

No nosso *corpus*, vemos que quase todos os anúncios de jornal estão compostos por verbos mono-argumentais: o verbo **fugir (**utilizado para os anúncios de fuga de escravos), o verbo **desaparecer** (utilizado para os anúncios de animais), o verbo **sumir** (mesma utilização que o verbo desaparecer). Esses anúncios apresentam, em todos os casos, posposição do sujeito em duas modalidades, a saber:

XVS; *Da casa de José Luiz de Oliveira, no dia 18 de Abril de 1872, fugiu o seu escravo Joaquim, (Gazeta de Campinas 28/04/1872)*

À herança do finado Francisco de Souza Salles, fugio o escravo de nome Romão.(Gazeta de Campinas 04/03/1876)

VXS; *Na noite de 25 para 26 de Março p.p., fugiu de casa de Diogo Antonio de Souza Casino, o escravo de nome Geraldo,. (Gazeta de Campinas 09/05/1872..*

Fugiu da cidade de Campinas, hoje 4 de abril, pelas 10 horas do dia, o escravo Theodoro, (Gazeta de Campinas, 09/05/1872)

A respeito da posposição do sujeito no português contemporâneo, Votre & Naro (1989) afirmam que: *(...) a construção VS é utilizada em situações de segundo plano, muitas vezes puramente descritivas* (Votre & Naro; 1989:177). Tal afirmação pode ser utilizada

para pensar o nosso caso particular, já que os verbos que apresentam posposição são os verbos fugir, desaparecer e sumir e o que acompanha esses é uma descrição, a do escravo, a do animal (sujeito posposto, que realizou a ação). A posposição, nesse caso, pode cumprir uma função apresentativa.

O papel temático atribuído ao sujeito posposto será o de paciente da ação ou observador, mas o verbo fugir tem uma particularidade. Como o sujeito posposto, no nosso caso particular, possui traços + humano e + volitivo, ele ganha o estatuto de agente, caso incomum em verbos monoargumentais. Através da análise sintática pura, somos levados a concluir pelo papel temático de experienciador e pela função de objeto, mas, analisando nosso corpus de uma perspectiva discursiva, teremos o contrário: o papel temático do sujeito posposto será a de agente da ação realizada e sujeito da mesma, mantendo a função apresentativa da posposição.

Nas sentenças VXS, a distância que separa as menções se constitui como um elemento significativo. Quanto maior a distancia menos previsível será seu referente, e, portanto, maior necessidade haverá de expressá-lo através de um SN pleno. Os estatutos informacionais dos sujeitos desse tipo de sentenças serão ora novos, carentes de toda referência anterior, ora parcialmente novos, cuja introdução é feita por um elemento evocado, como ocorre no caso dos anúncios que tem uma quantia desenhada, bem como os que se encabeçam por ESCRAVO FUGIDO.

De acordo com Pontes (1986), o SN posposto perde, em grande medida, suas características de sujeito, tendo mais características de

objeto. Em termos semânticos, ele tende mais para paciente de uma ação que para agente dessa, já que ele tipicamente é inanimado e indefinido. Reforça essa postura o tipo de verbo que aparece, geralmente é de *acontecimento* e não de *ação*, tais como: sumiu, apareceu, veio, surgiu. O que o diferencia do objeto é que o sujeito dessas orações não pode ser pronominalizado. Mas **fugir** poderia ser colocado nessa categoria? A autora afirma que quando os verbos carregam o traço humano, essa situação sofre um deslocamento. O agente, para ela, é restrito a seres volitivos. Os seres humanos são objetos quando são pacientes de uma ação e, quando a informação introduzida é nova, há uma tendência a pospor o sujeito.

O traço de "novidade" outorga ao sujeito o valor de "foco" da sentença. O sujeito encontra-se no contraste que se estabelece entre ele e um contexto anterior. Quando o sujeito já foi anunciado de alguma maneira e perde esse estatuto de novo ele é "tópico". Ele toma a forma de "proposição implicada" pelo conjunto de proposições que compõe o discurso. Porém, as sentenças que introduzem o tema do discurso são denominadas de "sentenças tópicas"(Pontes 1986).

No nosso caso particular, observamos que todas essas variáveis se combinam de modo particular. O sujeito das orações que se nos apresentam é geralmente posposto, mas está ligado a uma informação parcialmente nova já que, geralmente, os anúncios são "anunciados" através de uma espécie de título-chamada de diferentes tipos, a saber:

a-ESCRAVO FUGIDO

b-100$000 Rs.

c-Escrava fugida
d-100$000 RS.
De Gratificação

e- ATTENÇÃO

f-Rs. 30:000

g-Escrava fugida

h-Ø

Essas "anunciações" dão indícios do sujeito da oração que virá posposto ao verbo: o escravo. Portanto, o escravo, sujeito do verbo **fugir,** não se constitui como uma informação nova, ele é o tópico da sentença. A informação nova virá depois dele e ela será a descrição do escravo, constituindo-se como o foco da sentença. Mas ainda assim o escravo será o agente da ação por ter duas características fundamentais: o traço de ser volitivo e o traço humano. O traço humano leva implícito o traço volitivo, o que reforça o estatuto de agente da ação ao sujeito (o escravo) da sentença que tem o verbo monoargumental fugir.

5.4.- O verbo sob uma perspectiva discursiva

De acordo com o antes analisado, o sujeito das orações construídas com o verbo fugir tem o traço +humano e +volitivo, ou seja, há um agente que realiza a ação, um ser que foge. Já com o verbo desaparecer, não encontramos no sujeito da oração tal traço volitivo.

As definições de dicionários da época podem-nos ajudar a observar essas diferenças. Os dicionários, nessa pesquisa, constituem-se

como um material de grande valia já que encontramos neles, como diz Mazière, *o lugar em que se constroi e se pode mostrar o "como se diz" de uma sociedade (Mazière; 1989:48).*

Horta Nunes (1996), no seu trabalho sobre Discurso e Instrumentos Lingüísticos no Brasil, dirá que o dicionário é o lugar onde a língua se torna uma instituição ligada ao Estado. Ele será um símbolo lingüístico-nacional (um povo, uma língua) e um instrumento didático que permitirá o acesso à "boa linguagem". O autor afirma que o dicionário *interpela o sujeito a uma identidade nacional distribuindo os valores adequados (op.cit.184)*

Visto como discurso, o dicionário estabelece formas do dizer de uma sociedade, as formas do bem dizer da oficialidade.

5.4.1 - Fugir vs. Fugir-se

A primeira particularidade com que nos deparamos ao procurar no Novo Diccionario da Lingua Portugueza de Faria 1859 [21], é o verbete de fugir, pois ele tem duas entradas. Fugir significa:

Fugir: *afastar-se precipitadamente para evitar perigo, incomodo ou alguma pessoa (-ao perigo, ou do perigo; -do campo de batalha; -da*

[21] Embora outros dicionários se considerem melhores fontes para a análise discursiva do termo que nos propomos, escolhemos o dicionário de Faria (1859) por ser o mais completo, ou seja, por apresentar nas suas definições as idéias afins e os sinônimos das diferentes palavras e por incluir e acrescentar o verbete de outros dicionários como é o caso do Diccionario da Língua Portugueza de Antonio de Moraes Silva (1813), o que resulta de muita valia para nossa análise.

prisão) Ex. "A morte ***foge*** *dos desgraçados.* ***Séneca"*** *"Sei de quem devo , não sei a quem devo seguir.* ***Max. Lat."*** *"É principalmente em tempo de calamidades publicas que é indispensavel dos maus e dos estupidos.* ***Chénier."*** ***O pé a alguem****, escorregar:* ***a luz ou lume dos olhos****, turvar-se a vista por queda, pancada, doença:* ***dos olhos algum objecto****, dessaparecer, deixar de se avistar:* ***com o corpo ao golpe****, esquivá-lo:* ***o tempo****, passar rapidamente.* ***Cuida que lhe foge o tempo****, dizemos de pessoa mui apresurada, que cuida lhe faltará o tempo para executar alguma cousa:* ***à vista****, ser tão pequeno que se não divisa:* ***a terra debaixo dos pés****, diz-se do que está atordoado, e não pode suster-se em pé :* ***a voz****, fazer fuga na música : (fig.) por todo o cuidado, fazer toda diligencia por evitar (de alguma cousa; v.g., dos perigos, da accasião, da tentação). Ex. "Cumpre que, nos males alheios, vejamos aquelles de que devemos* ***. P. Syrus."*** *"É necessario de longe à tempestade.* ***Montaigne"****. Em sentido activo evitar com muito cuidado (os perigos, as ocasiões, a luz)* ***Fugiu-me da vista****, desappareceu.* ***Fugiu-me da memória****, escapou-me.*

Não por fugir de amor, mas por fugir-me.

(Camões, Eclog. 4)

(Faria;1859:131)

Fugir-se*, v.r. fugir, escapar. Ex. "Com que se* ***foge,*** *e não acaba a vida.* ***Camões,*** *Son. I. "****Fugir*** *é irregular. Muda o* ***u*** *em* ***o*** *no presente do indicativo,* ***tu foges, e elles fogem;*** *no imperativo* ***foge****. Os antigos diziam* ***fuge*** *no imperativo.*

Syn. Comp. ***Fugir, evitar, escapar, evadir, esquivar.*** *Exprimem todos estes verbos a acção com que pomos a salvo de algum incomodo, trabalho, perigo, difficuldade, etc., mas cada um delles indica differente modo por que a acção se faz, como vamos a vêr.*

Fugir*, com significação activa, é evitar uma coisa má, ou que como tal se tem, apartar-se de algum perigo. O avaro* ***foge*** *das occasiões de gastar; o homem timorato foge do peccado e das occasiões de nelle cair. Com voz neutra significa apartar-se com celeridade de algum logar, desviar-se de alguma coisa ou pessoa, evitar incommodo ou*

perigo. ***Foge*** *o justo da tentação,* ***foge*** *o cobarde do perigo;* ***foge*** *o criminoso á justiça,* ***foge*** *o corpo instinctivamente ao golpe;* ***foge*** *o inimigo quando é desbaratado, como aconteceu ao exército de Mir-Almuminin junto de Santarem, de quem diz o nosso poeta*

Logo todo o restante se partio.
De Lusitania, posto em fugida;
O Mir-Almuminin só não fugiu,
Porque antes de ***fugir*** *lhe* ***foge*** *a vida.*

(Luis, III,82)

Evitar *é precaver que succeda uma cousa, livrar-se com previssão de algum danno ou incommodo;* ***fugir*** *de incorrer em alguma falta, etc.* ***Evitam-se*** *despezas, gastos, trabalhos, passos, o encontro desagradavel de alguma pessoa ou cousa;* ***evitamos*** *ordinariamente o cair em pecado quando* ***fugimos*** *das occasiões.*

Escapar *é sair de algum aperto, livrar-se de um danno ou mal eminente, ou cujo poder se estava.* ***Escapámos*** *da doença, do naufragio, etc. quando por estas causas nossa vida esteve em grande perigo.*

Evadir *é evitar, sair em salvo com destreza, illudir uma dificuladade do negocio, e a mesma prohibição da lei, para ganharem a demanda de que esperam tirar proveito.*

Esquivar *é recusar alguma cousa, mostrar-se* ***esquivo*** *a seu respeito, repellir de si com força ou desdem, tratar alguem com esquivança. Neste sentido disse Camões:*

Entre as limpidas águas que inda ***esquivam***
O formoso pastor que se perdeu
Preso das falsas mostras que o captivam.

(Eleg. VI) (Faria; 1858:132)

Na primeira entrada, encontramos o significado específico do verbo, a regência verbal e os exemplos do uso. A segunda entrada apresenta fugir como verbo reflexivo. De acordo com Faria, o verbo tem uma significação ativa e outra passiva.

Fugir, de acordo com seu significado, é um verbo de movimento. Implica uma ação que tem início e fim e, às vezes, uma finalidade: *afastar-se.* Foge-se de algo ou alguém (perigo, campo de batalha, prisão/inimigo) para algum lugar/ com a finalidade de efetuar outra ação: *evitar algo ou*

alguem (perigo, incomodo/ alguma pessoa); seguir a alguem (sei de quem debo fugir, não sei a quem debo seguir)

Quem realiza a ação é um agente que, de acordo com os exemplos vistos na definição, tem o traço humano. Essa utilização será estendida para seres inanimados ou abstratos. Esses são, a morte, o pé, a luz, algum objeto, o tempo, a terra, a voz, o corpo. Observamos que, quando a ação é realizada por um ser humano, existe a noção de finalidade, com complemento acompanhado de preposição, mas, quando a ação é realizada por um ser inanimado ou abstrato, o verbo não possui complemento de finalidade.

A preposição que corresponde ao complemento de finalidade é *para*. Essa, por sua vez, tem duas entradas, a saber: *para* finalidade (representada pelo verbo em infinitivo) e *para* locativo. Segundo Faria, o verbo rege a preposição que apresenta o valor de finalidade.

As preposições que regem o começo da ação são *a* e *de*. Foge-se a algo ou a alguém ou de algo, de algum lugar ou de alguém. A idéia de que o agente da ação é um ser humano novamente se encontra reforçada nos exemplos: fugir do campo de batalha, fugir ao ou do inimigo.

O significado de fugir implica, portanto, uma ação, que quando realizada por pessoas, tem um começo e um fim e uma finalidade. Também existe a noção de quem foge segue alguém ou persegue algo.

Na segunda entrada se apresentam, de acordo com Faria, as variáveis de significação ativa e passiva do verbo. Fugir com significação ativa leva implícita a idéia de evitar e afastar-se. Tal ação é "provocada" por um inimigo ou coisa má. Quem foge se põe a salvo, portanto a finalidade da ação é: *acção com que nos pomos a salvo de algum incomodo, trabalho,*

perigo ou dificuldade. Mas, quem é o nós do enunciado? Aquele que foge, um nós que inclui o autor do dicionário que aparece como marca de autoria, um nós humano. Os humanos se põem a salvo fugindo do incomodo ou perigo.

Fugir com significação ativa também implica um modo de realizar a ação precipitadamente. Com voz neutra, tal ação se realiza com celeridade.

Completando o campo semântico do verbo e reafirmando o dito anteriormente, observamos que a ação é realizada por seres humanos, que tem um começo e um fim e que se realiza precipitadamente, sem pensar, como reação a uma ação. Além disso, é uma ação realizada por dois tipos de agentes, prisioneiros ou escravos.

De acordo com o que foi visto até o momento, tentaremos observar o funcionamento do verbo em um anúncio do nosso *corpus:*

Escravo Fugido
A 26 de Outubro proximo passado fugiu
da fazenda –Esperança-, propriedade de
Antonio Leite Camargo Barros, o escravo[22] *Elizeu, com os signaes seguintes: ...*
(Gazeta de Campinas; 24/11/1870:4)

O agente do verbo é um escravo que foge *de*. O escravo foge de um lugar e também de alguém. A ação de fugir tem seu inicio em um lugar e, como quando se foge de uma coisa má, de um perigo ou ameaça, o

[22] O sublinhado é nosso

escravo deve fugir disso. Encontramos, assim, várias estruturas silenciadas. O escravo foge da fazenda, do dono. Cruzando a definição do dicionário com o anúncio, podemos dizer que a fazenda ou o dono representam para o escravo um perigo. Além de representar isso, o dono e a fazenda são o começo da ação, o lugar de onde partem. Outra estrutura silenciada é a de finalidade: diz-se *de* onde, mas não se diz *para* que ou *para* onde. Se cruzarmos novamente ambos textos obtemos:

O escravo foge da fazenda.

O escravo foge da fazenda para evitá-la.

O escravo foge do perigo para evitá-lo.

Vemos silenciada a finalidade do escravo ao realizar a ação de fugir, evitar uma coisa má - ser escravo - e a escravidão representada pela fazenda. Assim, podemos reconstruir o enunciado silenciado:

"O escravo foge da fazenda para evitar a escravidão. O escravo foge, escapa, livra-se do dano ou aperto porque sua vida está em grande perigo."

Esse não-dito representa aquilo que deve necessariamente ser silenciado da posição do senhor de escravos, posição a partir da qual se textualizam os anúncios de fuga.

Evidencia-se, através da analise lingüística e lexicográfica do verbo, a contradição existente nos anúncios. O dono de escravos reclama o escravo como propriedade, ele anuncia no jornal e, ao redigir o anúncio, utiliza estruturas lingüísticas que contradizem o discurso no qual está inserido. Se por um lado ele trata o escravo como um objeto (propriedade), por outro, através da utilização de um verbo específico - fugir, ele o desloca desse estatuto e o reconhece como ser humano, como indivíduo

com vontades e finalidades e se reconhece a si mesmo como ameaça à vida do escravo[23].

Observa-se, após o estudo dos efeitos sintáticos e semânticos provocados pelo uso do verbo fugir, uma mudança em curso na sociedade - a existência de uma contradição em curso no discurso escravagista.

5.4.2- Fugir vs. Desaparecer

A comparação do verbo fugir com desaparecer, utilizado na maioria dos anúncios de fuga de animais, nos trará outros pontos a serem considerados.

De acordo com Faria (1859), desaparecer significa:

Desapparecer: cessar de aparecer; tirar-se repentinamente dos olhos, fugir da vista em um instante; deixar inopinadamente de se mostrar em uma sociedade ou conversação; esconder-se, ocultar-se, desvanecer-se, eclipsar-se.(Faria;1859:1044)

Esse verbo implica o fim da ação de aparecer. É a não presença. Quem desaparece não foge de alguém, mas foge à vista. Não está mais presente. O verbo se relaciona com um modo negativo de agir: *cessando de aparecer.* Um "desfazer" da ação. Comparado esse com o verbo sumir:

---

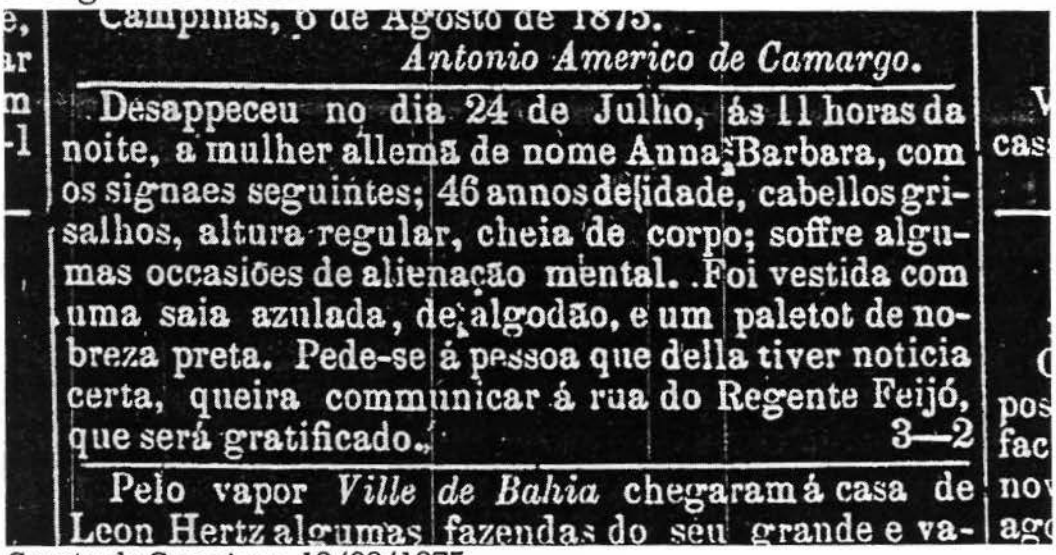
[23] Vemos aqui o real da língua e o real da história agindo sobre o sujeito. O dono do escravo significa a partir **de** e é significado **por** esses dois reais, no e pelo discurso, além de qualquer intenção comunicativa ou argumentativa.

***Sumir**, v.a . (contração de submergir) submergir, metter a pique; esconder, fazer dessaparecer.*

***Sumir-se**, v. r. occultar-se, dessaparecer, esconder-se. **Sumiram-lhe os olhos, encorvaram-se-lhe** (Faria; 1859:1195)*

Quem desaparece, quem não mais aparece, o faz de modo repentino, súbito, sem motivo. Por essa razão, é que quem desaparece não vai para nenhum lugar, simplesmente deixa de realizar a ação de aparecer. Ele não se mostra mais presente em um lugar. Não há motivo, não há destino. O lugar, onde não mais se mostra esse ser ou coisa, pode ser a sociedade ou aquele espaço físico que está ao alcance dos olhos (à vista), e o modo como se realiza esse "fato"(já que ele está deslocado da categoria de ação) é repentino e inopinado, sem motivo sem razão ou sem o uso da razão.

Observamos, assim, que a ocorrência deste verbo se dá no nosso *corpus*, nos seguintes casos:



Campinas, 6 de Agosto de 1875.
Antonio Americo de Camargo.

Desappeceu no dia 24 de Julho, ás 11 horas da noite, a mulher allemã de nome Anna Barbara, com os signaes seguintes; 46 annos de idade, cabellos grisalhos, altura regular, cheia de corpo; soffre algumas occasiões de alienação mental. Foi vestida com uma saia azulada, de algodão, e um paletot de nobreza preta. Pede-se á pessoa que della tiver noticia certa, queira communicar á rua do Regente Feijó, que será gratificado. 3—2

Pelo vapor *Ville de Bahia* chegaram á casa de Leon Hertz algumas fazendas do seu grande e va-

Gazeta de Campinas, 12/08/1875

100$000

Desappareceu no dia 7 do corrente da fazenda do sr. capitão José Vieira, de Brotas, o escravo de nome João, o qual tem os seguintes signaes:

Estatura baixa, côr preta, edade 50 a 60 annos, dentes podres, conserva bigodes grandes e traz barbas cortadas á thesoura.

Levou calça e camiza de algodão, ponche velho, chapéo de panno preto, faca Laport com bocal e ponteira de metal.

Gratifica-se com a quantia acima a quem o apprehender ou der noticia exacta ao sr. João Vianna, na estação Santa Brrbara. Campinas, 16 de Maio de 1876. 10—5

Gazeta de Campinas; 01/06/1876

...mar, trançador, idade de 30 annos mais ou menos.

E' provavel que esteja mesmo neste municipio, porque não costuma sahir para longe, quando foge. 3—1

No dia 9 do corrente desappareceu da estrada que d'esta cidade vai á de Jundiahy, do logar denominado Serra d'Agua um cavallo picaço grande com os seguintes signaes: tem andadura e trote, está ferrado das mãos, e em boas carnes; desconfia-se que esteja em alguma fazenda para os lados d'onde desappareceu porque ha poucos dias foi visto nesta cidade arreado e com pessôa montada em dito animal. A quem o entregar a Antonio de Araujo Roso na sua chacara em Santa Cruz gratificará.

Gazeta de Campinas, 22/08/1872

A pessoa que é procurada através do primeiro anúncio não é, evidentemente, um escravo. Uma das marcas que nos dá a idéia de sua posição é a utilização do verbo *desaparecer*. Ela *desaparece* por ser alienada mental, portanto, incapaz do domínio de suas vontades e porque ela é um membro da sociedade que *deixa(r) inopinadamente de se mostrar*

em uma sociedade ou conversação,(Faria;1858:1044), por causa de sua alienação.

No segundo anúncio, o verbo desaparecer é novamente utilizado. De acordo com a definição do verbo, supomos que o motivo provável da escolha desse seja a insanidade mental do escravo. Já no terceiro anúncio, quem foge é um animal, um ser sem razão.

A posição do escravo, nesse ponto, coloca-se de um modo complexo, pois ele não é um animal, por isso, ele utiliza a razão. Isso pode ser visto através do tratamento verbal, ou seja, os verbos que se utilizam para falar a respeito dele são usados para pessoas e não para animais ou coisas. O escravo tem vontades. Desse modo, ele é considerado dentro do estatuto de pessoa, de ser humano, quem escreve o anúncio, quem o publica e quem o lê está ciente disso.

Ele foge precipitadamente de um lugar, não desaparece inopinadamente da sociedade. Ele não é considerado membro digno dela, mas ele está ali com seus sinais, com sua existência. Não poderíamos afirmar que o escravo era considerado uma mercancia, pois essa afirmação nos levaria a simplificar muito sua posição na estrutura social. Não podemos dizer que eram considerados como animais, por causa do tratamento evidenciado já no verbo. Esse tipo de comparação também ajuda a simplificar as coisas de modo tal que a escravidão fica reduzida banalmente a fórmulas de efeito, sem conteúdo. De fato, até hoje isso é observado, pois a escravidão ainda prevalece dentro da sociedade brasileira. Ela ainda está articulada dentro dos valores e dos costumes dessa sociedade e isso é a tal ponto complexo que não resiste a saídas simplistas de comparações com animais e coisas. Tal lugar pode ser

evidenciado através da utilização verbal que lhe fornece o estatuto de ser humano, que utiliza suas faculdades ciente que foge de um perigo voluntariamente.

Não é novo o dado de que a escravidão era essencialmente agressiva e de que os escravos fugiam, na maioria das vezes, dos castigos neles aplicados com rigor. Tal dado está corroborado pelo mesmo significado do verbo e, ainda mais, pelo adjetivo que corresponde a tal:

Fugido, a . p.p. de fugir, e adj. escapado por fuga ou fugindo; fugitivo; de quem se foge. Ex. "Eu sou de ti .Ferreira." É ant. neste ultimo sentido.(op.cit. 131)

*Fugitivo: adj. Que fugiu, desertor, transfug (escravo, prisioneiro, delinquente); que foge ou passa rapidamente, passageiro, transitorio, de pouca duração (os s annos, prazeres, pensamentos; as s idéas, esperanças, ~~a~~legrias) Ex. "Os tempos mais felizes são os mais s. **Max. Lat." O rio** (~~po~~et.) que corre rapido. **Razões s** (forens. Ant.) dilatorias que delogam o processo (Ord. Affons.)*

*Syn. Comp. **Fugitivo, fugace, disperso**. **Fugitivo** diz-se de um homem que abandona seus lares ou sua patria, e se vae a terras estranhas **para escapar a algum castigo, ou por qualquer motivo pouco honesto***

***Fugaz** diz-se com mais propriedade dos animais espantadiços, que fogem ao menos objecto que os espanta, como muito bem disse Camões, fallando da lebre:*

*Aqui a **fugace** lebre se levanta.*

(Luis., IX, 63)

***Disperso** é um termo da arte militar, e por elle se designam as tropas que, depois de um combate desvantajoso, abandonam o campo de batalha em desordem, e se retiram tumultuosamente fugindo por todas partes.*

Um poeta moderno, fallando da batalha de Ayacuco, em que foi vencido Montezuma, diz:

***Dispersas** vão pelos campos*
As tropas de Montezuma,
De seus deuses lamentando
O pouco favor e ajuda.
(Faria;1858:132)

Fugido traz o complemento de lugar ou ser de onde parte o movimento. *Fugitivo* não traz tal complemento. É talvez por esse motivo que o primeiro termo é encontrado com maior assiduidade que o segundo. O escravo fugido é aquele que foge de alguém. Mas esse termo não é usado para prisioneiros. Há uma especialização no uso do particípio passado para o escravo. Só encontramos ocorrências de escravos fugidos e nunca de escravos fugitivos. A relação com o verbo fica assim mantida, não é o adjetivo é o particípio que se aplica ao nome escravo.

É interessante observar que o escravo é colocado junto com os que não são membros dignos da sociedade: o delinqüente, o prisioneiro, aquele que fez algo fora dos limites impostos pela sociedade e que foge por *motivos pouco honestos*. Mas, pode-se observar ainda que se torna necessária a explicação de que ele é um escravo. Isso o delimita no campo discursivo daqueles que fogem de algum castigo.

Existe a necessidade de dizer que quem fugiu não é um prisioneiro, integrante da sociedade que cometeu um "erro" pelo qual está pagando, não é um delinqüente, integrante da sociedade que tem maus costumes e precisa ser "punido". O uso do verbo traz consigo a necessidade de dizer que a pessoa em questão é um escravo, utilizado para trabalhar na fazenda e que está sendo procurado por seu dono, um membro ilustre e influente da sociedade. Ele foge mas há necessidade de se explicitar qual é o tipo de pessoa que comete a ação. Isso nos conduz à idéia de uma consideração diferente. Isso nos remete a um espaço discursivo diferente. A enunciação que virá depois está relacionada com o campo discursivo por onde circula o nome escravo, que é diferente do

campo discursivo por onde circula o dos prisioneiros ou delinqüentes que fogem.

O verbo fugir se constitui, em certo modo por causa da freqüência do seu uso, como um indício. Foge aquele que, de algum modo, está fora da sociedade. Foge o prisioneiro da cadeia que o pune, foge o delinqüente do lugar onde cometeu o delito, foge o escravo da fazenda onde foi comprado. A relação que se estabelece entre a punição e a fazenda é muito estreita. O escravo foge da fazenda porque ali, naquele lugar espacial, encontra-se o castigo a ser escravo, o que coloca a escravidão num lugar semelhante ao do crime. Não é um crime a escravidão, é um crime ser escravo. Há uma punição por trás do fato de ser escravo.

Se pensarmos um pouco nos juízos levantados na época a respeito dos escravos, eles eram luxuriosos, eles não respeitavam as leis de Deus. Eles eram naturalmente delinqüentes e, por isso, deviam ser punidos. Essa "punição" era uma das justificativas que forneciam a ciência e a religião para continuar com esse tipo de regime econômico. Para poder sustentar esse tipo de argumento, o escravo era colocado como aquele que está fora da sociedade, como aquele que era delinqüente, luxurioso, pecador.

Os efeitos sintáticos e semânticos articulados nesses anúncios evidenciam uma posição ambígua do escravo dentro da sociedade: ora dentro, ora fora, o que nos leva a pensar que esses anúncios mostram um período de transição, de reordenamento social nessa época. Tempo no qual estão se criando as bases para a constituição do escravo como sujeito de Direito, a partir daquele escravo definido por Faria como:

Escravo: adj. Cativo, que perdeu a liberdade, sujeito a um senhor como proprietario delle..._____(fig.) que não goza dos direitos sociais. (Faria; 1859:1324)

O figurativo marca aqui o estado institucional no qual se encontra o escravo. Ele é propriedade e, como tal, não tem direitos sociais. É colocado como objeto de direito por definição, mas é subjetivado discursivamente. Ele gozará dos direitos sociais depois de sua libertação, processo que se evidencia na análise do uso do verbo. Ele passará de ser adjetivo sujeito *a* a ser substantivo sujeito *de*.

5.5.- A Regência Verbal

De acordo com Faria, a regência do verbo pode ser dividida em:

(-ao perigo, ou do perigo; -do campo de batalha; -da prisão) (Faria;1859:131). No nosso caso, tal regência poderia ser analisada do seguinte modo:

a- Fugir *de alguém*

Podemos interpretar que fugir *DE ALGUÉM* implica, no nosso caso, que aquele que enuncia, que escreve o anúncio interpreta o gesto da fuga a partir das relações intersubjetivas estabelecidas entre o escravo e seu dono. Relações marcadas pelo poder e pela posse. O escravo foge de uma pessoa definida que o ameaça. Enquanto mobilizador de tal ação, quem anuncia mostra seu poder ante o escravo. Em certo modo diz: "tenho

certo poder, o poder de amedrontar, ou incomodar, ou judiar, ou provocar uma pessoa ao ponto dela fugir de mim, senhor X". Eu tenho poder sobre ela porque provoco reações nela, reações que provêm do temor. A fuga, então, é provocada por ele e não por outro motivo. Esse tipo de uso dá noção de um problema mais pessoal, entre o dono e o escravo, e mostra, às claras, quem é o detentor do poder na situação.

Esse modo de se referir ao escravo, como fugindo *de alguém*, não nasce no dono, só se materializa nele. Quem anuncia, o dono nesse caso, o faz de uma posição de sujeito ideologicamente determinada. Esse modo de dizer carateriza-se por exprimir as relações de poder existentes na época e próprias dessa e do lugar do poder no qual se encontra quem fala: a classe dos donos de escravos.

b - Fugir *de um lugar*

Agora bem, se o escravo foge *DO CAMPO DE BATALHA, DE UMA FAZENDA*, a fazenda se veria enquanto representação do sistema social vigente, enquanto representação de uma situação específica. O escravo se desloca de um lugar ao outro, a causa da fuga está num espaço físico certo (a fazenda), mas, num lugar indefinido. Não há uma pessoa definida responsável pela fuga, o motivo da fuga poderia passar por outros canais e não pelo dono.

Ele foge, portanto, de um sistema, de um conjunto em que qualquer componente pode ser motivo de sua fuga. A saudade de parentes, dos filhos, os confrontos com o feitor, a ameaça de morte de outro escravo ou do dono ou do feitor, as causas podem ser muitas. O motor da fuga não é claramente definido.

Teríamos lugar para pensar que, no caso da fuga da fazenda, haveria uma relação direta. Estaria sendo enunciado o fato de que eles fugiam dum sistema e não de uma pessoa, agente desse sistema. Desse modo, não haveria responsabilidades individuais dentro desse enunciado, senão responsabilidades sociais, um tipo de regime vigente que emerge graças ao uso específico de um tipo de preposição que, por sua vez, rege certo verbo.

c - Fugir Ø

Quando o escravo *SIMPLESMENTE FOGE*, não foge de nenhuma fazenda e de nenhuma pessoa, não foge a alguém, ele foge, vai embora para outro lugar. Nesse caso, a responsabilidade estaria nele, o escravo, que foge por ele próprio. Ele foge porque foge. O único motor da fuga seria ele mesmo, sem haver responsabilidade de nenhum agente externo.

As condições de produção desses enunciados contribuem para o esclarecimento dos mecanismos sintáticos utilizados. À luz dessas, tentaremos observar o uso desses.

O anúncio de fuga surge como a reação a um gesto, o gesto da fuga realizado pelo escravo. Esse gesto leva o dono de escravos a reagir. Ele vai ao jornal da cidade e diz: "Meu escravo fugiu", traduzindo em escrita o que foi gesto. Ele reage. Na escrita observamos que ele dirá: "Fugiu de mim" ou "Fugiu da fazenda", casos já analisados que se mostram dentro dos parâmetros do uso "correto"da língua segundo a gramática da época. Mas, há anúncios nos quais o dono simplesmente diz "Fugiu" e somente dá a descrição como pode ser visto a seguir:

Fugio

Benedicto, preto, espigado, rosto pequeno, cabeça um bom pequena, buço, falta de um dente na frente, (parte superior), corpo delgado, signal de um tiro na mamilla esquerda, tem os dois dedos minimos dos pés arrebitados para cima, costuma ter pulgação em um ouvido, falla bem, é ladino, bom cavalleiro, bom carreiro, crioulo desta cidade. É muito facil de ser encontrado em casas de pretos forros, ou pessoas nessas circumstancias.

Quem o prender e entregar nesta cidade a Antonio Firmino de Carvalho e Silva, será gratificado com 200$000.

Gazeta de Campinas 08/01/1876

Nesse anúncio, observa-se que o nome irrompe no texto sem nenhum tipo de estrutura anterior. Não aparece, como nos anúncios que antes analisamos, o nome do dono, nem o lugar onde começou a ação nem se ele é da fazenda ou da casa de alguém. Todas essas estruturas se encontram silenciadas. Somente temos o verbo como vinheta que, nesse caso, determina que é um escravo e não uma pessoa livre[24] da que se esta falando.

Não é mencionado o lugar onde se inicia a ação, seja no dono ou em um lugar espacial. Somente encontramos a menção de um nome no final do anúncio que pertence àquele que se responsabiliza a dar a gratificação à pessoa que prender e entregar o escravo. Embora não se auto-denomine o dono do escravo, já que tais marcas (seu, pertencente, propriedade, etc.) estão silenciadas, por efeito de pré-construído se constitui enquanto tal.

---

[24] Já foi analisado anteriormente que, quando uma pessoa livre aparecia anunciada nessa seção do jornal, era utilizado o verbo desaparecer

Como afirmamos acima, o lugar de onde o escravo fugiu está sendo silenciado e, como em todos os outros anúncios, a finalidade também, mas o lugar aonde se dirige é mencionado, casas de pretos forros.

O escravo, nesse anúncio, aparece inteiramente subjetivizado e singularizado. Em nenhum momento se observa que ele seja tratado como objeto nem reclamado como propriedade, esses tratamentos estão silenciados. É por estas particularidades que esse anúncio se constitui como claro indício da mudança do regime em curso na sociedade da época, na qual a posição do dono de escravos e a do escravo estão sendo re-ordenadas.

Considerações Finais

Após a análise do nosso corpus confirmamos nossa hipótese inicial, a de que é no discurso do senhor de escravos, publicado nos anúncios de fuga, que aparece uma imagem pública individualizada e singular do escravo. Nossa pergunta foi, que significa essa aparição? Através das descrições que aparece nos anúncios, observamos que o escravo se constitui como indivíduo singular dentro da sociedade, com características próprias, um sistema de relações sociais, lugares por onde circula, modos de falar.

Os anúncios surgem como reação a um gesto, o gesto do escravo que foge e que provoca a escrita a respeito dele. Essa constituição é dada pelo dono ao descrever, utilizando determinadas estruturas. Embora a vida do escravo esteja regulamentada pelo senhor e pela lei, através dos códigos de postura, o escravo foge. Reduzido ao silêncio político, o escravo significa através de outros atos simbólicos, sendo a fuga um deles. Essa fuga é um gesto que se inscreve no simbólico, provocando uma escrita que lhe dá corpo, que o in-corpora. Assim, o gesto de fuga força processos de singularização que fazem sua entrada no simbólico através da escrita, dando ao escravo visibilidade social enquanto ser único.

Através da análise dos anúncios, percebemos uma contradição. Embora o escravo seja tratado no início do anúncio como um objeto,

propriedade do autor do anúncio, ele será constituído, no mesmo acontecimento enunciativo, como sujeito.

Desse modo, o verbo utilizado nos anúncios cumpre um papel fundamental nessa constituição. Ele é um verbo que, de acordo com os Dicionários da época, que mostram o bem dizer da sociedade, o *como se diz* da mesma, é utilizado, especificamente, para caracterizar dois tipos de agentes, o escravo e o prisioneiro. O verbo, pela freqüência do seu uso, constitui-se como indício do processo em curso na sociedade da época. Esse consiste no reordenamento da ordem social, na qual o escravo terá uma posição de sujeito da mesma.

A pecularíedade do verbo nos leva, também, a re-pensar o conceito de Determinação. A determinação, como processo de formação da referência, é tradicionalmente circunscrita ao Sintagma Nominal. Observamos que, dadas as características sintáticas do verbo, esse processo sintático-semântico-discursivo se inicia nele. Desse modo, somos levados a pensar que a determinação age no enunciado global e linearmente.

O escravo tem um nome próprio que o individualiza. Essa individualização se dá através de uma localização (o lugar que ocupa numa série dado, dentre outros, pelo número de matrícula) que o distribui e faz circular por um sistema de relações (Foucault 1976). Poulantzas (1985) diz que o quadro material que induz a individualização consiste na organização do espaço-tempo. Ele afirma que a individualização é

um espaço esquadrinhado, segmentarizado e celular onde cada parcela (indivíduo) tem seu lugar, onde cada localização corresponde a uma

parcela (indivíduo) mas que deve apresentar-se como homogêneo e uniforme. (op.cit72)

O escravo tem um lugar específico, a fazenda de X, os lugares permitidos para circular, além disso, tem nome próprio para individualizá-lo no espaço e tem tempos nos quais deve se movimentar. Quando ele foge, rompe com esse quadro e provoca um desarranjo. A individualização torna-se insuficiente para sua localização e surge a necessidade de descrevê-lo, de singularizá-lo.

O fato de ser nomeado também o constrói como sujeito. Mas essa posição de sujeito será não somente constituída a partir do uso do verbo e do nome, como também produzida discursivamente, com maior ênfase, na descrição do escravo. Nela se lhe outorga o estatuto de indivíduo singular, com características próprias e únicas, marcas de identidade pessoal que o diferenciam dos outros indivíduos da sociedade. Nela surgirão as relações que ele estabelece com outros membros da sociedade civil, os lugares por onde circula. diferentes daqueles que o discurso da lei e do dono manifestam.

Percebemos, portanto, que agem na enunciação sobre o escravo, dada pelo anúncio de fuga, dois processos discursivos distintos que se complementam: o de individualização e o de singularização.

Através da individualização o escravo é nomeado. São dados o nome, o lugar de onde partiu e o nome do dono. Essas informações, que contribuem para sua individualização, resultam insuficientes para achá-lo. Só é dado o nome que o constitui como sujeito interpelado pela igreja e o estado. Só temos a informação do lugar que ocupa numa série, porém, não temos informações sobre como ele se constitui como sujeito singular.

A singularização está dada pela descrição particular feita de um determinado escravo. Ela comporta adjetivos e faz referência às relações que ele estabelece com outros indivíduos, a lugares por onde ele circula, a modos particulares de agir e de falar que constituem o escravo como sujeito historicamente determinado.

Desse modo, faz-se evidente a contradição que existe nos anúncios. Há uma enunciação sobre o escravo que, discursivamente, o constitui como objeto de um sistema e como sujeito historicamente determinado, no mesmo acontecimento enunciativo, na materialidade do anúncio de fuga.

Com essa pesquisa, esperamos contribuir aos estudos da história e da sociologia, para a realização de análises sobre esse período e sobre esses mesmos materiais documentários.

SUMMARY

We looked for, in this research, to do a Discursiv-Semantics of the Designation process that make able the construction of the reference to the slave name betwen the years 1870 and 1876.

Our *corpus* is made, basically, with slaves escape advertisements that werw published in newspapers of Campinas during the time above mentioned. Our analysis is centred in the descriptions wich those adds show.

Our objective is supported in the hypothesis of the speechs that werw maded by the proprietors of the slaves and published in the newspapers adds that shows an individuality and singular public image of the slaves. In this materiality of those adds, the process of the designation work discursively as dispositive of enunciation that structures a place of subjetivation where the slave is made as a singular subject.

Work-Keys: Semantics, History of the Enunciation, Designation, Slavery, Proper Names of People.

BIBLIOGRAFIA

BARTHES, R. "A escritura do Romance" In **O Grau Zero da escrita** Ed. 70 , (1989)

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral I** Ed. Pontes, Campinas, (1966)

_____**Problemas de Lingüística Geral II** Ed. Pontes, Campinas, (1974)

BERLINK, R. "As posposições do Sujeito em português" Revista Alfa, São Paulo (1995)

_____ "Nem tudo o que é posposto é novo: Estatus Informacional do SN e Posição do Sujeito em Português" Revista Alfa, São Paulo (1997)

CASTRO, M.C. **Redação Básica** Ed. Saraiva, S.P. (1988)

CHOMSKY, N **Knowledge of Language: it's nature, origin and use.** New York: Praeger. (1986)

DIAS, L. F. **Os Sentidos do Idioma Nacional: As bases Enunciativas do Nacionalismo Lingüístico no Brasil** Tese Doutorado Campinas, S.P. IEL. UNICAMP, (1995)

DUCROT, O. "Referente". **Enciclopédia Einaudi, vol. 2.** Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (1984)

. _____ "Enunciação". **Enciclopédia Einaudi vol. 2** Lisboa Ed. Imprensa Nacional/ Casa da Moeda. (1984)

EDELMAN, B **La Práctica Ideológica del Derecho** Madrid Ed. Tecnos,.(1980)

FARIA, E. **Novo Diccionario da Língua Portugueza** Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve,Rio de Janeiro, (1859)

FILINCH, I. "Percepción y Descripción" In **Discurso teoría y análisis.** Ed. UNAM, México (1995)

FREGE, G. "Sobre Sentido e referencia" In **Estudios Sobre Semántica** Madrid Ed. Orbis, Hyspamérica (1892)

_____ "Considerações sobre Sentido e Referencia" In **Estudios Sobre Semántica** Madrid Ed. Orbis, Hyspamérica,. (1892-1895)

FREIRE, G. **O escravo nos Anúncios de Jornal brasileiros do Sec. XIX Recife** , Ed. Imprensa Universitária, (1963)

_____ Casa Grande & Senzala São Paulo. Ed. Record (1933)

FOUCAULT, M. **La arqueologia del Saber**. Mexico Ed. Siglo XXI, (1970)

_____**Vigilar y Castigar** Argentina Ed. Siglo Veintiuno (1976)

_____ **La Verdad y las formas jurídicas** Mexico Ed. Edisa (1988)

GADET F. e HAK T. **Por uma análise automática do Discurso** Campinas, Ed. UNICAMP (1997)

GAZETA DE CAMPINAS (1870-76)

GRANATIC, B. **Técnicas Básicas de Redação** Ed. Scipione, S.P. (1995)

GRICE, P.H. "Lógica e conversação" In **Funamentos Metodológicos da Lingüística-vol. IV-Pragmática** Campinas Ed.IEL Unicamp (1982)

GUIMARÃES, E. J. "Os Sentidos de cidadão no Império e na República no Brasil" in **SIGNO Y SEÑA**, Buenos Aires Universidad de Buenos Aires, (1992)

_____ **Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem** Campinas, Ed. Pontes. (1995)

_____ "Um Mapa e suas Ruas" Texto de Circulação Interna. Labeurb(1999)

HAROCHE, C. **Fazer Dizer, Querer Dizer** São Paulo, Ed. Hucitec (1992)

_____**Da Palavra ao Gesto** Campinas, Ed. Papirus (1998)

HENRY, P. **A Ferramenta Imperfeita** Campinas Ed. UNICAMP, (1992)

_____"Construções Relativas e Articulações Discursivas" In **Cadernos de Estudos Lingüísticos jul./dez.**Campinas (1990)

INDURSKY, F. **A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes** Campinas, Ed. Unicamp. (1997)

JORNAL DE CAMPINAS **Lei N.° 2040 (Lei do Ventre Livre)** (1871)

LAGAZZI, S. **O Desafio de Dizer Não** Campinas (Ed. Pontes, 1998)

LAMOUNIER, M.L. **Da Escravidão ao Trabalho Livre** São Paulo Ed. Papirus (1988)

LYONS, J. **Semântica - I** São Paulo Ed. Presença/Martins Fontes (1977)

MAINGUENAU, D. **Novas tendências em análise do discurso** Campinas, Ed. UNICAMP-Pontes (1989)

MATTOSO, K. de Q. **Ser escravo no Brasil** São.Paulo. Ed. Brasiliense (1988)

MELO NETO, J.C. **Morte e Vida Severina** Rio de Janeiro, Ed. José Olympio. (1956)

MIAILLE, M. **Introdução e Crítica ao Direito** Lisboa Ed. Estampa, (1976)

MORAES, E. **A escravidão africana no Brasil.** Brasília, Ed. UnB (1998)

PAYER, M. O. **Educação Popular e Linguagem.** Campinas, Ed. Unicamp. (1995)

PECHEUX, M. **Semântica e Discurso** Campinas Ed. UNICAMP, (1997)

_____**O Discurso: Estrutura ou Acontecimento** Campinas, Ed. Pontes (1990)

_____**Por uma análise automática do discurso** Campinas, Ed. Unicamp (1997)

POULANTZAS, N. "A individualização" In **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro, Ed. Graal (1985)

SAMPAIO, C. M. B. "Narrativas e Rituais Enunciativos na imprensa: a 'intentona' de 35" In: **COMPOS 97**, São Leopoldo R.G. do Sul, UNICINOS de 2 a 5 de junho(1997)

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral.** São.Paulo Ed. Cultrix s/d.

SCHWARCZ L. M. **Retrato em Branco e Negro** São.Paulo Ed. Cia das

SEARLE, J. **Os Actos de Fala** Coimbra Livraria Almedina (1981)

SLENES, R. "Senhores e Subalternos no Oeste Paulista" In **História da vida privada no Brasil** Ed. Schwarcz ltda, S.P.

ORLANDI, E. **Discurso e Leitura** São.Paulo Ed. Cortez/Ed.UNICAMP, (1988)

_____**Vozes e Contrastes** São.Paulo Ed. Cortez (1989)

_____**Terra à Vista** Campinas Cortez Editora, (1990)

_____**As Formas do Silêncio: No Movimento dos Sentidos** Campinas. Ed.UNICAMP, (1997)

_____ **Interpretação** Campinas Editora Cortez,(1998)

_____**Análise do Discurso** Campinas, Editora Pontes,(1999)

PONTES, E. **SUJEITO: Da Sintaxe ao Discurso.** São.Paulo, Ed. Ática (1986)

PRINCE, E "The ZPG Letter: Subjecrs, Definiteness, and Information - status" (1992)

RANCIÈRE, J. "O Dissenso" In Moraes Adauto, **A Crítica da razão** Ed. Cia das Letras, Brasil, (1999)

VOTRE & NARO "Mecanismos funcionais do uso da Língua" (1989)

VILLAÇA KOCH, I. "Contribuição a uma Tipologia Textual" In Letras & Letras Uberlandia (1987)

ZATTAR, N.M **Os sentidos de liberdade dos escravos na constituição do sujeito de enunciação sustentada pelo instrumento da**

alforria. Tese de Mestrado IEL Unicamp, Campinas, (2000)

ZOPPI FONTANA, M. **Cidadãos Modernos. Discurso e representação política**. Campinas, Editora da UNICAMP. (1997b)

_____. "Camelôs e o Direito à Cidade" In: **ANAIS DO 7 ENCONTRO DA ANPUR: "Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento".** Recife, MDU/UFPE, maio 97, p.1160-1179. (1997a)

_____"É o Nome que faz Fronteira" In Indursky, Freda (org.) **O múltiplo território da Análise do Discurso**. Coleção Ensaios do CPG-Letras/UFRGS. (1997c)

_____ "Um Estranho no ninho-Entre o Jurídico e o Político: o Espaço Público Urbano"In **Revista RUA n.° Especial** Campinas, (1999)